



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA E SILVA

**ANTIFEMINISMO NO *FACEBOOK*: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NA INTERNET**

BELÉM - PA
2018

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA E SILVA

**ANTIFEMINISMO NO *FACEBOOK*: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NA INTERNET**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Chaves Lima.

BELÉM - PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S586a Silva, Jéssica Modinne de Souza
Antifeminismo no Facebook : um estudo sobre violência contra a mulher na internet / Jéssica
Modinne de Souza Silva. — 2018
112 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima

1. Feminismo. 2. Antifeminismo. 3. Cibercultura. 4. Construcionismo. I. Lima, Maria Lúcia
Chaves,
orien
t. II.
Títul
o

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA E SILVA

ANTIFEMINISMO NO *FACEBOOK*: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovação em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Chaves Lima – Orientadora
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior
Universidade Federal do Pará – UFPA

Para Tia Regina, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, minha segunda casa desde 2010.

Às/aos colegas de mestrado, que proporcionaram tantos momentos de saudáveis discussões, integrando o meu arcabouço de conhecimento com suas vivências e tão ricas experiências de vida. Obrigada pelos momentos de descontração e pelas trocas diárias na pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, pelo apoio e incentivo à produção acadêmica feminista.

Ao Prof. Dr. Paulo de Tarso de Oliveira, pela inspiração política que sempre trouxe em suas aulas, em eventos e outros espaços de discussão.

À Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva e aos colegas da disciplina “Relações raciais e de gênero”, do PPGED. Obrigada pelas discussões cheias de entusiasmo e pelo conhecimento que hoje tenho sobre relações raciais e luta das mulheres negras no Brasil.

Agradeço à banca de dissertação, Profa. Dra. Mary Jane Spink, Profa. Dra. Denise Machado Cardoso e o Prof. Dr. Leandro Passarinho, que me acompanham nesta jornada desde a qualificação.

À minha família: meu avô, pela paciência inesgotável, que tantas vezes me aconselhou e fortaleceu contra as pressões acadêmicas na pós-graduação; à minha avó, que sempre está sorrindo e me lembrando de todo o amor que tem por mim; à minha tia Sandra, cuja força e emancipação me ensinou que trabalho também é uma forma de amor e não tem nada de errado nisso; e, finalmente (e com maior importância), à minha mãe e melhor amiga, por ter segurando minha mão por dois anos (na verdade, 26 anos) e acreditado na importância deste trabalho com tamanha intensidade, mesmo nos momentos mais difíceis, mantendo vivas, tanto a mim, quanto esta dissertação, tornando-se tardiamente uma mulher feminista.

À amizade surpreendente e tão querida de Carolina Zahluth, minha “irmã gêmea” que só conheci em 2017, graças à feliz coincidência do mestrado. Obrigada pelos momentos de discórdia e de concórdia, por dividir confidências, segredos, alegrias, tristezas, risos e choros; por me aconselhar sempre levando em conta que o pessoal é político; por me chamar, participar e me proteger em brigas e desentendimentos no Facebook; por melhorar o meu humor quando eu não tinha do que me alegrar. Obrigada também por não me obrigar a assumir nenhuma vertente feminista para mim, aceitando a minha militância do jeito que ela é. Obrigada, enfim, por existir.

À amizade inesperada de João Pedro Albuquerque, o maior “piloto de transporte alternativo de Belém”, que chegou em minha vida para me ajudar a terminar de escrever esta dissertação. Obrigada, “piloto”, por confiar em mim e no meu trabalho, por se dispor a falar sobre feminismo radical comigo e se propor a conhecer coisas sobre o movimento com o maior respeito, por compartilhar do mesmo tipo de humor, pela ajuda, pelos conselhos, pelos memes de Choque de Cultura e pelo “talento”.

Ao meu pai, Joaquim, que tanto esperou para finalmente me ajudar nesse longo caminho. Obrigada pela infinita paciência, pelo infinito amor, pela paternidade que eu precisei em toda a minha vida. Da mesma forma, agradeço a todas/todos aqueles que me guiaram e ainda guiam desde 2016.

E, por fim, à minha orientadora. Obrigada, Lúcia, pela paciência e companheirismo, pela parceria e pelas lições. Obrigada por ter insistido no meu potencial quando eu mesma nem acreditava nele. Obrigada por ter mergulhado no meu tema comigo e ter acreditado na importância dele. Obrigada pela disciplina “Psicologia e Feminismo” e por me incentivar a participar da construção desta disciplina, assim como das disciplinas do estágio de monitoria. Obrigada por apoiar as minhas empreitadas acadêmicas repentinas, por concordar, por discordar, por ser uma peça importante para a minha construção enquanto mulher feminista. Obrigada por tudo.

*As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente
recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado
falando de nossa existência contra os mandos e
desmandos que afetam nossas vidas.*

Marielle Franco

RESUMO

Com o crescimento do fluxo informacional no meio virtual, vemos crescer os ataques antifeministas na internet, sobretudo, em redes sociais que permitam a rápida disseminação dos mais variados tipos de ideias. Esta pesquisa se desenvolve nesse contexto, buscando responder às seguintes indagações: de que forma o ataque antifeminista tem se manifestado em redes sociais na internet? Como explicar o antifeminismo? Como se faz validar o discurso antifeminista em nossa sociedade? Para responder a estas questões, a pesquisa propõe uma investigação analítica direta dos comentários de uma postagem de uma página antifeminista no *Facebook*, utilizando como alicerce metodológico o construcionismo. O objetivo geral proposto é o de problematizar as construções do discurso antifeminista no cotidiano de uma página do *Facebook*. Como objetivos específicos, esta pesquisa busca: 1) caracterizar o antifeminismo em nossa sociedade; 2) identificar as nuances antifeministas do espaço virtual do *Facebook*; e 3) problematizar sobre a militância feminista atual como forma de enfrentar o antifeminismo. Afim de cumprir estes objetivos, a pesquisa lançou mão de uma metodologia construcionista social, focada nas práticas discursivas e produções de sentido, utilizando o procedimento da netnografia para a produção de dados. Selecionou-se uma postagem da página de Sara Winter, figura pública que se autodeclara “ex-feminista”, que contém um vídeo transmitido ao vivo pela própria Sara. Foram produzidos dados através dos comentários da postagem, os quais foram divididos em duas grandes categorias: Encruzilhadas de corpo e de alma e “Mas que mulher indigesta, merece um tijolo na testa”. A primeira categoria contou com comentários sobre aparência física e saúde mental de mulheres feministas, e a segunda categoria contou com comentários sobre incitação à violência física e psicológica de feministas e expressões de lesbofobia. Dessa forma, foi possível montar um quadro de violência contra a mulher feminista na internet. A pesquisa também proporcionou novas (in)conclusões sobre os caminhos do movimento feminista e lançou um questionamento importante acerca das violências sofridas por militantes feministas em meio virtual: o que ocorre com as mulheres feministas vítimas de violência na internet?

Palavras-chave: Feminismo. Antifeminismo. Cibercultura. Construcionismo.

ABSTRACT

As the information flow grows in the virtual world, we see anti-feminist attacks increase on the Internet, especially, in social networks that allow fast dissemination of the most varied types of ideas. This research is developed in this context, seeking to answer the following questions: How has the anti-feminist attack manifested itself in social networks on the Internet? How to explain anti-feminism? How can we validate anti-feminist discourse in our society? To answer these questions, the research proposes a direct analytical investigation of the comments on a post of an antifeminist page on Facebook, using as methodological foundation the constructionism. The central goal is to analyse the anti-feminist comments of a Facebook post. In order to do so, we specifically aim to: 1) characterize antifeminism in our society; 2) identify the antifeminist aspects of Facebook's virtual space; 3) to problematize on the current feminist militancy as a way to face the anti-feminism. In order to fulfil these objectives, the research uses a social construction methodology, focused on discursive practices and production of meaning, using the procedure of netnography to collect data. The post was selected from the page of Sara Winter, a public figure who declares herself "ex-feminist", which contains a video broadcasted live by Sara herself. Data were produced through the comments on the post, which were divided into two main categories: Crossroads of body and soul and "But what an indigestible woman, deserves a brick on the forehead!" The first category included commentaries on the physical appearance and mental health of feminist women, and the second category included comments on incitement to physical and psychological violence by feminists and expressions of lesbophobia. In this way, it was possible to establish a framework of violence against feminist women on the Internet. The research also provided new (in)conclusions about the paths of the feminist movement and launched an important questioning about the violence suffered by feminist militants in a virtual environment: what happens to feminist women victims of violence on the internet?

Keywords: Feminism. Anti-feminism. Cyberculture. Constructionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplo de postagem antifeminista no <i>Facebook</i>	42
Figura 2 – Exemplo de discurso antifeminista	43
Figura 3 – Exemplos de comentários antifeministas feitos por mulheres	46
Figura 4 – Imagem da página de Sara Winter no <i>Facebook</i>	56
Figura 5 - Postagem selecionada para a análise da página “Sara Winter”	62
Figura 6 – Dados da postagem selecionada da página “Sara Winter”	62
Figura 7 – Filtros de comentários em uma postagem do <i>Facebook</i>	63
Figura 8 – exemplos de comentários (patologização)	73
Figura 9 – Comentário analisado 1.....	75
Figura 10 – “Sufragistas que nunca foram beijadas	76
Figura 11 – Comentário analisado 2	77
Figura 12 – Comentário analisado 3	78
Figura 13 – Comentário analisado 4	78
Figura 14 – “Enfim paz”	79
Figura 15 – Exemplos de comentários (saúde mental)	80
Figura 16 – Comentário analisado 4.....	81
Figura 17 – comentário analisado 4	82
Figura 18 – Comentário analisado 5.....	82
Figura 19 – Cartaz sufragista inglês	83
Figura 20 – Exemplos de comentário	84
Figura 21 – Comentário analisado 6.....	86
Figura 22 – Emmeline Pankhurst é presa durante protesto sufragista na Inglaterra .	87
Figura 23 – Comentário analisado 7.....	88
Figura 24 – “Desde que a minha Margarita se tornou uma Sufragista”	89

Figura 25 – Comentário analisado 8.....	90
Figura 26 – Propaganda antifeminista.....	91
Figura 27 – Comentário analisado 9.....	91
Figura 28 – Comentário analisado 10.....	93
Figura 29 – “Garotas estão fazendo todo os trabalhos dos rapazes agora!”.....	93
Figura 30 – Comentário analisado 11.....	94
Figura 31 – Comentário analisado 12.....	95
Figura 32 – “A mulher masculina”.....	96
Figura 33 – Charge sobre antifeminismo	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: QUAL É O PROBLEMA (DE PESQUISA)?	13
2	FEMINISMO E RESISTÊNCIA ANTIFEMINISTA	16
2.1	CAMINHOS DA RESISTÊNCIA, CAMINHOS FEMINISTAS	17
2.1.1	Primeira Onda	19
2.1.2	Segunda Onda	24
2.1.3	Terceira Onda	31
2.2	DO FASCISMO COTIDIANO: O ANTIFEMINISMO	40
3	METODOLOGIA	48
3.1	ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA: SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÕES DE SENTIDOS	48
3.2	NETNOGRAFIA	51
3.2.1	Etnografia e Netnografia	52
3.2.2	Netnografia: procedimentos	55
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	60
4	PESQUISA EM REDES SOCIAIS: DISCURSO EM FOCO	64
4.1	INTERNET, COMUNICAÇÃO E CULTURA	64
4.2	SOBRE O FACEBOOK	69
4.3	ENCRUZILHADAS DO CORPO E DA ALMA	73
4.3.1	Aparência física: a ilusão da Vênus	75
4.3.2	Saúde mental: “triste, louca ou má”	80
4.4	“MAS QUE MULHER INDIGESTA, MERECE UM TIJOLO NA TESTA”	84
4.4.1	Incitação à violência: do cassetete ao nazismo	86
4.4.2	Lesbofobia: “feminismo é coisa de sapatão”	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM PRELÚDIO DE (IN) CONCLUSÕES	98
6	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO: QUAL É O PROBLEMA (DE PESQUISA)?

O feminismo se faz presente. Seus tortuosos caminhos epistemológicos e militantes, suas numerosas vertentes, suas grandiosas representantes ascendem em meio ao fogo cruzado das crises pós-modernas. Sua presença, ora amada, ora odiada, é a confirmação de que nossa sociedade precisa, infelizmente, combater à opressão de gênero, sexualidade, raça, classe e territorialidade; sua presença revela o que não queremos enxergar, ou o que, ao enxergarmos, ignoramos.

Gostaria de dizer que o feminismo é bem aceito, mas, isso seria mais que uma ilusão; seria um paradoxo, pois a aceitação do feminismo o faria desnecessário para a nossa sociedade. Aliás, as várias formas de opressão e violência contra a mulher são a expressão social da necessidade dos movimentos feministas, principalmente, em um Brasil que sofreu golpe da direita política, na qual reina o conservadorismo. Remamos contra a maré de ódio e conseguimos grande espaço nas ruas, mas, crescemos, principalmente, nas mídias sociais, como o *Facebook*. O clima de tensão política e ideológica, no entanto, acaba minando a militância feminista *online*, em nome de uma ordem compulsoriamente machista e misógina. São hostis os insultos com os quais nós somos evocadas quando o ódio pelo nosso movimento reina, um ódio chamado antifeminismo. Esse é o ambiente da internet para nós que fazemos nossa militância em meio virtual: tóxico, agressivo, violento.

Portanto, nesta pesquisa, problematizo esse clima de hostilidade e analiso comentários de uma postagem em uma página antifeminista do *Facebook*, rede social mais acessada no Brasil. Mas, como explicar a rejeição ao feminismo? Como explicar a recusa a um movimento que busca o reconhecimento dos direitos das mulheres, tornando-as sujeitos de sua própria história, através da melhor convivência entre os gêneros? Há muitas hipóteses para se explorar diante dessas indagações.

Ao longo da história, os movimentos feministas fomentaram estratégias de organização entre suas militantes. Com a informatização da comunicação, o acesso aos meios para organização de passeatas, atos públicos, intervenções artísticas etc. se tornou mais rápido, sobretudo, com o advento da internet como espaço possível para debates. Da mesma forma, o antifeminismo, cujas amarras o permitem caminhar paralelamente aos feminismos, se organizou melhor. O que observamos hoje são feminismo e antifeminismo – com processos de proliferação paralelos – se informatizando através da internet.

A internet, enquanto espaço no qual o fluxo informacional ocorre de forma cada vez mais rápida, é uma espécie de nicho para os movimentos sociais se organizarem no meio

urbano. Tal efeito se dá devido ao forte caráter político que emerge nas redes sociais, utilizado como estratégia pelos próprios movimentos. Mesmo que as proporções entre feminismo e antifeminismo sejam diferentes, tanto um quanto o outro se inserem nesse processo politizador e ideológico das redes sociais *online*, especialmente, no Brasil.

O antifeminismo, enquanto prática de *backlash*¹, se faz presente em nosso cotidiano, de várias maneiras, desde a mais visível até a mais imperceptível possível – muito utilizada em piadas agressivas de teor antifeminista. Sua prática não tem gênero, portanto, é possível que mulheres pratiquem *backlash* e se sintam contempladas pelo antifeminismo.

Um bom exemplo sobre opiniões antifeministas entre mulheres encontra-se na história do nosso país. Entre as décadas de 1960 e 1980, o jornal alternativo O Pasquim fazia frente à ditadura instaurada pelo golpe militar de 1964. Suas linhas descreviam críticas – inspiradas na contracultura norte-americana – ao autoritarismo, bem como aos costumes e moralidade da camada burguesa brasileira. Contraditoriamente, porém, também criticava os costumes de mulheres que se decidiram pela luta pelos seus direitos fundamentais, por adotarem condutas diferentes do padrão de feminilidade ditado em sua época. Para Rachel Soihet (2008), posturas como a do jornal supracitado tiveram importante contribuição no que diz respeito ao reforço da imagem negativa/perigosa da mulher feminista. A escritora, política e jornalista Adalgisa Nery (1905-1980), em entrevista ao jornal, manifestou-se vigorosamente contra o feminismo, ao alegar achar “horroroso ser feminista”, argumentando que “a mulher é um complemento do homem” (NERY, 1971, p. 14). Assim como Adalgisa, mais mulheres assumem o não-feminismo (ou o antifeminismo) como bandeira contraditória aos papéis assumidos por elas mesmas em nossa sociedade.

Ao trazermos esses discursos para o nosso tempo, vemos que continuam a se perpetrar nos meios de comunicação e, mais fortemente, em redes sociais no espaço virtual. Para Leite e Cardoso (2015, p. 139), “é inegável a importância das redes sociais virtuais no cotidiano da sociedade”. O número de usuários de redes sociais cresce a cada ano e, paralelamente, também aumenta a importância da difusão de informação e conhecimento para um maior número de pessoas, em um reduzido espaço de tempo, especialmente, informações de caráter político.

Com a internet restrita (em seus primórdios) a e-mails, blogs e fóruns, a chegada de sites de redes sociais proporcionou uma explosão de acessos, bem como facilitou a interação entre os indivíduos (RECUERO, 2009). E, paralelo ao crescimento do espaço digital através da

¹ *Backlash* é um termo discutido pela jornalista Susan Faludi, e será explorado com mais detalhes na seção 2.

popularização de redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube*, entre outras), vê-se progredir também discursos autoritários/fascistas, em forma de *backlashes*, contra diversas páginas feministas, sejam blogs, grupos de discussão, fóruns *online* etc.

O crescimento da popularização antifeminista ocorre pela suposição de que mulheres já são “emancipadas” dos efeitos do patriarcado – um antigo discurso que aqui se prolifera fortemente, de que as mulheres alcançaram a plena igualdade em relação aos homens, já que podem trabalhar fora de casa, sustentar uma família, estudar em universidades. Outras questões interessantes de ser observar são as do movimento das mulheres no campo; apesar de se organizarem politicamente, ocupando espaços rurais e urbanos em consideráveis manifestações (que, por sua vez, não recebem a visibilidade que merecem), uma parte das mulheres do campo não se identifica com a imagem estereotipada do que é ser feminista, considerando-a algo ofensivo, como uma tentativa de “mulheres que querem ser homens”.

Partindo dessa perspectiva, a investigação desse projeto se concentra nas seguintes indagações: de que forma o contra-ataque antifeminista tem se manifestado em redes sociais na internet? Como explicar o antifeminismo? Como se faz validar o discurso antifeminista em nossa sociedade?

Visando responder às indagações, proponho análise direta dos comentários em uma postagem de uma página do *Facebook* autodeclarada antifeminista, utilizando como perspectiva metodológica o construcionismo e problematizando as práticas discursivas e produções de sentidos. O objetivo geral proposto é o de problematizar as construções do discurso antifeminista no cotidiano de uma página do *Facebook*. Como objetivos específicos, esta pesquisa busca: 1) caracterizar o antifeminismo em nossa sociedade; 2) identificar as nuances antifeministas do espaço virtual do *Facebook*; e 3) problematizar sobre a militância feminista atual como forma de enfrentar o antifeminismo.

Para dar conta de tais objetivos, a pesquisa propõe uma breve exploração histórica acerca do feminismo enquanto movimento social de luta e de produção de saberes, bem como a prática subjacente do antifeminismo. A terceira seção aborda detalhadamente os conceitos referentes à perspectiva metodológica de práticas discursivas e produção de sentidos através do construcionismo social, como forma de contextualizar as análises feitas dos comentários antifeministas no espaço de redes sociais da internet. Nessa seção também está contido o procedimento para produção de dados norteado pela metodologia de pesquisa netnográfica, bem como a apresentação da página utilizada para a produção de dados. Na quarta seção, faço as análises, tanto de forma global, quando de forma categórica, dos comentários, trazendo-os como ilustrações de um cotidiano de violência contra as mulheres feministas.

2 FEMINISMO E RESISTÊNCIA ANTIFEMINISTA

O feminismo enquanto estandarte político é um dos alicerces desta pesquisa. Não se faz pesquisa sem se impor e se mostrar e, ao revelar suas opiniões, o/a pesquisador/a revela as suas resistências políticas. Assim o faço, assim resisto: minha pesquisa é a minha militância.

São inegáveis os avanços alcançados pelas lutas das mulheres em nosso tempo. Trabalho, saúde e educação formam o tripé, a base dessas conquistas tão importantes para o bom funcionamento (boa organização) social. Dessas conquistas importantes, podemos citar o direito ao voto como precursor do progresso na luta pelos direitos da mulher.

No Brasil, por exemplo, no final do século XIX, o movimento de mulheres já reivindicava direito à cidadania, com destaque para os trabalhos de Nísia Floresta e das inúmeras revistas escritas por mulheres. Já no século XX, fundou-se a Federação Brasileira para o Progresso das Mulheres, ligada diretamente à *NAWSA – National American Woman's Suffrage Association*, nos EUA (NAVARRO-SWAIN, 2005).

A respeito das leis de proteção e garantia de direitos às mulheres no Brasil, em 2006, a promulgação da Lei Maria da Penha impulsionou o país na vanguarda mundial no combate à violência contra a mulher. Sendo amplamente conhecida (apenas 2% da população brasileira não conhece a lei Maria da Penha), a lei representou um grande avanço no que diz respeito aos direitos da mulher. O “Ligue 180” teve aumento de 1.600% em registro de chamadas, com 700% de aumento em denúncias de violência contra a mulher entre os anos de 2006 e 2012. Em 2013, a então presidenta Dilma Rousseff lançou o programa “Mulher, Viver Sem Violência” para reforçar a oferta de serviços integrados e multisetoriais para as brasileiras. No mesmo ano, 6,2 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os (em sua maioria, mulheres negras) alcançaram o reconhecimento inédito no Brasil de seus direitos trabalhistas.

Já na área científica, no dia 10 de março de 2017, a revista *Galileu* publicou em seu site uma matéria sobre a igualdade entre os gêneros nas pesquisas científicas brasileiras. Segundo a matéria, o Brasil constitui o primeiro lugar no ranking mundial em igualdade de gênero no campo da ciência. O estudo *Gender in the Global Research Landscape* ("O Gênero no Cenário Mundial de Pesquisa"), publicado originalmente pela Elsevier, mostrou que o país superou a União Europeia, Estados Unidos, Portugal, México e Chile.

Tais fatos são exemplos de conquistas recentes da luta feminista no Brasil e demonstram a importância da articulação promovida pelo Movimento das Mulheres. Entretanto, apesar de algumas boas notícias, ainda persiste a necessidade de trabalharmos mais

pela garantia de nossos direitos. Ainda são muitos os desafios a serem enfrentados em prol da igualdade de gênero e do empoderamento feminino na sociedade ocidental. Ao exemplo do Brasil: nosso país continua a ocupar o lugar 121º no ranking de participação política das mulheres, sendo que nós ocupamos pouco mais de 10% das cadeiras do Congresso Nacional. As mulheres também ocupam apenas 10% das prefeituras e representam 12% dos conselhos municipais, apesar do cumprimento da lei de cotas (30%) obtido primeira vez nas eleições municipais de 2012.

Segundo dados da ONU Mulheres²:

A taxa de desemprego das mulheres é cerca de duas vezes a dos homens, uma diferença que aumenta quando se comparam homens brancos (5,3%) com mulheres afrodescendentes (12,5%). Apenas um quarto das mulheres empregadas está no setor formal. O salário médio para os homens é 30% maior do que o de mulheres. Um terço das famílias brasileiras é chefiada por mulheres, e metade delas é monoparental. As mulheres dedicam mais do que o dobro de seu tempo para as tarefas domésticas do que os homens. A taxa de feminicídio para as mulheres dobrou entre 1980 e 2011, e hoje uma mulher é assassinada a cada duas horas, a maioria por homens com os quais têm relações íntimas, colocando o Brasil como o sétimo país do mundo com maiores taxas de feminicídio. Em 2012, o número de estupros foi superior a 50.000 (ONU..., 2017).

A prática feminista na política/ciência³, nesse sentido de conquistas e lutas, é uma forma de resistência; é afrontar o poder cravejado em nossos cotidianos, em nossas práticas discursivas; questionar, desconstruir e reconstruir. A luta feminista, então, se faz partindo dessas desigualdades e de discursos que caducaram com as transformações sociais.

Para situar minha pesquisa (feminista), abordo neste capítulo o feminismo em suas nuances históricas de conquistas e reinvenções, caminhando entre seus marcos históricos e micro-causas. Acredito ser necessário que nos situemos no tempo para compreender que tramas nos trouxeram ao feminismo contemporâneo da Terceira Onda, bem como para compreender os novos desafios a serem enfrentados por nós, mulheres – ou, assim subjetivadas. Em seguida, lanço mão do antifeminismo como reação contra o progresso pela luta de igualdade de direitos entre homens e mulheres; utilizarei o conceito de *backlash* para subsidiar teoricamente a ressaca antifeminista e fascista com a qual convivemos.

2.1 CAMINHOS DA RESISTÊNCIA, CAMINHOS FEMINISTAS

² ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

³ Considero que os termos ciência e política se entrelaçam, se mesclam. Como já havia dito anteriormente, não se faz pesquisa sem se impor subjetivamente. A pesquisa aqui se sustenta como uma prática política, por ser um ato de produzir discursos e construir práticas; nesse contexto, revelar a si mesmo politicamente faz parte da prática científica.

Ao me permitir conhecer o movimento feminista, notei uma característica que lhe é muito peculiar e que acredito que deva ser levada em conta por aquelas/aqueles que se mostram interessadas/interessados em entender as peculiaridades de sua construção cotidiana e histórica; tal característica se resume ao fato de o feminismo possuir reflexões críticas/teorias próprias.

É importante observar, também, que no feminismo existe um constante encontro entre teoria e militância; tal encontro é derivado do tipo social de militantes que o próprio movimento impulsionou – pelo menos, no que diz respeito à segunda metade do século XX (ou Segunda Onda, como mostrarei em seguida): mulheres de classe média com educação nas áreas de Humanidades, Crítica Literária e Psicanálise (PINTO, 2010).

Aqui o feminismo nos propõe dois rumos possíveis, segundo Céli Pinto (2010), para se conhecer o movimento: o primeiro se referiria à história do feminismo (sua ação no tempo), e o segundo pela produção teórica nas áreas de Ciências Sociais, História, Crítica Literária e Psicanálise. Devido a esta particular característica, tanto o movimento/prática, quanto as teorias/discursos feministas, se transversalizam, o que resultou e continua a resultar em fenômenos de reordenamento na história dos movimentos sociais, bem como nas teorias das ciências humanas.

Nesta sessão, proponho o que Tania Navarro Swain (2014) chamou de “história do possível”, ou daquilo que foi e é constantemente suprimido pela história patriarcal⁴/androcêntrica, pelo ainda “desconhecido” (pelo menos no que diz respeito à história patriarcal/androcêntrica): o “mitológico” fazer das mulheres nos marcos sociais históricos; a história do possível é a história do encoberto:

Apesar de sua participação na construção da nação com seu trabalho, seu esforço, com seus ideais, com seu ventre, produzindo bens e reproduzindo seres, a atuação das mulheres foi apagada dos registros históricos: presentes, porém, invisíveis. Atreladas a seus corpos, a um incensado “destino biológico” aparecem como o “outro dos agentes históricos”, enquanto mães ou companheiras, incapazes de um comprometimento ideológico ou político, sujeito de duas ações (NAVARRO-SWAIN, 2005, p. 336).

A presença de nós, mulheres, tem sido escrupulosamente eclipsada, quando não sepultada, da memória da construção histórica do social. Nesse sentido, a epistemologia feminista em suas diversas correntes tem sido igualmente obscurecida na academia. No entanto, é cada vez mais notável a nossa presença nas ciências, em ações de movimentos sociais e

⁴ Heidi Hartmann (1979) e Iris Young (1981) reclamam o fato de que o patriarcado precisava ser considerado prioritariamente por ser um sistema material, o definem como um conjunto de relações sociais hierárquicas entre homens que estabelece (ou cria) interdependência/solidariedade entre eles, capacitando-os a “dominar” as mulheres. Patriarcado e capitalismo são dependentes um do outro como sistemas complementares de dominação humana, preconizando opressão de classe e gênero.

associações, bem como a nossa crescente participação política (NAVARRO-SWAIN, 2005) e criação de espaços de discussão pelo e para o movimento feminista.

Sendo assim, apresento aqui o feminismo em seus contextos históricos e produções teóricas, apontando marcos de militância em sua atuação no tempo, nas ciências sociais e nas diversas causas englobadas pelo movimento feminista geral. A história do feminismo será, para fins didáticos, dividida em três partes: Primeira Onda, Segunda Onda e Terceira Onda.

2.1.1 Primeira Onda

Após as revoluções liberais, a igualdade tornou-se uma promessa que despertava democracia e direitos iguais a todos os cidadãos, pois as mulheres (assim como ocorreu com outras minorias) continuaram a ser excluídas dos direitos civis e políticos (MARTINS; ALCANTARA, 2012). Nesse processo de negação da existência da mulher enquanto ser social, emergiram diversas justificativas para as imposições do papel feminino na sociedade, em especial, justificativas de ordem biológica.

A exclusão feminina da cidadania era baseada nas diferenças sexuais, ou seja, por serem anatomicamente diferenciadas do padrão (o masculino), não tinham o tratamento equânime no campo político. A justificativa para tal distinção era a diferenciação biológica (p. 99).

Para Joan Scott (2002), o fato de as mulheres não serem consideradas socialmente, como ocorre com os homens, se constitui como um paradoxo, pois as lutas pelos direitos civis não se estenderam às mulheres – ou seja, não possuíam status de indivíduos. É nesse contexto que os discursos do papel da mulher no século XIX se fizeram: mães, esposas, donas de casa, que cuidam e se dedicam totalmente às suas respectivas famílias. O novo regime, o qual se sobrepôs às monarquias nas sociedades ocidentais, engendrou o discurso de universalização de direitos civis e políticos, englobando os deveres sociais de todos os cidadãos; entretanto, este discurso referia-se unicamente aos homens.

Dessa forma, a mulher foi considerada como “O Outro”, aquilo que não possui referência e identificação entre os iguais. Tal perspectiva de análise nos permite entender o descaso político em relação às mulheres. As bases filosóficas que sustentavam o papel da mulher como Outro, marcando suas “diferenças” enquanto seres sociais, surgiram no próprio iluminismo, em meio à concepção da unicidade e individualidade da compreensão do termo “indivíduo” (MARTINS; ALCANTARA, 2012). No entanto, é importante ressaltar as fronteiras das diferenças que demarcam quem é ou não um indivíduo, pois o modelo utilizado

para tal demarcação consistia no “homem branco”, o que explica a exclusão de quem não pertencia a esse padrão (SCOTT, 2002).

Também se faz importante assinalar o papel das ciências da época em explicar, fundamentar e defender um suposto “lugar da mulher” em uma sociedade excludente. Os discursos médico/funcional atribuídos às mulheres legitimaram a exclusão das mesmas enquanto enalteciam as diferenças corporais e, por isso, também de vivências, ao mesmo tempo classificando os “modelos corretos de seres humanos”; dessa forma, as mulheres acabaram politicamente prejudicadas (MARTINS; ALCANTARA, 2012).

Em meio a esse contexto, mulheres se organizaram em movimentos contra as injustiças baseadas diferenças anatômicas sexuais, no século XIX e nos primeiros anos do século XX, na Europa e em outras regiões do globo (MARTINS; ALCANTARA, 2012). O movimento que daria luz ao que hoje conhecemos como feminismo, teve início na Inglaterra, com a organização do movimento sufragista que lutou pelo direito ao voto e educação para as mulheres (PINTO, 2010). As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações através de passeatas, greves e outros atos em Londres. Em 1918, o direito ao voto para mulheres foi conquistado no Reino Unido.

Enquanto isso, no Brasil, a luta era liderada por um pequeno partido político formado por pessoas que não possuíam o direito de votar: as mulheres. A criação do Partido Republicano Feminino, em 1910, reclamava não apenas o direito ao voto por parte das mulheres, mas, também, sua emancipação e independência. Fundado pela professora Leolinda Daltro (1859-1935) e pela poetisa Gilka Machado (1893-1980), o partido conseguiu colocar na imprensa carioca a questão do voto como primordial para o desenvolvimento social do Brasil. Conseguiram, também, reunir em uma marcha cerca de 90 mulheres; o protesto ocorreu no centro do Rio de Janeiro (PINTO, 2003):

Em que pese a presença de apenas 90 mulheres, a existência dessa marcha em si é reveladora de uma militância que desafiava e ao mesmo tempo buscava dar publicidade a sua causa. Deve-se ter presente que aquela era uma época em que a rua era interdita para as mulheres, que nela transitavam apenas por estrita necessidade, e sempre acompanhadas. Nesse cenário, o fato de 90 mulheres terem saído em passeata tem um sentido muito especial, de enfrentamento à ordem estabelecida (PINTO, 2003, p. 19).

O Partido Republicano Feminino acabou sendo dissolvido nos últimos anos da década de 1910. Nesse mesmo período, a bióloga e advogada Bertha Lutz (1894-1976) retornava de Paris e organizava o início do que viria a ser a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF, maior expressão do feminismo brasileiro da época. O direito ao voto foi conquistado pelas brasileiras em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro.

Diferente da maior parte das feministas de sua época, Bertha Lutz possuía reconhecimento e circulava com facilidade pela elite política de seu tempo. Devido a esta influência, a facilidade na liderança política entre mulheres era maior para Bertha, o que a tornava uma espécie de celebridade entre aquelas que participavam dos debates feministas. Contudo, Bertha, que lutava pelos direitos até então negados pelo Estado brasileiro, ao mesmo tempo, representava oficialmente o mesmo Estado em conferências internacionais (PINTO, 2010).

Em 1922, após retornar dos Estados Unidos, Bertha organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Nesta especial ocasião, nascia, de fato, o PBPF. Os registros do Congresso contaram com inscrições de representantes de São Paulo e Ceará. A ideia de federações femininas se espalhou por vários lugares do Brasil: Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outros que abraçaram os moldes propostos por Bertha. Segundo Céli Pinto (2003), não há dados do alcance desses núcleos que se espalharam pelo país, porém, mesmo que suas atividades tenham sido muito pequenas, é de se surpreender que, na época, quando a comunicação e deslocamento eram tão difíceis, houvesse uma proliferação tão frutífera como esta. É importante frisar que o movimento feminista era então liderado por mulheres da elite branca do Brasil, sendo filhas de políticos importantes, de condes e homens intelectuais cujos nomes eram amplamente reconhecidos na sociedade.

Paralelo aos trabalhos de Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Gilka Machado, dentre outras mulheres, ocorria, no início do século XX, a chegada dos imigrantes italianos no Brasil, acompanhados, em menor medida, por portugueses e espanhóis. Esses imigrantes tornaram-se operários nas novas fábricas paulistas e cariocas. Através desse movimento de imigração (amplamente influenciado pelo projeto de embranquecimento do Estado brasileiro), foi possível que as ideias libertárias anarquistas se introduzissem no país (PINTO, 2003). O anarquismo possuía ideias ambíguas em relação à condição das mulheres:

Por um lado, diferentemente do pensamento dominante na época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por outro, entretanto, tinha muita dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe (PINTO, 2003, p. 34).

Apesar da dificuldade em reconhecer as necessidades femininas como um tipo peculiar e específico de opressão, o anarquismo ajudou a introduzir, através das próprias ideologias que professava, ideias de libertação, diminuindo o espaço do preconceito contra as mulheres da época.

Para Céli Pinto (2003), apesar da contradição, é nesse espaço, distante do feminismo, que se encontravam peças importantes para uma construção mais radical do próprio feminismo,

devido à forte identificação da condição de exploração da mulher. Diferentemente da militância nascida das sufragistas, as mulheres anarquistas apontavam, de forma mais assertiva, a opressão masculina como culpada de suas iniquidades.

Muitas anarquistas lutaram pelo direito das mulheres, sendo a escritora e professora Maria Lacerda de Moura (1887-1945) um dos nomes mais expoentes do feminismo no início daquele século. Maria Moura defendia estudos sobre a condição das mulheres, apontando sempre o capitalismo como responsável pela opressão que as mulheres de sua época viviam. A primeira manifestação pública de mulheres anarquistas no Brasil aconteceu no início do século XX, em um texto distribuído pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro:

Vós que sóis os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta! Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a Emancipação da Mulher. Homens Conscientes! Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis. Trabalhadores! A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher (PINTO, 2003, p. 35).

Essas mulheres foram pioneiras num tipo novo de militância que ainda estava para surgir, no que seria a terceira Onda do Feminismo. Esse pioneirismo se deve ao reconhecimento das múltiplas formas de opressão sofridas pelas mulheres, a qual reconhecem e afirmam as diferenças de classe e raça como categorias legítimas para o desenvolvimento de uma sociedade plural e justa, ou seja, todas as mulheres oprimidas não são oprimidas da mesma forma. Os processos que engendram opressões se pautam em diferenças específicas.

É importante destacar duas características no movimento das costureiras anarquistas no Brasil: a primeira, talvez a mais importante, é a presença de uma clara dominação por parte dos homens sobre as mulheres, dominação esta enraizada na exploração das mulheres, principalmente, no que tange à esfera privada. Essa primeira característica é especialmente importante por trazer um novo elemento à luta das mulheres brasileiras, já que a FBPF não possuía noção de dominação de classe devido à herança elitista das sufragistas norte-americanas e europeias. A segunda característica está relacionada às mulheres que tem o trabalho como peça central de suas vidas, tendo condições especialmente difíceis por serem mulheres. Atrelado a esta segunda característica, o tempo também mostra ser um fator decisivo nas discussões sobre trabalho das mulheres, principalmente, como herança deixada às feministas da Segunda Onda ao abordarem a dupla jornada de trabalho das mulheres (PINTO, 2003).

Estando ou não nos moldes do feminismo, os movimentos de mulheres no Brasil tiveram grande relevância nas lutas sociais que seguiriam os anos seguintes. Esses movimentos de expressão feminista acoplaram diferentes formas de militâncias, abraçando as ideologias vigentes do final do século XIX/início do século XX. Para Céli Pinto (2003), o centro da luta feminista da época eram, sem dúvida, os direitos políticos de votar e de ser votada. Apesar das vitórias terem sido poucas (talvez, a mais relevante tenha sido o direito ao voto), foi nessa época que se revelou, através de manifestações públicas, a inquietação social brasileira em torno das mulheres, fazendo emergir os primeiros sinais de organização de um movimento social expressivo, tanto entre as elites intelectuais como entre o setor operário da nascente industrialização brasileira.

Este embrião feminista no Brasil teve seu crescimento interrompido pelo golpe de estado de 1937, o qual levou Getúlio Vargas à frente do governo central do país. Esse golpe não atrasou apenas os avanços do feminismo, mas, também, de outros movimentos sociais de grande importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira (PINTO, 2003).

Na Europa e nos Estados Unidos, essa organização de mulheres perdeu força a partir da década de 1930, tendo um recesso de mais três décadas. No passar desses trinta anos, uma obra literária surge e acaba por se tornar fundamental para a Segunda Onda do feminismo. Em 1949, era publicada a primeira edição do livro *O Segundo Sexo*, obra que se tornou famosa por questionar padrões de feminilidade impostos por uma sociedade hegemonicamente patriarcal.

Escrito pela filósofa existencialista e ativista política Simone de Beauvoir (1908-1986), a obra declarou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, inaugurando uma nova perspectiva de se pensar na produção da subjetividade da mulher. Beauvoir (1967) colocou em cheque teorias essencialistas e funcionalistas sobre as diferenças sexuais biológicas, trazendo à luz o papel da mulher como produto puramente social:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (p. 9).

2.1.2 Segunda Onda

Nas décadas de 1940 e 1950, as mulheres com mais escolaridade não se submetiam mais às mesmas subordinações de outrora (a que suas antecessoras estiveram submetidas). Entretanto, muitos mitos permanecem, até então, inalterados, como os referentes à sexualidade, maternidade e domesticidade.

Eclode, assim, na década de 1950, o movimento social de mulheres que teve como objetivo questionar a condição feminina em um contexto de relações sociais assimétricas entre os sexos, além de pleitear por um espaço de luta legítima pelos interesses das mulheres (FRANCHETTO et al., 1981). Sua força estava no momento histórico de um pós-guerra sofrido e que, ao mesmo tempo, tentava pregar valores protestantes, centralizando a família como pedra fundamental para os avanços sociais.

A década de 1960 é particularmente importante para a história do feminismo na cultura ocidental. Nesse período (além do importante lançamento de Simone de Beauvoir), os Estados Unidos investiam grandemente na Guerra do Vietnã, envolvendo uma grande parcela da população jovem norte-americana. Surgem também os movimentos jovens *hippie* e *beatnik*, com uma nova proposta de modo de vida, contrariando os valores morais e de consumo promovidos pela política de *welfare state* norte-americana (PINTO, 2003). Foi também nos primeiros anos da década de 1950 que a pílula anticoncepcional para mulheres começou a circular, primeiramente, nos Estados Unidos, e, em seguida, na Alemanha. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança a sua famosa obra literária do novo feminismo que borbilhava: *A Mística Feminina* (1963), livro que procurou desmistificar os papéis atribuídos às mulheres de sua época, inserindo a problemática do trabalho nas discussões feministas.

Apesar dos regimes ditatoriais que se proliferavam na América Latina, foi na Segunda Onda que o movimento feminista ganhou força nos países ocidentais. Pela primeira vez, as mulheres falam direta e publicamente sobre as relações de poder entre homens e mulheres:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p. 16).

Mesmo com o aparecimento de diferentes correntes ideológicas, o feminismo, até então, estava focado nos ideais de igualdade entre homens e mulheres (MARTINS; ALCANTARA, 2012). Segundo Claudiane de Lima Costa e Eliana de Souza Ávila (2005), no

cerne das demandas das mulheres por igualdade, estava a perspectiva de serem politicamente iguais aos homens.

O modelo de identidade de gênero que se construía no cerne das lutas feministas influenciou o movimento na década de 1970, possibilitando que as questões de gênero fossem incluídas nas análises e nos discursos referentes à sexualidade nas ciências liberais e funcionalistas, especialmente, nos Estados Unidos. As discussões geradas antes da inclusão do termo gênero na academia obedeciam às análises e aos discursos que se baseavam em um modelo padronizado burguês, machista e racista, que “[engendrava] mecanismos de controle” (MARTINS; ALCANTARA, 2012, p. 102)⁵.

Para Mirian Martins e Karolyne de Alcantara (2012), é nesse contexto que os ideais de igualdade entre homens e mulheres serviam de dados para estudos voltados para a sexualidade, nos quais as teorias relacionadas à identidade de gênero – que sofriam influência das deduções científicas da época – tomaram como base os discursos ocidentais pautados nas categorias binárias de mulher e homem, sexo e gênero.

Nesse período, os estudos eram voltados para teorias funcionalistas que tentavam afirmar diferenças entre os papéis feminino e masculino. Essas teorias funcionalistas trabalharam, sobretudo, com as diferenças entre os gêneros, concebendo a função “expressiva” para as mulheres e a função “instrumental” para os homens. Tais funções/papéis se inseriam no interior da família nuclear, tendo importante função na organização social (MARTINS; ALCANTARA, 2012); em outras palavras, os papéis atribuídos pelos funcionalistas aos gêneros feminino e masculino reproduzem relações de gênero engessadas, que têm como fundamento os papéis sociais referentes às diferenças sexuais.

Tais estudos obtiveram fortes críticas dos movimentos feministas, principalmente, o movimento norte-americano. As feministas sinalizaram que teorias funcionalistas tinham caráter legitimador da subordinação feminina por tratar das questões das mulheres apenas na esfera familiar e por veicular o gênero como um papel social voltado para o indivíduo, o que acabava por limitar a dinâmica de análise em relação à subordinação das mulheres (HEILBORN; SORJ, 1999).

No território brasileiro, o feminismo assumiu uma dinâmica diversa da que ocorria no resto do globo. No ano de 1964, o país passaria por um duro golpe militar, que atingiu seu ápice

⁵ Tal paradigma teve base na psicopatologia e sematologia sexual, das teorias freudianas, da psicobiologia das diferenças sexuais, das descobertas no campo da endocrinologia (1920) e das hipóteses que surgiram em 1950 sobre dismorfismo sexual hormonal/cromossômico e neural (MARTINS; ALCANTARA, 2012).

ditatorial no ano de 1968, com a chegada do Ato Constitucional n. 5 – AI-5. Enquanto que nos Estados Unidos e na Europa o cenário era propício para o surgimento de novos movimentos sociais libertários – especialmente, os que se dedicavam a lutar por causas identitárias –, no Brasil, ocorria um cenário contrário: repressão e censura total de luta política legal, levando os grupos de esquerda a práticas clandestinas, guerrilhas e exílio em outros países. Contudo, foi nesse momento infeliz para os brasileiros que aconteceram as primeiras manifestações feministas da Segunda Onda no país (PINTO, 2010). Mesmo com o clima de repressão e morte promovido pela ditadura militar, surgiu e se desenvolveu no Brasil o movimento feminista.

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo (PINTO, 2003, p. 43).

Uma parte da organização de movimentos de mulheres no Brasil partiu da esfera privada, pois não se deu prioritariamente pela luta contra a opressão feminina, mas, para intervir no meio público através da condição de dona-de-casa, esposa e mãe (PINTO, 2003). Essas organizações tiveram em suas agendas pautas que se relacionavam diretamente com o momento político do país; os movimentos contra a carestia e o movimento pela anistia são alguns exemplos.

Boa parte dessas organizações não podia ainda ser considerada verdadeiramente feminista, porque as mulheres nelas envolvidas não lutavam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. O núcleo de reclamações dessas organizações de mulheres era pautado ainda na vida privada, tendo como cerne o espaço doméstico. Contudo, a aproximação entre essas organizações de mulheres e o movimento feminista se tornou algo inevitável nas três últimas décadas do século XX. Já emergia na consciência dessas organizações problematizações acerca da condição de existência feminina (PINTO, 2003).

O movimento feminista brasileiro emergiu em um paradoxo: enquanto precisou administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista em relação às lutas contra a ditadura militar, também foi visto pelos integrantes dessa luta como um sério desvio burguês (PINTO, 2003). Boa parte das mulheres simpatizantes do movimento feminista no Brasil integrou os movimentos contra a ditadura. Algumas delas passaram pela prisão, tortura, exílio, guerrilha, por perseguição do governo e por assassinato. A anistia política e a reforma partidária que declarou o multipartidarismo no Brasil, em 1979, além das eleições de 1982, tornaram ainda mais problemática a relação do feminismo com a política institucional: se antes o problema para o feminismo brasileiro era a hierarquia de lutas, agora, com o multipartidarismo, o

problema seguia com a divisão das feministas entre os partidos, especialmente, entre o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão de desigualdade social é central (PINTO, 2003, p. 45).

Nesse contexto, o embate entre hierarquia de lutas fez com que o feminismo brasileiro protagonizasse dois cenários diferentes: o primeiro, bastante presente nos partidos de esquerda, é minimização das lutas específicas referentes ao feminismo, pois, costumeiramente, se incluem as lutas como parte de uma problemática geral; já o segundo cenário se refere à desigualdade no interior dos movimentos, como o reconhecimento das diferenças que esse desigualdade toma quando se trata de mulheres negras, pobre, sem-terra, de classe média, brancas etc.

Nos Estados Unidos e na Europa, os movimentos feministas firmaram coalizões e alinhamentos com minorias marginalizadas; nesse contexto, surge a institucionalização do feminismo, bem como a possibilidade para as mulheres de exercerem profissões antes exercidas apenas por homens. Também houve consolidação do acesso à educação superior para as mulheres. Para Martins e Alcantara (2012), o feminismo da igualdade surgiu como um “desdobramento da ideologia igualitária-individualista e em decorrência das transformações dos costumes nas sociedades ocidentais” (p. 103). Diante desses acontecimentos, no início da segunda metade do século XX, foi dado início à institucionalização dos estudos de gênero nas universidades norte-americanas. Nos Estados Unidos, as feministas inseridas no ambiente universitário e de pesquisa começaram a questionar a organização científica de suas respectivas instituições, bem como o trato dado às mulheres nas comunidades científicas e profissional dominantes, suas divisões disciplinares e aos critérios de autoridade científica hierarquizada. Este embate fez com que as feministas construíssem espaços alternativos dentro das universidades (HEILBORN; SORJ, 1999).

Enquanto isso, as feministas brasileiras organizavam as suas primeiras manifestações; as exiladas (principalmente, em Paris) tinham seus primeiros contatos com o feminismo europeu e começavam a se articular em meio à oposição dos homens exilados que analisavam o feminismo como um “desvio” diante da luta pela redemocratização política e contra a ditadura e socialismo no Brasil. Céli Pinto (2012) destaca a Carta Política, documento lançado pelo

Círculo da Mulher em Paris, em 1976, como uma forma de entender a difícil situação em que as exiladas se encontravam:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (p. 54).

A década de 1970 é marcada, sobretudo, por dois eventos distintos que influenciaram o desenvolvimento do feminismo brasileiro; são eles: as reuniões, de caráter privado, do grupo de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o congresso promovido pelo Conselho da Mulher, sendo liderado pela advogada Romy Medeiros da Fonseca⁶ (1921-2013). A presença de Romy Medeiros no movimento feminista brasileiro representou uma transição entre o feminismo elitista, cuja liderança estava no nome de Bertha Lutz, para um feminismo “malcomportado”, com ações mais diretas e enfrentamento de questões consideradas tabus (PINTO, 2003).

Seguindo a contraditória atuação de Bertha Lutz, a qual falava a partir de uma elite intelectual para as minorias de sua época, Romy Medeiros teve boas relações com as elites governamentais do país, incluindo as figuras militares que passaram a liderar a ditadura. Também apreciava políticas de planejamento familiar para famílias pobres, demonstrando afinidade com os programas internacionais de controle populacional no Terceiro Mundo. Seu posicionamento político-ideológico ficou claro nos apoios que o seminário de 1972 recebeu: Benfam (fundação norte-americana com grande atuação em planejamento familiar durante todo o regime militar), Coca-Cola e o alto clero católico.

O evento de 1972 demonstrava uma articulação interessante, apesar da maioria das feministas brasileiras da década de 1970 serem identificadas como de esquerda. O ponto estratégico do evento estava em promover algum tipo de diálogo entre a própria esquerda brasileira com os órgãos de repressão da ditadura. Essa articulação representa uma novidade nascente no feminismo, bem como num conseqüente problema que acompanharia o movimento na década seguinte: apesar do feminismo ser um movimento progressista por excelência, suas

⁶ Romy Medeiros criou, em 1949, o Conselho Nacional de Mulheres, o qual teve como atividade central a luta por iniciativas institucionais em prol das mulheres. Na década de 1950, a advogada protagonizou a luta no Congresso Nacional pelos direitos das mulheres casadas, que precisavam da autorização dos cônjuges para poder trabalhar. O Estatuto da Mulher Casada foi aprovado no Brasil em 1962 (PINTO, 2003).

pautas não perpassam os diálogos políticos de forma exclusiva e restrita, necessitando, assim, de alianças discursivas para que se faça politicamente.

Foi também no ano de 1972 que começaram a surgir, no Brasil, os primeiros grupos feministas. Esses grupos, inspirados na militância norte-americana, tinham caráter privado e efêmero, com participação de poucas mulheres, e só aceitavam novos membros por meio de convites. Mesmo assim, chegaram a promover atividades públicas. Segundo Céli Pinto (2003), é impossível saber exatamente o número total dos grupos, pois estavam dispersos pelo país inteiro. A criação desses grupos preencheu um tipo de vazio político para a esquerda da época, pois esta havia sido derrotada de todas as formas com a entrada dos militares no governo brasileiro. Somando-se a isso, o governo Médici ampliou ainda mais as possibilidades de repressão às práticas políticas libertárias, atando as mãos das militâncias. Os primeiros grupos feministas do Brasil, ao contrário dos outros grupos espalhados pelo globo, procuravam discutir a posição das mulheres na sociedade, mas, pedindo desculpas. Tal circunstância se deve ao momento político infeliz da ditadura, o que remete, novamente, à hierarquização de lutas políticas citada anteriormente.

Além das brasileiras que residiam no próprio país, há ainda que citar as mulheres exiladas pelo processo de perseguição política da ditadura. Boa parte das feministas brasileiras partiram para o exílio devido a essa sombria perseguição do regime militar. Eram mulheres militantes, mas, também, boa parte delas eram companheiras de homens que atuavam em organizações de esquerda. Boa parte das exiladas e dos exilados brasileiros se concentrava na Europa, principalmente, em Paris, e, por um curto período de tempo, enquanto durou o governo de Salvador Allende (1908-1973), no Chile.

Os efeitos da política imperialista soviética eram muito fortes, as esquerdas buscavam uma forma alternativa de fazer política longe das palavras de ordem do internacionalismo proletário. Somava-se a isso uma grande revolução cultural e de costumes que destruía velhas hierarquias e colocara em xeque as tradicionais posições de poder do homem, aceitas quase como naturais pelos exilados brasileiros. Foi nesse cenário que algumas mulheres exiladas entraram em contato com o ideário feminista, que logo foi visto com grande desconfiança por seus companheiros homens. Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais (PINTO, 2003, pp. 52-53).

É nesse contexto de disputa de forças que o feminismo, já repreendido pela ditadura militar brasileira, também não encontrava abrigo entre os militantes de extrema esquerda. Como exemplo da relação de mulheres exiladas com o feminismo, temos a história do Grupo Latino-Americano de Mulheres, cuja fundação, em 1972, se deve a uma ex-militante comunista auto exilada em Paris, Danda Prado. As reuniões do grupo contavam com a presença de mulheres

de vários países latino-americanos e ocorriam em um bar. O grupo teve muito sucesso, chegando a reunir o total de 100 mulheres, além de estabelecer relações em muitos países, incluindo o Brasil, publicando o boletim *Nosotras* até o ano de 1976.

Apesar de representar uma luta progressista e bastante afim às causas políticas de liberdade da esquerda, a relação deste grupo feminista com os homens brasileiros exilados representou um ponto de tensão. A Frente de Brasileiros no Exílio chegou a ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres frequentassem as reuniões do grupo. Houve forte pressão por parte dos homens exilados para que as mulheres abandonassem o grupo, segundo a própria Danda Prado. A grande acusação dirigida ao grupo eram de que se constituía como um desvio da luta contra a ditadura no Brasil. Para Céli Pinto (2003), a questão talvez fosse mais privada do que pública, pois o grupo “estava politizando a vida dentro de casa” (p. 53).

Em 1975, foi criado o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Esta talvez seja a organização de mulheres exiladas de maior importância. Suas atividades duraram cinco anos, tendo terminado em 1979. Após a tensa experiência com o Grupo Latino-Americano de Mulheres, Paris começou a receber um fluxo significativo de exiladas e exilados brasileiros vindos do Chile. Muitas dessas exiladas que chegavam à Europa traziam consigo uma experiência prévia em grupos de mulheres cujos objetivos englobavam a luta contra a ditadura militar no Brasil. A importância do Círculo, em termos ideológicos, foi a presença paralela de uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classes e de um trabalho interno de grupo de reflexão no estilo do feminismo europeu (PINTO, 2003).

A Segunda Onda do feminismo representou uma contracultura radical, segundo Nancy Frazer (2009), um novo projeto que visava à emancipação, agregando suas reivindicações à luta contra as iniquidades do gênero feminino, bem como a consciência de que havia necessidade de lutar pela supressão do racismo, homofobia, imperialismo e desigualdade entre classes. A autora afirma que a Segunda Onda expandiu o significado de justiça, o que possibilitou a integração das mulheres no âmbito político devido à reinterpretação dos papéis atribuídos a elas, baseados nas desigualdades tratadas, agora, de forma direta, já que a subordinação das mulheres, em análise, ocorria de forma sistêmica, profundamente enraizada nas sociedades ocidentais.

A diferença entre o movimento feminista das brasileiras exiladas e o movimento das mulheres que residiam no Brasil está intimamente ligado às esferas pública e privada. Devido ao processo de repressão e censura sofrido pelas cidadãs brasileiras, o feminismo em nosso país se limitava ao lar/esfera doméstica, enquanto que as mulheres exiladas na Europa conseguiam atravessar o muro das casas e falar abertamente sobre a situação social feminina.

O êxito da organização do círculo não impediu que a questão fundamental que acompanha o feminismo brasileiro na época tenha se manifestado, a saber: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer. Em que pese o aspecto mais lúdico desta vertente, parece ter sido ela a grande propulsora de um feminismo mais vigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação. (PINTO, 2003, p. 55).

No entanto, para os países da América Latina, a década de 1980 significou um período de grandes contradições devido ao processo de redemocratização dos países latino-americanos, iniciando a ampliação para os espaços de participação política e promoção de um novo conceito de sociedade civil que, segundo Carlos Montaña (2003) e Ellen Meiksins Wood (2006), acaba por dissolver o caráter de arena de lutas de interesses incompatíveis entre as classes sociais.

Para autoras como Mary Garcia Castro (1997) e Sônia Alvarez (1998), tal ordenamento demarcou este período como de grande tensionamento para o feminismo latino-americano, o que frutificou em críticas na contemporaneidade. Tal fenômeno se justifica pelo processo de redemocratização citado anteriormente, pois, diante as reformas promovidas pelos Estados, os movimentos sociais precisaram se visitar de forma crítica. O movimento feminista, então, precisou se reatualizar frente a essas mudanças.

Foi nesse período, também, que as mulheres começaram a se questionar, sobretudo, as mulheres latino-americanas, em relação à autonomia. Esse questionamento se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes formas de opressão sofridas pelas mulheres, além do núcleo comum que possibilita a construção de uma identidade coletivizada – a identidade genérica do sujeito, “a mulher”, como cita Navarro-Swain (2005). Tais diferenças nascem da diversidade que é intrínseca ao feminismo, pois, dentro da categoria “mulher”, existem muitas outras – negras, mães, lésbicas etc.

Dessa forma, as demandas feministas se atualizavam, se reorganizavam, sempre alimentando o questionamento da totalidade da vida social, mantendo a centralidade da luta contra o patriarcado, capitalismo e políticas tradicionais envelhecidas.

2.1.3 Terceira Onda

Esta última Onda compreende o tempo entre o final da década de 1980 até os dias atuais. Aqui, o que era feminismo se torna feminismos; a pluralidade imbricada nas várias subjetividades da categoria “mulher” faz-se, finalmente, presente na epistemologia e militância mundial. A interseccionalidade passa a ser um termo que indica uma nova forma, uma nova vertente feminista, e traz consigo os espaços-entre, ou interseções de lutas, lugar dialógico do feminismo com outras causas, como racismo e pobreza. Raça, classe e sexualidade são os temas

que se transversalizam constantemente neste período. Em países que sofreram com ditaduras, como foi no caso do Brasil, os processos de redemocratização tiveram ampla participação de movimentos de mulheres feministas.

Em 1979, a anistia às presas exiladas políticas/aos presos exilados políticos e a reforma partidária marcaram o desenvolvimento do Brasil durante a década de 1980. A anistia representou um momento de maior liberalização, menos repressão e medo, com novas possibilidades de manifestação. Apesar do regime militar ainda vigorar no país, o AI-5 não dispunha mais de tantos recursos financeiros para se dedicar à vigilância e a perseguições como fizera nas décadas anteriores. Quanto à reforma partidária, esta possibilitou a criação de espaços para múltiplas manifestações político-ideológicas de oposição, o que começou a quebrar a hegemonia ideológica militar no governo. Essa abertura política deu novas possibilidades ao Brasil, por ir ao encontro dos anseios por expressão das múltiplas correntes que se agrupavam (PINTO, 2003).

Esse cenário foi especialmente importante para o feminismo no Brasil, pois foi através dele que se fez possível que o movimento tomasse novos rumos e protagonizasse as próprias lutas. As militantes feministas, até então identificadas como mulheres do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, começaram a se dividir entre o PMDB e o PT.

Com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal, e do outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação (PINTO, 2003, p. 68).

Neste contexto de dicotomia dentro do feminismo brasileiro, surgem novos grupos temáticos, dentre os quais se destacaram os que passaram a tratar da violência contra a mulher, bem como de sua saúde. É também na década de 1980 que ocorre a criação de espaço para o surgimento e desenvolvimento do feminismo acadêmico. Este feminismo, por sua vez, estava atrelado ao Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, promovendo pesquisas em ciências humanas e educação. Realizadas nas grandes universidades do país, essas pesquisas proporcionaram o surgimento de Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (PINTO, 2003).

A participação do movimento feminista na política brasileira – sobretudo, a partir de 1979 – frutificou em múltiplas tensões. A consequência dessas tensões sobrevive, ainda hoje, e está na própria resistência de um campo político (formado hegemonicamente por homens) em receber e incorporar estratégias feministas como propostas reais e dignas para o desenvolvimento social do Brasil. Poucas são as representações feministas nas instituições

políticas brasileiras, apesar do crescente número de mulheres eleitas para cargos públicos. O movimento feminista vem tentando modificar o quadro, apesar da forte resistência conservadora no Brasil, que declara retrocessos graves aos direitos humanos, sobretudo, os que conferem às mulheres negras e pobres, em relação à saúde e à segurança⁷.

A Constituição de 1988 representou um momento particularmente emblemático para o feminismo no Brasil. O perfil da Assembleia Constituinte é especialmente interessante para situar e contextualizar, principalmente, a ausência das feministas no espaço legislativo (PINTO, 2003). Apesar dos tímidos números de mulheres eleitas nesta época, a década de 1980 trouxe a partidarização e a institucionalização do movimento feminista para o Brasil. Mulheres feministas começaram a ocupar cargos estaduais com a eleição de alguns governadores do PMDB, principalmente, em São Paulo, e federais, com a articulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, em 1985, a qual teve papel decisivo na conquista de direitos da Constituição de 1988. Essas ações, contudo, não esgotam a atuação feminista no país durante a década de 1980 e as que se sucedem. Ao lado de ações políticas – identificadas ou não como partidárias –, se solidificaram no país grupos feministas organizados em torno de dois temas específicos: saúde e violência. Para Céli Pinto (2003), a questão da violência contra a mulher sempre se restringiu ao âmbito privado:

A posição do homem portador do direito de vida ou morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era frequentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. A não-submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violências. Soma-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminidade (p. 80).

Na década de 1980, surgiram no Brasil várias organizações de apoio à mulher vítima de violência; a primeira foi o SOS Mulher, inaugurado no Rio de Janeiro, em 1981. O objetivo desta organização era constituir um espaço de atendimento para mulheres vítimas de violência, bem como um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres.

O feminismo acadêmico brasileiro também floresceu fortemente na década de 1980. Desde as suas primeiras manifestações, o feminismo brasileiro se mostrou fruto de prática

⁷ A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 164, de 2012, de autoria do ex-deputado, atualmente preso pelo crime de corrupção, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), é um exemplo sombrio do retrocesso político brasileiro em relação aos direitos humanos fundamentais. A PEC 164 pretende modificar a introdução do artigo 5º da Constituição Federal para estabelecer a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, hierarquizando, dessa forma, as vidas que estão em jogo em uma gravidez de risco para a saúde física e mental (no caso de estupro) da mulher grávida.

acadêmica, profundamente intelectualizada, sendo amplamente expresso através de romances, jornais, revistas, peças de teatro, artes plásticas etc. A Segunda Onda (década de 1970) continuou a seguir esta tendência intelectualizada das práticas feministas, acompanhando o movimento que se expandia pela Europa e pelo Estados Unidos. A chegada do movimento às camadas populares do Brasil ocorre por meio de uma escolha política estratégica, e não como fruto de um desenvolvimento natural do feminismo. Da mesma forma, ocorreu com as práticas de cultura erudita, especificamente, nas universidades.

Um dos espaços importantes para a produção científica feminista é o das associações nacionais das diversas áreas de conhecimento: Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), Anped – Associação Nacional de Pesquisa em Educação, Anpol – Associação Nacional de Pesquisa em Letras, entre outras. Boa parte dos projetos de pesquisa e trabalhos expostos às associações nacionais tem início nos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente, os de ciências humanas (Psicologia, Ciências Sociais, Antropologia etc.) e educação. Contudo, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, os estudos sobre mulher, com raras exceções, demoraram a se institucionalizar em cursos, departamentos e pós-graduações. A dificuldade dessa consolidação nas estruturas mais pesadas da academia levou ao esquecimento, em muitas instituições acadêmicas, do núcleo de estudos sobre a mulher (PINTO, 2003).

O primeiro núcleo de estudos sobre mulher surgiu na Pontifícia Universidade Católica – PUC, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Fanny Tabak, pioneira em estudos acadêmicos sobre a mulher. A partir de então, mais núcleos nasceram. Um exemplo de núcleo que se tornou grande referência em estudos sobre mulheres e feminismo é o Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero), da Universidade Estadual de Campinas. Este núcleo se aproximou bastante dos chamados *Women's Studies* dos Estados Unidos, por fazer pesquisas e acolher o primeiro curso de doutorado sobre gênero e família no Brasil, bem como pela consolidada publicação de revista acadêmica, que leva o mesmo nome do núcleo, Pagu, reconhecida nacionalmente. Outro fruto da existência de núcleos foi a Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e as Relações de Gênero, criada em 1992. Nesse mesmo ano, a Revista de Estudos Feministas inicia suas atividades reunindo o que há de mais significativo nas produções feministas acadêmicas; esta revista está ancorada a duas universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Catarina.

Não só no Brasil, mas, por todo o mundo, o movimento feminista dentro da academia passou a dirigir seus estudos quanto às iniquidades sofridas pelas mulheres, questionando o binarismo mulher/homem. Estudiosas como Bila Sorj (1992) e Marília Carvalho (1998)

ressaltam a inconsistência da antiga discussão entre as diferenças anatômicas e de personalidades entre os gêneros feminino e masculino, criticando veementemente a idealização regulamentadora da sociedade de caráter dual e parcial. Este ponto de vista direciona-se à concepção ocidental da população branca e de camadas médias. A partir desse ponto de vista, Carvalho (1998) propôs (diante desta generalização enodada) estudos que pensassem as questões de gênero sob a ótica da historicidade.

Em meado da década de 1980, surgiram problematizações acerca da categoria de gênero, bem como uma crescente suspeita em relação ao binarismo sexo/gênero, o qual começou a fazer parte da literatura feminista de forma crescente. Um ceticismo, por assim dizer, resultante dos desafios ao racismo nos movimentos euro-americanos de mulheres, o que clarificou as raízes coloniais e racistas nos movimentos sociais, sobretudo, o feminista (HARAWAY, 2004).

Para Avtar Brah (2006), este movimento de diferenciação foi importante por dar voz às realidades inseridas na miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos; encarar a miríade é tornar visíveis as mazelas sociais (e desumanas) dentro das múltiplas categorias, agora, emergentes: mulheres negras, mulheres camponesas, mulheres urbanas, mulheres lésbicas etc. “O signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos” (p. 1).

A interseccionalidade dentro do feminismo, aqui, amplia-se. É neste momento que se faz ouvir outras vozes além da clássica discussão sobre sexo/gênero (HARAWAY, 2004); o feminismo, então, volta-se para um espelho onde pode enxergar as subjetividades de suas militantes e começa a discutir para além da categoria mulher.

Marta Ferreira Santos Farah (2004) pontua que a teoria do “feminismo das diferenças” é uma proposta utilizada tanto pelos teóricos acadêmicos, quanto pelas teóricas feministas. É nesse período que surge a crítica ao feminismo da Segunda Onda, por sua teoria ter função essencializante devido à generalização da identidade “mulher” em um viés universal: trazia apenas a experiência da mulher branca, de classe média, cisgênero e heterossexual.

Em reação à teoria feminista da década de 1970, a vertente pós-estruturalista feminista começa a questionar a concepção binária dos gêneros feminino e masculino, contribuindo para o rompimento da polarização e homogeneização presente em cada um dos polos. Autoras, como Guacira Lopes Louro (2002), reconhecem e defendem a heterogeneidade e pluralidade de cada uma/um, ressaltando os múltiplos atravessamentos de outras dimensões sociais, como raça, classe, idade etc.

Nesse contexto, o “feminismo das diferenças” ressaltou os traços culturais dos estereótipos feminino e masculino como algo socialmente construído, servindo de base para a subordinação das mulheres (MARTINS; ALCANTARA, 2012). Autoras como Adrienne Rich (1980), Gayle Rubin (1993) e Monique Witting (2013) abrem portas para uma vasta discussão sobre heterossexualidade compulsória, dando maior visibilidade para a militância de mulheres lésbicas dentro do feminismo. Este conceito de diferença também abriu portas para a base da teoria feminista multicultural sobre gênero nos EUA, no final da década de 1980 (HARAWAY, 2004).

As discussões acerca da categoria de análise gênero, bem como a ruptura analítica entre o público e o privado, foram temas agudamente criticados pelas mulheres negras como parte das tendências etnocêntricas e imperialistas dos feminismos brancos. As “mulheres de cor” (HARAWAY, 2004, p. 237) norte-americanas, elas próprias produto de uma construção política de identidades sexuadas, produziram e produzem uma vasta literatura teórico-crítica sobre a produção de sistemas de diferenças hierárquicas, tendo raça, nacionalidade, sexo e classe entrelaçados por toda a história de lutas feministas.

Em 1982, Angela Davis lança sua obra “Mulher, Raça e Classe”, trazendo à tona a situação precária e histórica a qual as negras norte-americanas foram submetidas no processo de escravidão, juntamente ao crescimento do movimento negro de mulheres. Esta obra representa, até hoje, um marco na luta da militância e epistemologia negra feminista; digo "até hoje" porque as reminiscências coloniais e escravocratas ainda fazem parte do imaginário que engloba a mulher negra na cultura ocidental:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (SUELI CARNEIRO, 2011, s/n).

O reconhecimento na epistemologia feminista quanto às múltiplas formas de opressão aumentou a visibilidade das várias faces das mulheres, sobretudo, das mulheres negras. Iris Young (1981) argumentou que a situação vivida pelas mulheres é um tipo específico de opressão, visto que as relações patriarcais estão envolvidas nas relações de produção capitalista como um todo; para ela, se focalizarmos a opressão vivida pelas mulheres apenas no viés do gênero, apenas a dinâmica de uma modalidade de opressão estaria sendo exposta.

Cada condição de opressão precisa ser considerada na sua individualidade; o posicionamento das mulheres brancas norte-americanas não é o mesmo posicionamento das afro-americanas que, por sua vez, não é o mesmo de outras mulheres de cor de outros países. Nesse sentido, cada condição de opressão precisa de uma análise específica de suas tramas históricas, recusando a separação, mas, resistente no que diz respeito à raça, sexo e classe (HARAWAY, 2004).

Kia Lilly Caldwell (2000) ressalta que as tendências contemporâneas de estudos de gênero devem créditos de seus “*insights*” (p. 92) às críticas feitas por mulheres não-brancas do mundo todo. Para ela, os primeiros anos da Terceira Onda Feminista (décadas de 1980 e 1990) representam um desafio aos paradigmas unitários da categoria gênero, categoria desenvolvida por feministas brancas de classe média nas décadas anteriores (Segunda Onda). Este desafio contribuiu para o afastamento em relação aos feminismos tradicionais, encorajando e impulsionando mulheres não-brancas à reflexão sobre as diferenças em detrimento às similaridades (ou sobre o que todas as mulheres supostamente têm em comum).

Como se fosse um desencanto, feministas não-brancas passaram a não coadunar com modelos e discursos desenvolvidos por feministas brancas de classe média, levando à construção de um feminismo que contemplou as experiências de exclusão e discriminação próprias das vivências de mulheres não-brancas. Sendo assim, fez-se necessária uma nova forma de conceituar gênero e feminismo.

Elas notaram também que esse enfoque exclusivo nega e apaga outros aspectos das identidades de mulheres e suas experiências, inclusive raça, sexualidade e classe. Elas acusam ainda o feminismo mais tradicional de tratar de forma inadequada as diferenças dentro da categoria "mulher" e os modos pelos quais o "ser mulher" se define em relação a mulheres de outras raças, etnias, classes e culturas, e não só em relação a homens (CALDWELL, 2000, p. 93).

A Terceira Onda marcou o nascimento desta concepção plural dos indivíduos através da afirmação de outras identidades que fugiam da feminina e masculina (especialmente no que concerne à raça, classe e sexualidade), bem como o progresso de mais feminismos: mulheres negras, mulheres lésbicas, entre outros. Iniciou-se, assim, uma nova fase no feminismo: afirmação das diferenças entre as mulheres, o que acabou por causar uma tensão dentro do próprio movimento no reconhecimento das práticas discursivas da militância.

É na Terceira Onda que vemos ressurgir um feminismo de militância nas ruas com as interseções entre as lutas das mulheres e de outras minorias marchando juntas. Foi através da Marcha Mundial das Mulheres – MMM, que reuniu, a partir dos anos 2000, mulheres do mundo todo em campanha contra a pobreza e violência, que se instaurou no movimento feminista geral

um novo diálogo com outras minorias, outras subjetividades femininas, bem como o retorno das mulheres às ruas em protestos pelo mundo todo.

Com ações que iniciaram em 8 de março de 2000, terminando em 17 de outubro do mesmo ano, organizou-se o que foi chamado de “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A MMM se inspirou em uma manifestação realizada em 1995, Quebec, Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo “Pão e Rosas”. A crítica se resumia ao sistema capitalista como um todo. Por conta desse protesto, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos às mulheres imigrantes e o alcance da economia solidária (BLOG..., 2017).

O princípio que norteia a MMM é a organização das mulheres de espaços rurais e urbanos, tendo como base a aliança com movimentos sociais. A MMM defende, ainda,

[...] a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente [...] A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir (BLOG..., 2017).

A MMM começou a se articular de forma crescente com outras organizações e movimentos sociais, ampliando suas influências, dentre os quais estavam a Rede Latino-Americanas Mulheres Transformando a Economia – REMTE e a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional (MARCHA..., 2017).

Segundo a MMM, as agendas dos movimentos parceiros se “contaminam” umas com as outras, fortalecendo e contribuindo com o crescimento e elaboração entre os movimentos. Tais articulações parceiras se deram na Assembleia de Movimentos Sociais, que lançou lutas e campanhas afins, como as lutas contra as guerras e o livre comércio (MARCHA..., 2017).

No Brasil, em 2012, a MMM aconteceu entre os dias 8 e 18 de março. Cerca de 3 mil mulheres marcharam, durante 10 dias, entre as cidades de Campinas e São Paulo, organizadas em delegações de todos os estados em que a MMM se faz presente. A marcha funcionou como uma grande “atividade de denúncia” contra o sistema capitalista, dando visibilidade às lutas feministas e à solidariedade internacional. A 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres representou um marco para o feminismo no Brasil, reunindo mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais (MARCHA..., 2017).

No que diz respeito à epistemologia feminista da Terceira Onda, os trabalhos, como o da filósofa estadunidense Judith Butler (2016), se destacam. Em suas críticas, Butler (2016) ressalta que o movimento feminista deve buscar compreender de que forma a categoria de

análise “mulher” é construída pelas forças dominantes e pelo próprio movimento; no entanto, conclui que a construção desta categoria é semelhante (em seus efeitos) tanto nas forças dominantes, quanto dentro do feminismo – semelhante no que se refere ao processo de essencialização de gêneros coerentes (HARAWAY, 2004). Por muito tempo, a categorização “mulher” foi fundamental para as discussões em torno da promoção para a visibilidade política das mulheres, entretanto, a associação entre teoria e política passou a ser questionada dentro do próprio movimento feminista contemporâneo, devido ao caráter essencialista que este trabalho provocou, qual seja, o de definir o que é mulher e o que é homem.

Trabalhos como o de Butler (2016) propõem à epistemologia que lhe é contemporânea a desqualificação das categorias analíticas como sexo, natureza etc., que, por sua vez, levam a uma normatização de heterossexualidade compulsória. Esta desqualificação funcionaria como meio de superar os entraves feministas de nosso tempo. Para Donna Haraway (2004), “isto exporia a ilusão de um centro interior organizador do gênero e produziria um campo de diferenças de gênero e de raça aberto à resignificação” (p. 219).

Haraway (2004), em consonância com Rubin (2012) e Butler (2016), argumenta que são essas questões de diferenças que tornam claro por que a teoria feminista de sexo/gênero deve se adequar simultaneamente a uma teoria de diferença racial histórica. Para a autora, também se clarifica por que uma teoria e uma prática da sororidade⁸ não podem se apoiar em posicionamentos que compartilhem do pensamento antagonista entre homens e mulheres. Assim, Haraway (2004) conclui que a teoria feminista negra teve um importante papel epistemológico, pois conseguiu construir discursos alternativos sobre a(s) mulher(s) que romperam paradigmas imaginariamente universais. “A recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcado/a pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito-real narrativa imaginária de sexo e raça” (p. 246).

O diálogo que agora se volta para o próprio feminismo o convida a se rearranjar dentro das novas organizações sociais. Apesar de constituir uma polêmica entre as vertentes feministas, é útil revisitar as práticas e os discursos inseridos tanto na epistemologia, quanto na militância, enquanto caminho para um feminismo interseccional e contemporâneo, que se revisita, revisa, reconstrói, enquanto um conjunto formado de micro-causas que contemplem a diversidade inserida na categoria “mulher”, atualizando-a para “mulheres”, com subjetividades plurais e sempre reais.

⁸ Sororidade é um termo utilizado nas práticas feministas para designar um pacto de apoio entre mulheres, englobando dimensões éticas e políticas.

2.2 DO FASCISMO COTIDIANO: O ANTIFEMINISMO

Como coloquei ao longo das três Ondas Feministas, o movimento obteve muitas conquistas. No entanto, o feminismo também enfrentou perdas em sua história. Na década de 1980, início da Terceira Onda, foi deflagrado um forte contra-ataque às conquistas das mulheres, com argumentos de que sentimentos “negativos”, como o de angústia e insatisfação, são frutos da excessiva independência feminina, destruindo também o progresso alcançado dentro da esfera do trabalho, da política e da forma de pensar.

O feminismo contemporâneo, assim como em seus antepassados, revive sob a sombra de novas formas de se fazer militância. A epistemologia e a militância contemporânea nos transportam para um redemoinho de novas ideias, no qual as lutas e as diversas subjetividades das mulheres se fazem vivas em guerrilhas de constantes ataques pró e antifeministas, sobretudo, no que diz respeito ao florescimento da militância na internet.

O crescente interesse em novas tecnologias possibilita à militância feminista superar algumas antigas barreiras (como a da distância) em prol de suas numerosas causas. Negras, brancas, indígenas, transexuais, mães, lésbicas etc. estão a cada dia se beneficiando da internet como instrumento para obter e lançar novas informações acerca do seu cotidiano de ser mulher, e, com isso, pintam o quadro plural dos novos feminismos.

O quadro parece perfeito em toda a sua diversidade de cores, de técnicas, de acabamentos; entretanto, a onda contemporânea de militância no ciberespaço é atingida por uma forte “ressaca” antifeminista, a qual insiste em querer repor a mulher a seu suposto “lugar de origem”: a mãe, dona de casa, que lava, passa, cozinha, reproduz e que “deve ser feliz” assim.

A jornalista norte-americana Susan Faludi (1991) nomeou essa resistência ao feminismo de *backlash*. A autora expõe minuciosamente pesquisas sobre a subjetividade feminina que foram fraudadas pelo governo norte-americano no sentido de essencializar os papéis das mulheres na sociedade. Sua análise crítica pretende revelar as formas com as quais o conservadorismo lutou e ainda luta para retroceder e destruir as conquistas feministas da Segunda Onda, povoando a atualidade com mitos que culpam o feminismo pela suposta infelicidade da mulher ocidental.

O *backlash* consiste em uma prática conservadora de impedimento do progresso da mulher; uma espécie de contra-ataque em resposta às vitórias das lutas feministas. O *backlash* se faz presente nos sinais de que a militância feminista obteve algum sucesso em suas lutas. Sua raiz cresce, portanto, quando os avanços feministas ainda são pequenos, contra-atacando

tanto a militância, quanto a epistemologia. Para Faludi (1991), o sucesso do *backlash* é diretamente proporcional às suas sutilezas discursivas; em outras palavras: enquanto os discursos antifeministas não são encarados como atos políticos, esses mesmos discursos passam despercebidos, se fazendo valer de falsos mitos que apelam à razão dos indivíduos para serem fatos.

São *backlashes* porque sempre surgem como reação contra o "progresso" das mulheres, causados não apenas por um substrato de misoginia, mas sim por esforços específicos pela melhoria de suas condições, esforços que sempre foram interpretados pelos homens – especialmente aqueles confrontados com ameaças reais ao seu bem-estar econômico e social em outros campos – como algo que iria levá-los à ruína (FALUDI, 1991, p. 18).

A prática do *backlash* não possui um comando direto de um indivíduo cujos julgamentos imperem. Suas estratégias se fazem de acordo com as tramas sociais, como em toda produção de sentidos.

O *backlash* se assemelha bastante com o antifeminismo no que diz respeito aos discursos de retrocesso. É importante ressaltar que discursos antifeministas – assim como o *backlash* – possuem em seu núcleo o medo da mudança como principal articulador de ameaça (FALUDI, 1991). Este medo de mudança, segundo Marcia Tiburi (2015), impossibilita o diálogo e troca de informação sobre os diversos discursos que circulam em nossa sociedade. O medo, enquanto investimento afetivo, antecede o ódio. Politicamente, este segundo tipo de afeto se manifesta em forma de intolerância, através do não-diálogo entre os sujeitos políticos. Para Tiburi (2015, p. 37), “[...] nenhum afeto é totalmente espontâneo [...] nenhum sentimento é natural. O treino para o amor ou para o ódio se dá pela repetição dos discursos”.

Sendo assim, o antifeminismo se enquadra no princípio descrito por Tiburi (2015) enquanto discurso de ódio ao feminismo, e, principalmente, aos sujeitos do feminismo – as mulheres – que são usados como “sacos de pancada” pelo contra-ataque antifeminista.

O discurso que circunda o antifeminismo já percorreu um longo caminho histórico, povoando leis, religiões e costumes, em geral; assume, muitas vezes, caráter humorístico como arma eficaz para combater os discursos feministas (SOIHET, 2008); basta observarmos a representação ilustrada nos meios de comunicação sobre o estereótipo da feminista: em geral, a mulher feminista é representada como malcuída, não seguindo os padrões mitológicos de beleza feminina, idealizadas como “assassinas” (por serem a favor da legalização do aborto) e “radicais demais”, que queimam sutiãs em praças públicas em protestos etc.

Figura 1 – Exemplo de postagem antifeminista no *Facebook*



Fonte: *Facebook* (2017).

A figura acima exemplifica um discurso comum produzido em redes sociais sobre mulheres feministas. O fato de as feministas reclamarem direitos sobre seus corpos serve como justificativa para julgamentos referentes a uma suposta “sexualização” que o feminismo preconizaria às mulheres – neste caso, a forma com que a mulher se veste no calor.

De que forma, então, estariam se submetendo as mulheres aos desígnios patriarcais, sendo elas próprias reféns dos machismos que praticam? A questão em foco não se refere, muito menos se ocupa, à mulher (representada como vítima) se autoflagelar por concordar em ser dominada por sujeitos de outro gênero, como se fosse uma criatura masoquista. Tal pensamento se constitui como um mito (bem como o da vitimização feminina frente às opressões de gênero), uma ficção clássica e bastante utilizada contra as feministas. Este discurso acaba por preconizar, quase que unanimemente, um instrumento de fala crítica ao feminismo (ou uma fala antifeminista) – a saber, o de “vitimização das mulheres”, como se elas fossem culpadas das próprias iniquidades.

Figura 2 – Exemplo de discurso antifeminista



Fonte: Facebook (2017).

Na imagem acima, mais um exemplo recorrente do antifeminismo em rede social: utilizando celebridades mulheres, a construção de sentido produzida procura justificar como o feminismo seria paradoxal – “[...] a vagabunda feminista sai no carnaval dando para os gringos geral ou vai caçar um no exterior.....mas todas reclamam da objetificação da mulher”.

Nesse sentido, é preciso considerar a inscrição feita nos corpos, nas formas e disformas. Ser ou não ser feminista impõe sobre as mulheres denúncias nos próprios corpos devido à construção paradigmática da arte de se fazer mulher: ser pequena, submissa, cabelos longos, quase (se não completamente) infantilizada em suas falas, gestos, expressões, ideias.

Tendo a epistemologia feminista investigado tais processos, muitas autoras e militantes desqualificaram a imagem domesticada da mulher; isto foi possível graças às produções epistemológicas acerca das relações entre os gêneros, o que trouxe à tona conclusões tidas como polêmicas pelos mais conservadores/as dos/as leitores/as (visto nas sessões anteriores no panorama histórico do movimento feminista). A leitura que se faz do ponto de vista conservador ainda nos abre outra porta com uma miríade de relações a ser explorada, confrontada e, mesmo, refutada.

As práticas antifeministas andam pelos caminhos conservadores cujas ideias caducaram frente às mudanças conquistadas pelos movimentos de mulheres no mundo todo. Há, no entanto, necessidade de considerar que essa visão conservadora insiste fortemente em nosso cotidiano como coisa institucional, como uma força caracterizada pela relação polarizada com as múltiplas resistências que lhe fazem referência. Sendo assim, não é possível falar de e sobre antifeminismo sem percorrer os caminhos desta histórica polarização de saber/poder.

Lê-se por coisa(s) antifeminista(s) tudo aquilo que vai de encontro ao progresso social relativo à igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre negros/as e brancos/as, entre ricos/as e pobres etc., tendo em mente a transversalização entre subjetividades presentes nos discursos feministas, bem como das minorias referentes à raça e classe que moldam as múltiplas faces dos movimentos de mulheres. Maria Bernardete Ramos Flores (2004), ao citar a historiadora feminista Michelle Perrot, afirma que, diferente da misoginia, que utiliza símbolos representativos para argumentar, o antifeminismo caminha *pari passu* com os feminismos; caracterizando-se, assim, como um tipo de “vacina” contra as consequências das lutas feministas, como se elas próprias fossem as iniquidades sofridas pelas mulheres.

Um sentimento de crise de identidade e de feminização da cultura fez com que surgisse uma recrudescência de obras difamatórias do sexo feminino, centradas no propalado caráter ontológico físico e mental da mulher-mãe. Os grandes interpretes da condição moderna, de Schopenhauer a Freud, viam nas mulheres uma ameaça à supremacia máscula, com o desmoronamento das certezas e dos valores tradicionalmente “viris” (FLORES, 2004, p. 229).

Definir antifeminismo, entretanto, requer aporte teórico relativo aos fascismos que nos violentam enquanto defensoras de nossos direitos fundamentais⁹. Michel Foucault (2010), no prefácio do livro *O Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2010), afirma que fascismo se caracteriza como algo presente em todos nós, que nos assombra diariamente, que nos faz amar e desejar o poder – assim, amar e desejar o que nos domina e explora. O fascismo (como dominação e exploração, ou seja, como prática) pode se definir pela opressão e bruta autoridade – assumindo, vez ou outra, um viés totalitário –, sobreposição de vontades, desejos, ideias, ideologias; por ser sobreposição, então, de vontades, o fascismo, enquanto prática, se escancara através de violência.

Da mesma forma que Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2010) se preocupavam com as tramas ambivalentes de sentimentos inscritas no fascismo, devido aos riscos de se aderir a ele: o fascismo é uma tentação que nos sonda sutilmente; é uma tentação tanto fascinante, quanto lancinante, de experienciar o poder. O foco destes autores se concentra na preocupação relativa ao “fator de risco” constitutivo do fascismo: sua prática está mais ligada a uma disposição subjetiva do sujeito, do que a uma ameaça. Por disposição subjetiva, entende-se o

⁹ Deleuze (1991) situa o fascismo ou a prática fascista como uma forma de atuação sobre a sociedade que quer impossibilitar ou frear qualquer movimento fora do previsto dentro nas normatizações e disciplinamentos instituídos. “A censura provoca borbulhamentos subterrâneos, mas a reação, ela quer tornar tudo impossível” (DELEUZE, 1991, p.118). Chama-se um discurso de ódio de fascista devido a esta característica de combate ao que se desenvolve fora do imprevisto, o que causa efeitos de reações violentas.

desejo do sujeito de ter a vida governada, desejo pelo poder que exerce sua força sobre a vida (FOUCAULT, 1977).

As redes sociais na internet constituem um campo rico para proliferação de opiniões dos mais diversos valores; recentemente, vemos crescer discursos intolerantes de extremo radicalismo, principalmente quando os temas são ou envolvem gênero/sexualidade. A pluralidade de subjetivações em meio aos sites de redes sociais permite às pessoas o estabelecimento de laços de convivência, mas, também permite constantes conflitos de opiniões, tudo através da rápida troca de informações. São em grupos de páginas da internet que se proliferam mobilizações e discussões acerca dos mais diversos temas.

Seguindo esse raciocínio no contexto da internet, Marcia Tiburi (2016) esclarece que, na era digital, vivemos “ilhados em nós mesmos, mas esquecidos do corpo onde estamos ilhados” (p. 139). Daí é possível concluir que, diante do crescimento das relações em meios digitais, é em frente a um computador que nos sentimos seguros, mesmo que essa segurança se constitua em uma ilusão conveniente. A autora cunha o termo “ato digital” como um tipo de nova prática nas relações humanas; segundo ela, o ato digital se constitui como uma simulação que substitui a realização em si. Sendo assim, é fácil concluir a forma com que discursos de ódio vêm sendo propagados na internet, sem melindres, principalmente, em páginas de redes sociais.

A sociedade, diante do mito da segurança, se move através do medo. O medo se caracteriza, nesse sentido, como o centro da conservação – ou de discursos enquadrados no conservadorismo (TIBURI, 2016):

Ouvir, que é, em muitos momentos, uma atitude muito mais importante do que falar, está fora de cogitação quando se tem medo. O outro, esse alguém com jeito de ninguém, entra em nossa ilha quando o ouvimos e nos desestabiliza (p. 141).

O medo, afeto que distancia as vozes e, principalmente, não as escuta, constrói barreiras entre opiniões divergentes. Com isso, a dificuldade de conversar com o outro e de manter pontes que possibilitem diálogos sobre os mais diversos temas aumenta e caímos no descaso do silêncio. O não dito, nesse sentido, se constitui como o não dialogado, a não troca entre os interlocutores/as interlocutoras.

“Como não conseguimos falar com o outro, falamos apenas para nós mesmos [...] Falamos para nossos pares” (TIBURI, 2016, p. 144). O não diálogo passa a ser uma espécie de “bolha”, onde se acomodam os “iguais”; sendo assim, passa-se a falar mais do mesmo com quem possui opiniões afins. Nessa prática, que aprisiona diálogos, se instala apenas a confirmação do que já se sabe, o que acaba por aprisionar os interlocutores em vaidades

contemplativas de suas razões, de suas verdades. Eis o desafio: conversar com quem pensa diferente, ou melhor, com quem está com medo de conversar. O outro, nesse contexto, acaba por ter uma função importantíssima:

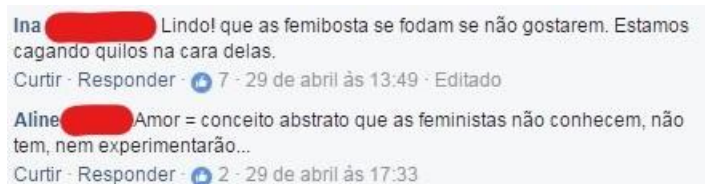
Se há uma relação intrínseca entre a multiplicidade dos pontos de vista e a quebra do pensamento único, é porque o outro é o elemento inevitável que surge no ato da percepção da multiplicidade da qual o mesmo faz parte (TIBURI, 2016, p. 169).

Tal relação é facilmente percebida na internet, especialmente, ao observarmos comentários em páginas de redes sociais que procuram discutir temas voltados para política (páginas de cunho feminista, antifeminista, de partidos de esquerda/direita etc.).

A internet se constitui como um laboratório de perspectiva ao falarmos das relações que nela se proliferam. A virtualidade das redes sociais, nesse cenário, faz emergir a experiência de linguagem que torna possível a interação com o múltiplo, que é capaz de superar paradigmas e perspectivas, mas que também mantém o uno, o mesmo e o outro (TIBURI, 2016).

No entanto, existe ainda um desafio maior do que dialogar com o que sente medo: dialogar com quem não está, de forma alguma, disposto a compreender e entender, com quem posiciona as próprias verdades como únicas e absolutas, como se estivesse impotente diante da fala do outro. A condição de impotência – ou de indisponibilidade da compreensão – significa (para a autora) “falta de abertura para o outro” (TIBURI, 2016, p. 144); esta falta se transmuta em ódio ao outro, discursos e práticas vexativas, humilhações, violência simbólica e física, até mesmo ao extermínio do outro.

Figura 3 – Exemplos de comentários antifeministas feitos por mulheres



Fonte: Facebook (2017).

Os fascismos cotidianos florescem nos meios de comunicação, sobretudo os vinculados às redes sociais na internet. É impossível negar a importância das redes sociais virtuais em nossa sociedade, devido ao amplo alcance que essas proporcionam (LEITE; CARDOSO, 2015). Tal alcance permite uma infinidade de produções de sentido. Igualmente ao ambiente não-virtual, a internet absorve os discursos de seus usuários, codificando-os em práticas diárias. Assim ocorre com os discursos antifeministas: em redes sociais, o antifeminismo que se faz presente em páginas, comentários, postagens etc., obedece a um tipo

de corrente entre o virtual e o não-virtual, trazendo para o cotidiano fora das redes sociais as práticas referentes aos seus argumentos.

3 METODOLOGIA

A proposta teórico-metodológica de análise a ser utilizada nesta pesquisa é a orientada pelo construcionismo social. Pretendo utilizar tal perspectiva na problematização de discursos antifeministas em redes sociais, como já mencionado.

Sendo assim, esta seção apresentará, inicialmente, o construcionismo enquanto perspectiva de análise a ser utilizada, subsidiando as práticas discursivas e produções de sentido, com especial atenção ao papel da linguagem como prática discursiva. Em seguida, o capítulo apresentará uma sessão dedicada à Netnografia (KOZINETS, 2010) como método para produção de dados na internet.

3.1 ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA: SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÕES DE SENTIDOS

Utilizarei o construcionismo como um meio para analisar discursos antifeministas em redes sociais da internet. Cada discurso analisado será amparado metodologicamente pela estrutura de práticas discursivas e produções de sentido, visando proporcionar uma perspectiva de construção esmiuçada sobre críticas ao movimento feminista – críticas estas que partem de mulheres não-feministas.

Sendo a linguagem o seu cerne, a perspectiva construcionista social busca compreender os processos de institucionalização no cotidiano das relações humanas. O construcionismo caracteriza-se, também, como movimento, por não ser uma teoria, pois o mesmo não tem pretensão em postular verdades absolutas através de princípios inquestionáveis e universais. Dessa forma, Ricardo Pimentel Mélo e colaboradoras (2007) definem o movimento construcionista como “uma postura crítica diante do mundo” (p. 27). Esta postura confronta o antigo dualismo entre sujeito e objeto e questiona a tradicional noção de conhecimento enquanto uma faculdade puramente mental e de caráter essencialmente natural.

É importante ressaltar que a proposta teórico-metodológica em questão se manifesta interdisciplinarmente, o que proporciona interfaces com a História, com a Filosofia, com a Antropologia, a fim de fazer emergir reflexões possíveis sobre o nosso mundo (SPINK; FREZZA, 2013):

A perspectiva construcionista é resultante de três movimentos: na Filosofia, como uma reação ao representacionismo; na Sociologia do Conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade, e na Política, como busca de empowerment de grupos socialmente marginalizados. Os três movimentos são, obviamente, interdependentes, refletindo um movimento mais amplo de reconfiguração da visão de mundo própria a nossa época (p. 6).

O grau de importância dado aos estudos cujas investigações permeavam os “sentidos das coisas” conferia ar de suspeita no que diz respeito ao rigor científico. Na década de 1970, a Psicologia sofria uma forte “quantificação” dos seus métodos de pesquisa – uma tentativa de torná-la o mais científica possível. A ciência da Psicologia era pensada como um fazer generalizante, quantificado e passível de demonstração. Além disso, as discussões sobre bases filosóficas eram escassas e pouco abordadas na área de conhecimento – talvez pela insistência da Psicologia em construir/manter um status científico “respeitável” frente às outras ciências.

Foi nesse empreendimento (o de tornar a Psicologia uma ciência “respeitável”) que os psicólogos tomaram o laboratório como centro de pesquisa. No final da década de 1950 e início da de 1960, houve reação ao paradigma de pesquisa dentro da Psicologia Social. Segundo Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza (2013), essa “virada metodológica” (p. 5) seguiu duas direções: valorização da observação de comportamento em ambiente natural (através do fortalecimento do ensino de Etologia nas graduações de Psicologia e as pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento – comportamento infantil) e o estudo de comportamento em ambiente natural.

No contexto de pesquisa em ambiente natural, tornou-se inevitável acatar a visão do outro como perspectiva de pesquisa em Psicologia Social. É nesse momento que ressurge a valorização dos estudos voltados para processos sociais. Vemos nessa virada uma reação de postura crítica contra a ciência de laboratório até então adotada nos métodos de pesquisa da Psicologia Social Experimental (SPINK; FREZZA, 2013). O objeto da Psicologia Social, assim, também sofre modificações em sua construção:

[...] como em tantos outros domínios de nossa vida, o novo e o velho convivem, lado a lado, na Psicologia Social. Nem toda a Psicologia Social é uma psicologia crítica; e também a psicologia crítica apresenta-se polissêmica: muitos são os seus sentidos (SPINK; FREZZA, 2013, p. 6).

Sobre esta postura crítica – que permanece caracterizando o construcionismo –, Mélló e colaboradoras (2007), ao citarem Lupicínio Íñiguez, a consideram como principal característica do construcionismo, por manter um constante questionamento e uma “desfamiliarização” (SPINK; FREZZA, 2013, p. 10) do óbvio, do que é rotineiro e natural em nossas vidas, o que culmina em um esforço de desconstrução de conceitos e práticas fortemente fixados em nossa cultura. Tais conceitos acabam por ser construídos como crenças, ou verdades cristalizadas, tornando-se obstáculos para a construção de novos discursos. Contrária ao essencialismo e naturalização do conhecimento como parte fundante de uma verdade, a

perspectiva construcionista enfatiza que os acontecimentos são construções sócio históricas, e que podem ser difundidos sob diversas visões de mundo.

A desfamiliarização é baseada na crítica da concepção de verdade como um conhecimento absoluto (SPINK; FREZZA, 2013). A proposta desta perspectiva não é a de um mundo sem verdades, entretanto, sugere que as verdades são sempre construídas a partir de critérios coerentes, de utilidades, moralidades, inteligibilidade; de “adequação às finalidades que designamos coletivamente como relevantes” (p. 12).

O foco sob a linguagem surge da reflexão de que esta “constrói versões de mundo e, conseqüentemente, produz “realidades” (MÉLLO et al., 2007, p. 28), por meio da característica performática da linguagem – conceito relacionado à capacidade que a linguagem tem de fazer e/ou criar estados de coisas (SPINK; FREZZA, 2013). Portanto, falar não é uma ação que se encerra em si, mas, uma ação que se reverbera como qualquer outra, quando se considera seus efeitos.

A linguagem, aqui, será tratada como prática social (SPINK; MEDRADO, 2013). Diante da abordagem construcionista, o trabalho segue o caminho entre os “aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção” (p. 23), considerando-se o contexto tanto social, quanto interacional.

Assim, a linguagem é considerada uma prática onde se situam hábitos, normas, políticas etc., constituindo fronteiras de articulação (MÉLLO et al., 2007, p. 28) que torna possível a construção dos mais diversos discursos. Enquanto prática, ela se volta para o entendimento dos modos como as coisas funcionam nos campos de relações humanas; é dessa forma que o construcionismo, na diversidade do campo da Psicologia Social, tem favorecido importantes reflexões teórico-metodológicas para esta área de conhecimento, pois, como explicitam Spink e Frezza (2013, p. 9): “A investigação, sob essa perspectiva, difere do enfoque tradicional por transferir o *locus* da explicação dos processos de conhecimento internos à mente para a exterioridade dos processos e estruturas da interação humana”.

Para Spink e Frezza (2013), a proposta de análise do discurso se inscreve como a “compreensão do poder dos discursos emanados de diversas esferas de saber” (p. 19). Sendo assim, a linguagem protagoniza as condições de produção de um discurso, levando-se em conta o local de fala dos emissores e receptores de estrutura social em questão. As autoras, ao citarem o pós-estruturalista Ian Parker, afirmam que, segundo ele, os pesquisadores buscam entender seus objetos através das construções de discursos e, a partir daí, compreender como são construídos os sujeitos.

Ao concluirmos que a produção de sentido é algo importante na vida em sociedade, tendo como objetivo entender como se constroem os sentidos do nosso cotidiano, é possível enxergar novos horizontes e novas perspectivas de compreensão do nosso mundo.

Quando se questiona a produção de conhecimento e a forma com que ela se dá, quando a língua já não responde às questões sobre sentido, ou quando as ciências começam a se questionar sobre as próprias produções e seus lugares entre os discursos e as práticas, se constrói um terreno fértil para a busca de novos conceitos, métodos, estratégias, epistemologias. É exatamente nesse contexto que a linguagem vem subsidiar o construcionismo social: ajudando a entender as tramas de construção de práticas discursivas e de produção de sentido em nossas vivências cotidianas.

3.2 NETNOGRAFIA

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem permitido novas formas de relação em nossa sociedade. Conhecidas como Comunicações Mediadas por Computador – CMCs, essas novas formas de relação têm permitido a produção de diversas comunidades, que só existem e se consolidam através de comunicação e troca de informações *online* (NOVELI, 2010). Na utilização de comentários em páginas de redes sociais da internet como documentos para análise, é necessário considerar a dinâmica do espaço onde se encontra esse tipo de documento de domínio público: a internet possui fluidez e praticidade, o que confere a ela a rapidez necessária para acompanhar o ritmo de vida contemporâneo.

Diante do crescimento do que chamamos aqui de cibercultura, cada vez mais pesquisadoras/pesquisadores têm lançado mão de metodologias e técnicas tradicionais em ambiente virtual, adaptando-as para que sustentem a produção de dados de suas pesquisas feitas na internet. Um desses métodos tradicionais – que tem sofrido frequente adaptações em pesquisas – é o método etnográfico: em meio virtual, a etnografia tradicional encontra novos entraves e se adapta sob a denominação de Netnografia, ou método netnográfico, ou etnografia virtual, dentre outros nomes frequentemente utilizados por pesquisadoras/pesquisadores que se propõem a estudar e produzir dados na internet (KOZINETS, 2010).

A Netnografia, inicialmente, se tratava de uma “[...] descrição por escrito de uma cultura *online* instruída pelos métodos da antropologia cultural” (KOZINETS, 1997, p. 479). Sua definição enquanto método qualitativo vem posteriormente, com o reconhecimento da necessidade em sistematizar a produção de dados *online*. Segundo Robert V. Kozinets (1997), a Netnografia se propõe a estudar o “comportamento de consumo” em meio virtual – como um adendo ao conceito inicial da mesma. Ao longo das construções sobre o referido método, a

Netnografia mantém orientação etnográfica, porém, em estudos de comunidades *online*, tornando-se sinônimo de “etnografia na internet” (KOZINETTS, 2002, p. 61), ou como “prática *online* da etnografia” (KOZINETTS, 2006, p. 279).

A denominação deste método possui, obviamente, relação direta com o termo etnografia, por servir de ferramenta sistematizada de estudos de grupos ou culturas – no caso da Netnografia, em meio virtual. Kozinets (1998) reforça esta relação, pois afirma que, durante a elaboração de um método que sistematizasse a produção de dados *online*, sua orientação foi autenticamente etnográfica: adequou-se como membro participativo de uma dada comunidade virtual, a experienciou como um membro, mas, também, como alguém que perseguia um objetivo de pesquisa cultural.

Para melhor apresentar os procedimentos que seguem uma pesquisa netnográfica, se faz necessária uma breve apresentação não só de sua origem e relação direta com o método etnográfico, mas também do próprio método etnográfico, a fim de que se clarifique por quais caminhos meus procedimentos de pesquisa aqui se fazem.

3.2.1 Etnografia e netnografia

Devido às mudanças ocorridas nos contextos sociais, sobretudo aquelas que se referem às inovações tecnológicas, considera-se fundamental revisitarmos alguns conceitos, métodos, discursos e técnicas aplicados na área de pesquisa (NOVELI, 2010). Philip N. Howard (2002) pontua que, acompanhando as novas formas de organização social e de comunidades emergentes, as/os pesquisadoras/pesquisadores devem adaptar os seus métodos, a fim de capturar melhores evidências. Assim, é justo considerar que a etnografia, sendo uma “descrição sistemática do comportamento humano e da cultura organizacional baseada na observação de primeira mão” (HOWARD, 2002, p. 553), também passa por um processo adaptativo mediante as construções sociais contemporâneas. Para Marcio Noveli (2010):

Definir etnografia não é uma tarefa fácil. De acordo com Hair; Clark (2003, p.3), a “(...) visão mais estabelecida é a ligada à antropologia, [considerando a etnografia] como um método singular de observação. Outros se referem a ela enquanto conjunto de métodos, estratégia de pesquisa, um paradigma, uma estrutura mental (...)”; sendo que os diferentes “sabores” da etnografia, considerando as tradições etnográficas enfatizadas por cada autor em seus trabalhos, tornam fútil o exercício de defini-la e fixar suas características essenciais.

É comum, ainda, o uso do termo “etnografia” para descrever pesquisas *online* devido à construção de um espaço na internet (ou ciberespaço). Tal construção funciona, frequentemente, como justificativa para o uso indiscriminado do termo “etnografia” em pesquisas sociais produzida em meio virtual, como se apenas a noção de espaço e inserção

das/dos pesquisadoras/pesquisadores fosse necessária para enquadrar o método investigativo no processo etnográfico.

Kozinets (2010) discorda desse posicionamento, pois, em suas palavras, “as experiências sociais *online* são significativamente diferentes das experiências sociais face a face, e a experiência de estudá-las etnograficamente é significativamente diferente” (p. 12). O autor pontua três considerações acerca da experiência em pesquisa *online* para justificar tal argumento; são elas:

Primeiro, o ingresso na cultura ou comunidade online é diferente. Ela diverge do ingresso face a face em termos de acessibilidade, abordagem e extensão da potencial inclusão. “Participação” pode significar algo diferente pessoalmente e online. Assim como o termo “observação”. Segundo, a coleta e análise de dados culturais apresentam determinados desafios bem como oportunidades que são novas [...]. As quantidades de dados podem ser diferentes. A capacidade de aplicar determinados instrumentos e técnicas analíticas muda quando os dados já estão em formato digital [...]. Finalmente, existem poucos ou nenhum procedimento ético para o trabalho de campo realizado pessoalmente que se traduzam facilmente para o meio online. As diretrizes abstratas de consentimento informado estão sujeitas a amplos graus de interpretação (KOZINETS, 2010, p. 13).

Tem-se, com frequência, considerado “ilusório” o contexto *online*. Para Noveli (2010), a noção de comunidade tem sido desconsiderada por algumas/alguns estudiosas/estudiosos, quando falamos em pesquisa virtual, sendo a interação neste contexto chamada de “para-social” – o que tornaria a internet um fenômeno não-real. Há, ainda, trabalhos que mostrem que a CMC não é rica o suficiente, como um modo de interação expressivamente importante, para sustentar relações sociais. Tal pensamento culmina em críticas às noções de ciberespaço (NOVELI, 2010, p. 112).

Apesar de críticas contundentes ao uso do ciberespaço como contexto de pesquisa, outras pesquisas defendem a sua crescente importância. Algumas/alguns autoras/autores defendem que os métodos etnográficos são bem adequados e facilmente adaptáveis aos estudos na internet, valorizando as múltiplas formas de comunicação e de produção de identidades nas comunidades *online* (BEAULIEU, 2004). Contudo, mesmo com os esforços empreendidos para a adaptação da etnografia para o contexto virtual, ainda se fazem presentes alguns entraves nas pesquisas que se propõem como “etnografias *online*” – talvez, a questão mais problemática desta prática, seja a delimitação do “lugar-sem-espaço” que é o contexto virtual, pois, neste caso, não há um lugar óbvio onde a/o etnógrafa/etnógrafo possa realizar sua pesquisa de campo (RUTTER; SMITH, 2002).

É nesse sentido, de tentar organizar trabalhos de orientação etnográfica de elementos metodológicos, que a Netnografia tem crescido como alternativa delineadora e sistematizada de produção e análise de dados na internet. A origem do termo “Netnografia” é controversa:

enquanto autoras/autores defendem a criação do termo como sendo de Kozinets (ROCHA; BARROS; PEREIRA, 2005)¹⁰ – este autor, em seu livro intitulado “Netnografia; realizando pesquisa etnográfica online”, explica que o termo veio à tona durante uma pesquisa que fez sobre o seriado norte-americano de televisão chamado “Arquivo X” (originalmente “The X Files”)¹¹ (KOZINETS, 2010).

Já autoras/es como Adriana Braga (2006) afirmam que o termo “Netnografia” foi cunhado

[...] por um grupo de pesquisadores/as norte-americanos/as, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schatz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para “seguir os atores”. O estudo em questão testava novos equipamentos para o desenvolvimento de uma biblioteca digital da Universidade de Illinois, parte de um projeto de maior escala para o desenvolvimento de tecnologias de base para uma infra-estrutura de informação global. O objetivo era ainda entender o uso (tanto factual, quanto virtual) a partir de um número de pontos de vista, e em uma larga escala crescente (p. 4).

Kozinets (2010), inicialmente, especifica a Netnografia como ferramenta focada para pesquisa de consumo na internet, propondo-se à abrangência dos fenômenos *online*, contudo, sem abranger as descobertas para fora do contexto virtual. Espaços virtuais, como comunidades em redes sociais, salas de bate papo, listas de e-mail, *homepages*, fóruns de discussão, entre muitos outros formatos de compartilhamentos de ideias, construção de comunidades e contatos com consumidores (sejam de produtos, sejam de discursos), são considerados fontes objetivas de informação para o método netnográfico, devido à fluidez de interação entre o contexto virtual e o contexto das ruas. Dessa forma, muitos discursos circulam em uma rede emaranhada de significantes e práticas discursivas, tornando o contexto *online* uma fase importante de articulação e construção de relações sociais.

A Netnografia, como o nome já demonstra, mantém forte ligação com o método etnográfico, por tentar estudar grupos e culturas em meio virtual (NOVELI, 2010). A principal diferença entre Netnografia e Etnografia é a seguinte: enquanto que, no meio virtual, a observação dos discursos é feita através de textos *online*, bem como a identidade do informante neste mesmo contexto se torna duvidosa (devido à interação não ser face a face), em uma interação face a face, como se dá nos métodos etnográficos, o foco está no discurso e no comportamento observados através da apresentação, buscada pelos atores da pesquisa, de uma

¹⁰ Segundo Kozinets (2010), o termo “Netnografia” foi sugerido por um anônimo em um comentário no blog do autor.

¹¹ “The X Files” é um seriado que começou a ser transmitido nos EUA em 1993, pela 20th Century Fox Studios, em Los Angeles. A criação do seriado é de Chris Carter e tem 10 temporadas concluídas até o ano de 2017.

autoimagem mais cuidadosamente cultivada e controlada (KOZINETS, 2002). Outro ponto de grande importância para diferenciar Netnografia de etnografia é a questão da comunicação escrita e da comunicação oral. Segundo Nikhilesh Dholakia e Dong Zang (2004), a comunicação escrita oferece a vantagem de se selecionar cuidadosamente as palavras, quando e de que maneira se quer falar, sem interrupções durante a argumentação. Já na construção de um texto em CMC, a escrita é mais informal do que em um texto construído para outros fins; é comum caracterizar este tipo de comunicação como uma “fala escrita”, algo que se encontra entre a comunicação escrita e a fala.

Diante destas considerações, a Netnografia mostra-se como ferramenta de grande ajuda para o comprimento sistematizado de produção de dados em meio virtual. Em seguida, exporei algumas considerações essenciais para o entendimento dos procedimentos netnográficos que seguirei ao longo de minha pesquisa.

3.2.2 Netnografia: procedimentos

A Netnografia pode abarcar três tipos de estudo: 1) como metodologia para estudar ciberculturas “puras” e comunidades em meio virtual; 2) como ferramenta metodológica para estudar ciberculturas e comunidades virtuais derivadas; e 3) como ferramenta exploratória para estudos de tópicos em geral (KOZINETS, 1998). Como em outros métodos de pesquisa, a Netnografia possui procedimentos que lhe são característicos. Estes procedimentos foram organizados por Robert Kozinets e replicados por diversas/os autoras/es que se propuseram a explorar pesquisas *online*; são eles: a) planejamento de entrada (ou *entrée*), b) produção de dados¹², c) análise, d) ética e e) validação com os membros participantes da pesquisa (*member checks*):

a) planejamento de entrada (ou *entrée*);

Esta primeira fase do procedimento corresponde à formulação da pergunta de pesquisa, bem como à identificação da comunidade *online* em que se seguirá o estudo. No caso da minha pesquisa, a pergunta engloba práticas discursivas de caráter antifeminista, tendo a comunidade *online* do *Facebook* como foco exploratório.

¹² Originalmente, o segundo passo do procedimento netnográfico descrito por Kozinets (2010) chama-se “coleta de dados”. Contudo, devido à perspectiva metodológica ser construcionista e, portanto, considerar as relações sociais a partir de construções de sentidos e práticas discursivas, substituirei a palavra “coleta” por “produção”.

Para tanto, foi selecionada uma página da referida rede social com o tema de antifeminismo; a página selecionada é da “ex-feminista” Sara Winter. Winter foi fundadora da variante brasileira do grupo militante feminista FEMEN, porém, atuou em um grupo próprio, no segundo semestre de 2013, chamado “BastardXs”. Em 2015 começou a participar do grupo “Pró-Mulher” e passou a militar contra pautas que outrora defendia, incluindo o próprio feminismo. Segundo o site oficial de Winter:

Sara Winter é ex-feminista, palestrante e escritora. Foi líder do Femen, o grupo mais radical do mundo na defesa do feminismo. A escritora militava contra o cristianismo, em favor da homossexualidade e do aborto. Após sua gestação, se converteu a Cristo e escreveu seu primeiro livro, no qual narra os bastidores e os fatos pouco conhecidos do Feminismo no Brasil. Atualmente, é uma das maiores lideranças pró-vida e pró-família do Brasil, luta contra o aborto, a Ideologia de Gênero, as drogas, a doutrinação marxista, contra a jogatina e a prostituição (BIOGRAFIA..., 2017)¹³.

A escolha pela página de Sara Winter no *Facebook* se fez tanto pela história de “ex-feminista”, de militante contra “ideologia de gênero” e pessoa pública, quanto pela questão de ser uma mulher antifeminista (foco de minha pesquisa). A página no *Facebook* que leva o nome de Sara é declaradamente contra algumas questões que atravessam os feminismos (movimento LGBTQI+, relações raciais, cotas universitárias, entre outras pautas), demonstrando apreço por discursos religiosos cristãos que subvertem valores de direitos humanos básicos a qualquer cidadã/cidadão. Um dos discursos mais comuns em sua página é de propaganda para as eleições de 2018, no Brasil, para o possível candidato à presidência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro¹⁴. Além dessas características, a página possui 162.557 curtidas e 164.072 seguidoras/es, obedecendo os critérios de alto número de membros que interagem diariamente na página.

Figura 4 - Imagem da página de Sara Winter no Facebook



Fonte: Facebook (2017).

¹³ Fonte: <https://sarawinter.com.br/#bio>.

¹⁴ Deputado brasileiro, militar de reserva, filiado ao Partido Progressista Nacional – PP. É conhecido por defender a volta do regime militar no Brasil e por ter sido condenado a indenizar à deputada federal, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, Maria do Rosário, devido à declaração feita na Câmara dos Deputados de que a colega “não merecia ser estuprada” porque era “feia”. Bolsonaro foi condenado três vezes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por incitar estupro.

b) produção de dados;

Essa fase do processo envolve comunicar-se com os membros de um grupo ou comunidade *online*. Kozinets (2010), no entanto, aponta para as várias formas de comunicação que podem emergir na relação entre a/o pesquisadora/dor nesta fase do procedimento netnográfico:

Essa comunicação pode assumir muitas formas. Mas, qualquer forma que ela assuma implica envolvimento, engajamento, contato interação, comunhão, relação, colaboração e conexão com os membros da comunidade – não com o website da rede, servidor ou teclado, mas com as pessoas no outro extremo (KOZINETS, 2010, p. 93).

O autor também deixa clara a relação direta que esta etapa de produção de dados tem com a análise de dados. Para ele, é importante a/o netnógrafa/o se “esforçar para compreender as pessoas representadas nessas interações a partir do contexto comunal e cultural online em que elas se inscrevem [...]” (KOZINETS, 2010, p. 93). Dessa forma, também se mostra necessário apreender sobre a comunidade que será estudada. Por isso, Noveli (2010) atenta para o destaque que o termo “experiência de campo” possui sobre o termo “observação”¹⁵. No caso de minha pesquisa, que possui foco em pessoas antifeministas em uma rede social, sobretudo, mulheres antifeministas, a página selecionada do *Facebook* é composta pelos mais diversos discursos de retrocesso (fortemente defendidos pelas/os participantes da comunidade), como racismo, homofobia e tortura policial. Boa parte dos comentários são constituídos de xingamentos contra mulheres, reforçando a cultura do estupro e outras modalidades de violência contra as mulheres. É importante sinalizar que a página possui interação tanto de mulheres quanto de homens, com grande diversidade de faixa etária (adolescentes, adultas/os e idosas/os).

A etapa de produção de dados se define, basicamente, pela cópia direta dos dados de uma determinada *homepage* ou de um site da comunidade estudada, seguindo observação/experiência de campo (LANGER; BECKMAN, 2005) da produção de sentidos e de práticas discursivas entre os membros/interlocutores desta comunidade. Os dados desta pesquisa aparecerão não apenas através de *prints* capturados na íntegra da página Sara Winter, mas, também, através dos relatos de minha experiência enquanto observadora da comunidade

¹⁵ Para Angela C. Garcia e colaboradores (2009), o termo “experimentadora/or-participante” serve para caracterizar a maneira com que a/o pesquisadora/or implica no papel de contribuinte direto sobre uma comunidade a ser estudada. “Este papel se refere especificamente ao pesquisador que tem experiência pessoal com o problema central sendo discutido pelo grupo de participantes” (p. 59).

durante a produção de dados, demonstrando, com a ajuda do aporte teórico e de perspectiva metodológica, de que maneira os discursos antifeministas se consolidam em meio virtual¹⁶.

c) análise;

Nesta fase da Netnografia, é feita a classificação, a análise de codificações e a contextualização dos atos comunicativos. É comum a utilização de *softwares* para aglutinar, de forma organizada, as categorias que emergem, agregando os temas nos discursos *online* (NOVELI, 2010).

O mapeamento contou com 65 *prints*, em formato de arquivo .jpg. No total, foram capturados 706 comentários. A produção de dados foi organizada em três categorias: a) Patologização, com 115 comentários; b) Violência, com 136 comentários; e c) Outros, com 455 comentários. Apenas os comentários das categorias Patologização e Violência foram utilizados para a análise, por se inserirem no contexto da pesquisa. Os comentários da categoria Outros consistiram em propagandas de partidos e/ou candidatos políticos, marcação de perfis pessoais na postagem, discursos a favor da meritocracia e discursos racistas; esses comentários não foram incluídos na análise por não se ligarem, diretamente, ao contexto de estudo sobre antifeminismo (já que não se direcionavam imediatamente às mulheres feministas). Por mais que os comentários estejam categorizados, sinalizo que muitos deles contêm tanto patologização quanto incitação à violência.

A primeira categoria corresponde a comentários que fazem uso da aparência física das feministas que não se encontram no padrão estético de beleza feminina, bem como comportamentos femininos que não estão de acordo com os padrões patriarcais impostos ao gênero. Tal categoria aborda a patologização das práticas discursivas feministas, cuja produção de sentidos é deturpada em discursos antifeministas. A segunda categoria reúne comentários de xingamentos que fazem alusão a agressões físicas, sexuais e/ou psicológicas às mulheres, remetendo a comentários preconceituosos em relação às sexualidades, raça e classe de mulheres feministas.

d) ética;

Uma questão importante e frequentemente abordada em pesquisas *online* é a de consentimento de usuárias/os. Diferente do que se tem em pesquisas feitas face a face, onde se

¹⁶ Kozinets (2010) e Noveli (2010) destacam que a produção textual dos dados também deve conter imagens, como emoticons/emojis, vídeos, fotografias, entre outras mídias visuais que possam revelar, de forma abstrata, os discursos que fluem nos dados produzidos.

utilizam termos de consentimento, dentre outras formas de certificar os participantes sobre os termos éticos do estudo, nas pesquisas feitas em ambiente virtual, utilizam-se outras maneiras de assegurar ética.

Segundo Kozinets (2010), o campo de discussão ética de pesquisa em internet é denominado IRE (do inglês, *Internet Research Ethics*), que vem crescendo e tomando forma desde a década de 1990. Diretrizes éticas importantes têm sido desenvolvidas por algumas organizações líderes de pesquisa; uma delas é a *American Psychological Association – APA*. De forma geral, as preocupações que envolvem a IRE são: “responsabilidade por negligência” e “danos à reputação”, noções básicas de ética na pesquisa em internet, como consentimento da/o usuária/o e respeito, até questões maiores, como autonomia, privacidade e leis que dizem respeito ao anonimato (KOZINETS, 2010).

Em minha pesquisa, utilizei como fonte/documento para análise comentários em uma postagem de uma página pública do *Facebook*. Essa produção de dados perpassa o debate em torno da privacidade desses documentos, também caracterizados como públicos. Segundo Peter Spink (2013), documentos de domínio público – ou seja, produtos sociais que se tornaram, eticamente, públicos (p. 112) – reverberam em duas formas de práticas discursivas: como gênero de circulação e como conteúdo. A primeira se caracteriza como “artefato do sentido de tornar público” (p. 102); já a segunda se mostra como informação daquilo que se pretende documentar. São componentes significativos do cotidiano e formam uma teia combinada de narrativas e memórias; de discursos produzidos, mas, que também são produtores.

Os documentos de domínio público, enquanto registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o adensamento e resignificação do tornar-se público e do manter-se privado; processo que tem como seu foco recente a própria construção social do espaço público (p. 102).

Por empreender uma pesquisa em meio virtual, através de comentários em rede social, friso a importância em manter as identidades dos seguidores da página selecionada em sigilo. Por mais que a minha pesquisa também funcione como denúncia em alguns aspectos – como será o caso de comentários que incitam estupro e outras violências contra as mulheres – não é, em absoluto, minha intenção expor os usuários da página. Dessa forma, preservo a integridade das pessoas que curtem e seguem a página de Sara Winter no *Facebook*. Para tanto, todos os nomes e fotos de perfil serão editados até que não seja possível identificar nenhuma/nenhum usuária/o da comunidade *online* selecionada nesta pesquisa.

e) validação com os membros participantes da pesquisa (*member checks*).

A realização do *member check* se dá em pesquisa onde há interação direta entre quem pesquisa e os membros da comunidade *online*, ou seja, é uma validação da pesquisa junto aos indivíduos que dela participaram (usuários de uma comunidade virtual) (NOVELI, 2010). Esta etapa do procedimento netnográfico consiste em apresentar os resultados alcançados com a pesquisa – interpretações alcançadas –, permitindo aos sujeitos da comunidade apresentarem suas observações acerca da pesquisa.

Como minha pesquisa não efetuará interação direta com os membros da página do *Facebook*, tal etapa não será executada. O *feedback* de uma pesquisa netnográfica só pode ser validado em pesquisas participativas. Devido a esta pesquisa consistir apenas em observação de discursos antifeministas, dispensa-se a necessidade de se retornar à comunidade da página os resultados que alcancei em minhas análises.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Na busca por páginas que discursassem contra o feminismo no *Facebook*, foram encontradas temáticas das mais diversas envolvendo antifeminismo (páginas reacionárias que utilizam uma miríade de discursos de ódio contra as mulheres e suas conquistas, principalmente, no que se refere às políticas de aborto). Em relação ao antifeminismo praticado por mulheres, foram encontradas poucas páginas que, especificamente, se referissem ao tema.

Inicialmente, selecionei a página “Mulheres contra o feminismo”. A escolha por essa página se deu por ser dirigida a mulheres que são contra os movimentos feministas, bem como pela quantidade de seguidoras/seguidores (44.981 pessoas até o dia 24/03/2017), sendo, até então, a maior página de e para mulheres antifeministas do *Facebook*, no Brasil. Contudo, devido à baixa interação na página – frequência irregular de postagens pelos administradores, bem como pequena quantidade de comentários (relevantes para esta pesquisa) dos usuários da página –, optei por procurar outras páginas sobre antifeminismo.

Nesta busca, monitorei mais duas páginas: “Antifeminismo” e “Resistência Antifeminismo”. Monitorei ambas as páginas por uma semana¹⁷, a fim de observar a movimentação de interação. A primeira página possuía 35.533 seguidores/as e pouca movimentação entre comentários, curtidas e compartilhamentos dos/as usuários/as; já a segunda possuía 59.616 seguidores/as e mostrou-se mais expressiva no que se refere à interação

¹⁷ Monitoramento feito do dia 7 ao dia 13 de julho de 2017.

dos/as usuários/as, contudo, a administração da página anunciou, no dia 13 de julho de 2017, que a mesma fecharia.

Ainda buscando por uma página antifeminista que se mostrasse expressiva em postagens, comentários, curtidas e compartilhamentos, encontrei a página da militante antifeminista Sara Winter. A escolha pela página antifeminista “Sara Winter” se deu por ser dirigida à mulheres e homens que são contra os movimentos feministas, bem como pela quantidade de pessoas que seguem a página no *Facebook*, sendo, até então, a maior página antifeminista no Brasil. Fora esses critérios, a página se constitui como uma *fanbase*¹⁸ para a figura de Sara Winter, que se autodenomina como “ex-feminista”.

A partir disto, mapeei a postagem para, posteriormente, analisá-la através dos temas mais frequentemente abordados pelos/as usuários/as. Eleita a postagem mais expressiva em frequência/relevância, fiz *prints* da postagem com os seus respectivos comentários, a fim de ilustrar a produção discursiva em torno do antifeminismo na página de Sara. O *prints* foram feitos através de um computador *notebook*, sendo capturados com o uso da tecla *print screen* no teclado do mesmo para copiar imagens da página; em seguida, os *prints* foram transferidos e salvos no software *Paint* (versão para *Windows 10*) em formato de arquivo *.jpg*. Os nomes das pessoas cujos comentários e postagens fazem parte desta pesquisa foram resguardados e mantidos em sigilo por motivos éticos.

Observei a página por uma semana (4 a 10 de dezembro de 2017) e examinei postagens e comentários diariamente. A seleção da postagem de análise se fez rapidamente, tamanha a frequência de interação dos/as usuários/as. A postagem feita no dia 06/12/2017, às 16h42min, destaca-se, expressivamente, pela prática discursiva de antifeminismo. A temática da postagem se refere a um vídeo, de transmissão ao vivo, postado por Sara (administradora da página), no qual ela filma mulheres universitárias feministas, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, sem o consentimento das mesmas. Durante o vídeo, Sara as questiona se fazem algum trabalho dentro da universidade para ajudar mulheres, porém, as questiona com violência verbal, incitando uma briga que envolve racismo, meritocracia, classismo e violência contra a mulher.

¹⁸ *Fanbase* é um termo em inglês que se refere, literalmente, à “base de fãs” de um/a artista, ou de um filme, de um programa de televisão etc.

Figura 5 – Postagem selecionada para a análise da página “Sara Winter”



Fonte: Facebook (2017).

A postagem foi selecionada por obedecer aos critérios netnográficos referentes à relevância (visualizações do vídeo, número de reações, comentários e compartilhamentos) e à temática abordada.

Figura 6 – Dados da postagem selecionada da página “Sara Winter”



Fonte: Facebook (2017).

A triagem dos comentários aconteceu entre os dias 10 e 9 de dezembro de 2017, tendo alto fluxo de interação; a postagem, até o dia 15 de dezembro de 2017, alcançou 5.000 reações (curtidas) e 1.858 compartilhamentos¹⁹. Foram capturados, no total, 65 *prints* dos comentários da página. A triagem na postagem também contou com o filtro de postagens “Mais recentes”, oferecido pelos mecanismos da própria rede social.

¹⁹ A página do Facebook não informa o número de comentários totais da postagem.

Figura 7 – Filtros de comentários em uma postagem do *Facebook*

Comentários mais relevantes

Os comentários mais relevantes aparecem na parte superior.

✓ **Mais recentes**

Os comentários novos e aqueles com novas respostas aparecem na parte superior.

Comentários mais relevantes (sem filtro)

Todos os comentários, incluindo comentários de spam e em outros idiomas, sendo que os comentários mais relevantes aparecem na parte superior.

Comentários em tempo real

Comentários mostrados no momento em que apareceram no vídeo.

Fonte: *Facebook* (2017).

4 PESQUISA EM REDES SOCIAIS: DISCURSO EM FOCO

Devido ao caráter virtual da produção de dados, faz-se necessário o entendimento sobre conceitos importantes para a pesquisa em redes sociais da internet. Para tanto, irei expor tais conceitos a fim de que sejam apreendidos e proporcionem diálogo com o tema central de minha pesquisa (antifeminismo). Em seguida, será feita uma breve apresentação sobre documentos públicos em meio digital.

4.1 INTERNET, COMUNICAÇÃO E CULTURA

Desde 1995, a internet vem impulsionando os usuários para um armazenamento de dados (ANTOUN, 2016), bem como para a integração cultural e política de seus usuários. Manuel Castells (2003) define internet como “um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos, num momento escolhido, em escala global” (p. 8).

Diante deste fenômeno, a vida passou a tomar o sentido de globalização, refletindo o novo modo de vida que a internet proporcionava com a rapidez de fluxo de dados pelo mundo todo. Nesse contexto de rapidez e livre troca de informações, as relações que se constroem mediadas pela internet se tornam efêmeras, superficiais e frágeis, materializando-se em afrouxamentos e transitoriedades entre os indivíduos.

Entretanto, é possível que os laços entre os interlocutores-usuários da internet se estreitem por meio dos afetos comuns que compõem a troca de experiências culturais. Tendo em vista essa possibilidade de aproximação/distanciamento que se faz na internet, esse novo elemento – relações mediadas pela internet – se torna passível de análises reflexivas dentro desta pesquisa, devido ao seu caráter construtivo e produtor de sentidos. Havendo a internet proporcionado novas formas de construção de relações humanas, é possível hoje falarmos de uma cultura imersa no espaço cibernético: a cibercultura.

Segundo Pierre Lévy (2010), o conceito de cibercultura conecta os termos de “movimento social” e “tecnologia”. Assim, cibercultura é um conceito posterior ao de ciberespaço, definido, por sua vez, como um “universo oceânico de informação” (p. 17) que abriga não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas, também, os indivíduos que interagem com e através do próprio ciberespaço. Quanto ao conceito de cibercultura, o autor o define como um neologismo que especifica o conjunto de técnicas, de práticas, de modos de pensar e de valores que se desenvolvem continuamente e paralelos ao crescimento do ciberespaço.

Eugênio Trivinho (2007), ao compactuar com o conceito de Lévy (2010), explica que a cibercultura (ou cultura digital) é marcada pela cultura pós-moderna saturada de informação; sua estrutura se baseia na lógica da fragmentação, escassez de uma finalidade precisa e incerteza de limites estruturais – isto devido ao imperativo da velocidade associada às comunicações contemporâneas.

A cibercultura atua em emaranhados de redes. Manuel Castells (2003) explicita que uma rede se constitui como “conjunto de nós interconectados” (p. 7). As redes têm ganhado uma nova vida em nosso tempo com a roupagem informacional característica da internet:

As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. É por isso que as redes estão proliferando em todos os domínios da economia e da sociedade, desbancando corporações verticalmente organizadas e burocracias centralizadas e superando-as em desempenho (p. 7).

O autor ainda afirma que uma rede não possui um centro e, mesmo que alguns de nós tenham mais importância do que outros (devido à frequência de compartilhamento de informações), todos estão absolutamente interligados. Essa característica de descentralização e horizontalidade das redes tem sido amplamente utilizada em organizações e/ou grupos de pessoas cuja cooperação se pode estabelecer, algo que vemos com frequência em redes sociais como o *Facebook*, onde as páginas e grupos fechados/abertos se constituem como nichos próprios dessas relações de cooperação e compartilhamento de ideias comuns entre seus usuários.

Raquel Recuero (2009), ao pactuar com Castells (2003), explica que uma rede social é formada por um conjunto de dois elementos: atores (pessoas e/ou instituições que atuam no mundo; nós) e suas conexões (interações/relações sociais). “[Rede social] é uma metáfora para observar os padrões de uma conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (p. 24). Segundo a autora, é impossível isolarmos quaisquer dos elementos (atores e conexões) dentro de uma rede social.

Castells (2013) argumenta que nós criamos significados “interagindo com o ambiente natural e social” (p. 4), por meio de conexões entre as redes neurais e as redes da natureza com as redes sociais. Nesse sentido, a formação de uma rede é regida pelo ato da comunicação²⁰. Para o autor, a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital proporciona maior alcance dos meios de comunicação em relação a todos os domínios da vida social; tal

²⁰ A comunicação se define como o “processo de compartilhar significados pela troca de informações” (CASTELLS, 2013, p. 4). Para a sociedade em geral, a comunicação se constitui como a principal fonte de produção social de significado e/ou sentido.

fenômeno ocorre de forma simultânea, global e local, ora genérica, ora personalizada, obedecendo a um padrão de constante mudança.

A internet tem proporcionado organização em rede de muitos movimentos sociais. Em 2015, 31 de outubro, os movimentos feministas brasileiros se organizaram para marchar pelas ruas de São Paulo. Diferente de outros países, cujas marchas empreendem lutas por mais direitos às mulheres, no Brasil, a marcha se deu para que os direitos conquistados por nós, brasileiras, não retrocedessem. Esta marcha, que obteve visibilidade mundial, ficou conhecida como Primavera Feminista, e sua semente de entusiasmo na crise nasceu em redes sociais, especialmente, o *Facebook*. Além deste excepcional fenômeno, outras campanhas se engendraram através da internet com o uso de *hashtags*²¹ (#MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #AgoraÉQueSãoElas, entre outras), que expressavam o caráter abusivo e violento de práticas machistas em nossa sociedade.

A formação dessas redes, segundo Castells (2013), é sustentada por uma miríade de dispositivos (materiais) e de processos que constroem e tornam possível que a interação comunicacional trafegue *on* e *offline*; isso se deve à sustentação *online*, mantendo continuidade no espaço livre da internet, e à manifestação *offline* em espaços urbanos através de ocupações e manifestações de rua.

[...] O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais on-line e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento (p. 127).

Castells (2013) considera este “híbrido de cibernética e espaço urbano” (p. 129) como um terceiro espaço. A este terceiro espaço, o autor denomina “espaço da autonomia”, pois só é possível a garantia de autonomia na capacidade de organizar-se em um espaço livre – como as redes sociais da internet; contudo, ela se faz também como força transformadora por desafiar a “ordem institucional disciplinar”, quando reclama espaços nas cidades para seus agentes/cidadãos entrarem em movimento.

Assim como ocorre como o movimento feminista, a organização de compartilhamento de ideias em comum perpassa o seu oposto – ou o que aqui chamamos de antifeminismo. Mesmo sem a tomada das ruas com manifestações numerosas, como ocorre nos protestos

²¹ *Hashtag* consiste em uma espécie de palavra-chave que seleciona assuntos comuns no banco de dados de uma determinada rede social da internet.

feministas, o antifeminismo se dispõe a organizar-se através de redes sociais, povoando esse espaço com propaganda, muitas vezes violenta e carregada de discursos de ódio, contra as mulheres, movimento feminista e minorias, em geral. Diante de tal consideração, é plausível inserir o antifeminismo da dinâmica dos movimentos sociais em redes de ciberespaço, pois ele é passível dos mesmos mecanismos que circundam as articulações de outros movimentos, como o feminista²².

A suposta “união” entre pessoas ditas antifeministas se justifica pelo que Castells (2013) caracteriza como identificação por laços de afinidade. Essa identificação transcende as fronteiras e limites espaciais, navegando por entre comentários, postagens e compartilhamentos em redes sociais nos moldes do *Facebook*: o anonimato se dissolve através do poder de expressão que ganham no mundo; suas vozes ressoam por meio da miríade de ideias e debates, fazendo emergir laços relacionais no meio virtual.

Esses nichos de ideias comuns são possíveis graças à tecnologia de curadoria desenvolvida no ciberespaço. Boa parte das ferramentas de mídia social utilizadas hoje baseia-se em algoritmos que classificam a relevância das publicações através da participação dos usuários na própria rede (RECUERO; ZAGO; SORES, 2017). Redes sociais com características semelhantes às do *Facebook* operam essa classificação através das chamadas *hashtags*.

Alguns desses filtros de curadoria se baseiam em processos de filtragem social (LERMAN, 2007), executada pela própria rede e que leva em consideração aquilo de mais importante no conjunto de informações circulantes, desprezando, por outro lado, aquilo que não é relevante no momento. Esse fenômeno de filtragem não se constitui como algo novo e inédito (RECUERO; ZAGO; SOARES, 2017).

Axel Bruns (2005), corroborando com o processo de curadoria na internet, cunhou o conceito de *gatewatching* como uma prática que compreende a ação dos atores na mídia/rede social; tal ação consiste em observar o fluxo de informações e selecionar quais dessas informações merecem ou não alguma visibilidade, decidindo aquilo que pode ser considerado como importante para as suas comunidades. Tendo em vista este processo, as redes sociais se caracterizariam como espaços de maior circulação de informações e, com conexões permanentemente abertas, teria um papel de grande relevância para a potencialização da democracia.

²² Contudo, o antifeminismo não se enquadra na mesma esfera política que os movimentos feminista, negro e outros se inserem, porque abarca construções, significados e práticas diferentes, quando não opostos, aos discursos desses movimentos.

Esse processo, que nos é contemporâneo – e sempre tão corriqueiro ao ponto de não o identificarmos imediatamente em nossas práticas no ciberespaço –, constrói o que Eli Pariser (2011) chama de filtros-bolha. A especificação excessiva leva o sujeito que consome um determinado tipo de conteúdo, cada vez mais, a personalizar as informações para si, fazendo-se alheio ao que acontece no mundo fora do seu contexto individual e particular de interesse. A preocupação do autor está exatamente na invisibilidade que esse processo tem para os usuários, comprometendo a visão global de determinados fenômenos ao redor do mundo.

É comum observar esse fenômeno em redes sociais como o *Facebook*, principalmente, em páginas de cunho político, quando uma postagem é criticada por um usuário que diverge da ideia/crítica proposta na postagem: se discordar do que a maioria dos usuários da página acredita ser o certo, quem discordou passa por uma espécie de linchamento virtual, sendo exposto, muitas vezes, de forma criminosa por outros usuários. Em páginas antifeministas, o linchamento a pessoas que compartilham da militância feminista é corriqueiro e, comumente, justificado por uma construção ideológica padronizada em modos de vida tidos como “ruins” (defesa ao direito de aborto, intervenções artísticas de cunho feminista, entre outros exemplos).

Esses linchamentos nada mais são do que a não-aceitação daquilo que é diferente aos próprios interesses. Pactuando com esta justificativa, Cass Sustein (2001) nos fala sobre câmaras de eco (*echo chambers*) como tendência à formação de grupos fechados em torno de ideias específicas. Esse fechamento de grupos impede a entrada de opiniões divergentes e conflitantes que desestabilizariam a unidade do grupo, além de reforçar crenças preexistentes dentro da câmara. No contexto das redes sociais, as câmaras engendram uma propensão polarizadora de grupos (como no embate feministas *versus* antifeministas), predispondo a uma tendência de reunião de indivíduos com ideias similares, engajando-se em discussões e debates com outros indivíduos cujas opiniões sejam similares e reforcem os seus pontos de vista preexistentes.

Esta polarização é especialmente observada em conversações políticas (SMITH et al., 2014). A construção de câmaras de eco em conversações políticas no ciberespaço pode estabelecer ameaça à face supostamente democrática do ambiente *on-line* das redes sociais, pois, mesmo com a ideia de que todos possam fazer circular informação na internet, os filtros sociais e algoritmos de curadoria dão preferência às opiniões pessoais, o que se torna um obstáculo ao fluxo e ao acesso à informação.

A rede social depende grandemente das conexões entre seus usuários para dar visibilidade às mensagens consideradas importantes. As que se baseiam em filtragem de informação podem isolar micro-esferas/esferículas públicas (RECUERO; ZAGO; SOARES,

2017), ao passo que também silenciam práticas e discursos, fragmentando a própria rede. Sendo assim, estudar sobre a circulação de informações no ciberespaço, especialmente em redes sociais, é um caminho plausível para a identificação, produção e análise de subjetividades flutuantes dos usuários da internet.

4.2 SOBRE O FACEBOOK

A proposta desta pesquisa utiliza a rede social *Facebook* com ferramenta de busca de produção de discursos antifeministas, explorando as possibilidades oferecidas de páginas com este tema. O *Facebook* – originalmente *the Facebook* – é uma rede social criada em 2004, pelo norte americano Mark Zuckerberg, na Universidade de Harvard. A ideia inicial de Zuckerberg era focar na interação entre os alunos calouros de sua universidade. Atualmente, o *Facebook* é considerado como a maior base de usuários de redes sociais do mundo (RECUERO, 2009).

O foco inicial do *Facebook* era criar uma rede de contatos em um momento crucial da vida de um jovem universitário: o momento em que este sai da escola e vai para a universidade, o que, nos Estados Unidos, quase sempre representa uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais. O sistema, no entanto, era focado em escolas e colégios e, para entrar nele, era preciso ser membro de alguma das instituições reconhecidas. Começou apenas disponível para os alunos de Harvard (2004), posteriormente sendo aberto para escolas secundárias (2005) (RECUERO, 2009, p. 171).

O *Facebook*, além de acumular perfis numa rede internacional e infinita de contatos, proporciona aos/às usuários/as acrescentar módulos de aplicativos, como jogos, *players* de músicas e outras redes sociais (Instagram, YouTube, Twitter etc.). O sistema do *Facebook* possui várias possibilidades de privacidade, sendo possível aos/às usuários/as configurarem seus perfis *online* da forma que lhes for mais conveniente. O Brasil, segundo estatísticas do *site*, possui média diária de 76 milhões de pessoas ativas²³.

Além de proporcionar perfis pessoais, a rede social oferece plataforma de cadastro para lojas virtuais e páginas com temáticas específicas e variadas. Em relação às páginas, a rede social se mostra “neutra” para o cadastro, apenas atentando para crimes quando são denunciados anonimamente por usuários/as. As denúncias anônimas, após feitas, passam por uma análise no banco de dados do *Facebook*. Apesar das denúncias, muitas vezes, as decisões sobre o fechamento de uma página parecem seguir critérios aleatórios, sem constituir uma base clara

²³ Dados referentes a novembro de 2016, última atualização oficial do *Facebook* para as atividades brasileiras na rede social. Essa informação pode ser encontrada no endereço do site <https://br.newsroom.fb.com/company-info/>.

de explicações. A rede social sempre reitera o seu compromisso social com causas de direitos humanos, mesmo alegando a neutralidade das análises de denúncias.

O fechamento de páginas é bastante conhecido na rede social; quando uma página é fechada ou bloqueada pelas análises de denúncias, costuma-se dizer que foi “derrubada” através de um tipo de linchamento virtual, o qual conta com a participação de muitos/as usuários/as denunciando compulsivamente as postagens de uma determinada página, a fim de que ela seja fechada.

Segundo Luisa Alvim (2011), o triunfo do *Facebook* está atrelado a uma necessidade contemporânea, “[...] baseada em conexões fortes no mundo físico para criar outras conexões fortes e exclusivas do mundo virtual” (p. 20). É possível perceber como esta conexão entre o mundo físico e virtual produz práticas discursivas diversas, funcionando como máquina que engendra modos de subjetivação através de posicionamentos divergentes, sobretudo, referentes à política e aos movimentos sociais, dois temas bastante presentes nas discussões da rede social no Brasil.

No que tange ao contexto político brasileiro, o *Facebook* tem se mostrado como uma arma efetiva nas produções cotidianas de discursos pró e antifeministas. É importante ressaltar o valor dos movimentos sociais nas redes sociais como uma nova maneira de praticar militância, pois, das articulações que acontecem no meio virtual, se organizam passeatas, protestos, intervenções artísticas urbanas, entre outros acontecimentos que marcam, de forma direta, as necessidades reclamadas pelas minorias do país.

O movimento feminista brasileiro, atrelado às demandas que lhe são caras (direitos humanos relacionados às causas de LGBTQI+’s, mulheres e homens negros, educação, infância etc.), protagoniza um forte levante popular contra os retrocessos do governo brasileiro atual. O seu pioneirismo no *Facebook* se consolidou em páginas famosas, como a do coletivo Não Me Kahlo, da revista Capitolina, da organização política Geledés – Instituto da Mulher Negra, da ONG Think Olga, entre outras.

Entretanto, apesar dos benefícios que se colhem do ativismo virtual, há que se considerar a diversidade que proporciona a produção de retrocessos nas práticas discursivas diárias. Enquanto há, no *Facebook*, uma espécie de refúgio para as militâncias em direitos humanos, há, também, o lado oposto: os que combatem avanços e ganhos sociais conquistados, com esforço, por esses movimentos. É a partir dessa dualidade que é possível produzir dados de discursos de retrocesso nas redes sociais.

Em meio ao crescimento de acessos em redes sociais, como tem ocorrido no *Facebook*, tornou-se comum se deparar com discussões inflamadas de medo e ódio nos comentários de qualquer postagem, principalmente, se o assunto abordado pelos interlocutores for política(s).

Possuindo fáceis e rápidas estratégias de comunicação, as redes sociais se tornaram o meio onde florescem (ou para o bem, ou para o mal) as mais diversas formas de práticas discursivas contemporâneas. A rapidez, que, por sua vez, torna tudo possível em tempo real, também aprisiona os interlocutores em relações superficiais, “práticas”, que podem ser, muitas vezes, desmotivadoras quando as opiniões são contrárias. Para Tiburi (2016), no meio virtual, funcionamos como espectros, hora incluídas/os, hora excluídas/os, mas sempre atravessadas/os pela internet. Os espectros, nesse contexto, são pessoas impalpáveis, que não estão presentes; a vida espectral da internet é, justamente, aquela em que parecemos pessoas. Dessa lógica, faz sentido a criação de avatares como tipos de máscaras.

A integração entre a internet e o “mundo da vida” (TIBURI, 2016, p. 241) é complexa; entrelaçam-se, através de interdependência, um ao outro. Apesar disso, o que se vê é o constante crescimento do mundo virtual e o encolhimento do mundo da vida: por nos integrarmos cada vez mais à internet, mais desatrelados da vida real parecemos estar. O que antes serviria como ferramenta para estarmos ou deixarmos de estar (internet), acabou por se tornar um meio onde a relação entre criação e criatura se subverteu à dependência e subserviência do criador à criatura; a internet, com a criação e forte aderência às redes sociais, tornou-se uma obrigação, um padrão de comportamento a ser seguido, uma normalização.

As relações que se dão no meio virtual, através das redes sociais, se constroem da mesma maneira que no meio não-virtual²⁴. Superficiais e rápidas, são construídas de forma mais objetiva, mas, nem por isso, melhores. A recorrente prática de comentários, que dão margem para que qualquer pessoa opine da forma que quiser sobre qualquer coisa, de convidar outras pessoas para serem “amigas” no perfil de sua rede social, a facilidade de comunicação somada ao distanciamento são fatores que caracterizam, proporcionam e solidificam a construção de bolhas ao redor de cada um de nós.

Essa bolha, que nada mais é do que um muro de zona de conforto que cada um de nós cultivamos, impede de enxergar as/os outras/os como pessoas reais, e não somente avatares

²⁴ Uso meio não-virtual para falar daquilo que não acontece, estritamente, na internet. Devido à transversalização da internet com o que há fora dela, bem como a dependência crescente entre usuários e redes sociais, não é mais possível falar de um “meio real” como o oposto do meio virtual, pois as relações e experiências pessoais tidas na internet também permeiam relações e experiências vividas fora dela, tornando-se, também, uma realidade.

com fotos de perfil do *Facebook*. É desta bolha, deste cultivo solitário e egoísta, que os debates se inflamam de medo e ódio.

Levando-se em conta esse contexto atroz e permissivo ao discurso de ódio, as categorias a serem aqui analisadas se dividem em duas; seus títulos, já mencionados, carregam consigo o peso de nossos tempos furiosamente políticos. A Patologização, primeira categoria, é cotidiana, principalmente, quando se fala em mulheres negras periféricas. Patologizar é transformar em anomalia ou doença aquilo que nos causa estranheza, aquilo cujos moldes fogem a um padrão de normatividade, que está à beira da massa disciplinarizada da sociedade. Muitos discursos que aqui serão analisados buscam patologizar mulheres feministas como históricas, afim de se legitimar o antifeminismo. Já outros, na mesma categoria, vêm falar dos corpos dessas mulheres; vêm falar em “como são feias”, ou em como seus padrões não são belos aos olhos dos críticos contemporâneos da beleza feminina. Já a segunda categoria carrega o sentido mais direto de violência: incitação a estupro, violência física e lesbofobia são exemplos dos muitos comentários da produção de dados.

Foram produzidos 706 *prints* de comentários da página. Os 251 comentários utilizados na análise atravessam questões que não se esgotam apenas à patologização de práticas tidas como feministas, nem à incitação de violência às mulheres do vídeo postado por Sara. Muitos comportam discursos a favor da meritocracia, racismo e homofobia, reivindicando intervenção militar no Brasil como “solução” contra as lutas de minorias e de mulheres feministas, com construções ficcionais sobre um futuro de instituições de ensino para pessoa brancas e de classe média. Essa mescla de reclamações que constitui os comentários da produção de dados mostrou como pensam os usuários e usuárias da página, bem como a diferença entre o que essas pessoas conhecem sobre o feminismo e o que nós, feministas, conhecemos do movimento.

Os comentários se mostraram superficiais, não comportando qualquer argumento que sequer desse alguma margem para uma discussão sobre o tema debatido na postagem. Muitas vezes constituídos apenas de um xingamento qualquer a fim de humilhar as feministas do vídeo gravado por Sara, os comentários seguiam uma linha para estar de acordo com a proposta da página – proposta antifeminista –, havendo poucos comentários que discordavam da postura de Sara Winter – um dos usuários da página comentou, diversas vezes, xingamentos dirigidos a Sara; estes comentários contaram na categoria de Violência pelo teor de humilhação nos xingamentos do usuário na postagem.

A seguir, a análise focará as duas categorias, de Patologização e Violência, destacando alguns comentários como exemplo do que se pode constituir como antifeminismo no *Facebook*.

4.3 ENCRUZILHADAS DO CORPO E DA ALMA

Figura 8 – Exemplos de comentários (Patologização)



Fonte: Facebook (2017).

A suposição de que as mulheres, de modo “inato”, são amáveis e dóceis, de que possuem um forte tino para assuntos sentimentais e para a emoção, e que têm como maior desejo a maternidade são ideias amplamente reconhecidas até hoje. Tanto que, se fugimos dessas regras, que mais parecem uma receita, é porque estamos adoentadas e nossa saúde mental não está “em ordem”.

É comum, nas sociedades ocidentais, que haja, a partir de um discurso científico, uma explicação ou justificativa médica para problemas cotidianos da vida; questões de cunho coletivo, como são transformações políticas, acabam por se transformarem em questões individuais, cujo fundamento encontra-se em causas biológicas, que podem culminar em tratamentos com uso de remédios.

Em 2002, a revista médica *British Medical Journal* publicou um levantamento cujos resultados apontavam para uma conclusão irônica sobre o conceito de não-doença; o conceito falava que não-doença é um problema humano enquadrado como uma doença, mas que teria resultados e melhoras maiores se não fosse encarado como uma doença propriamente dita (MOYSÉS; COLLARES, 2013). Desse conceito, já se faz perceptível o que abordo neste capítulo: a patologização. Para Paulo Roberto Ceccarelli (2010), a patologização, que circunda os cotidianos, se expressa como:

[...] toda forma discursiva geradora de regras sociais e normas de conduta que são utilizadas para classificar, etiquetar e às vezes punir. Regras que determinam como os sujeitos devem proceder a partir de parâmetros que, na maioria das vezes, não levam em conta a particularidade da dinâmica pulsional do sujeito em questão (CECCARELLI, 2010, S.I.).

Assim, o ato de patologizar se determina através das regras que disciplinam as condutas; porém, se as condutas estão ou se transpõem à margem das normas e dos padrões, o discurso médico providencia formas de justificar biologicamente as particularidades inerentes às vivências humanas. Essa prática de justificar acaba por isentar as instituições de qualquer culpa que gere mal-estar coletivo, funcionando, também, como recurso punitivo usado contra as subjetividades dissidentes dos padrões.

A patologização que foco em minha pesquisa é a que transita pelos modos de ser mulher, ou melhor, pelas construções ficcionais dos modos enquadrados de ser uma mulher. Parto do princípio de construção, devido à miríade formada pela diversidade entre as mulheres. O trânsito pelas diversas construções desse gênero demonstra a dispersão dos discursos científicos e, por isso também, das normatizações que oprimem as subjetividades femininas. Baseando-se no princípio de que falar de gênero é falar, especialmente, sobre mulheres, Haraway (2004) propõe uma dinâmica de construção histórica do conceito, tomando como marco inicial da problematização de feminilidade – que posteriormente se constituiria da categoria gênero – os trabalhos de Simone de Beauvoir (1908-1986).

Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo [...] (HARAWAY, 2004, p. 211-212).

A concepção seminal sobre feminilidade trazida por Beauvoir nos fala sobre a mulher de seu tempo; tal concepção sobrevive e resiste às contemporaneidades femininas. Publicado originalmente em 1949, o livro “O Segundo Sexo” propõe uma revolução moral no que diz respeito aos papéis atribuídos às mulheres: dona de casa, mãe e esposa, cuja sensibilidade inata torna possível a amabilidade e a submissão. Apesar da produção literária ter nascido no século passado, a sobrevivência desta imagem de mulher (que é fortemente criticada pela autora) ainda se configura como dispositivo disciplinar nas sociedades ocidentais.

Mas, o que é, afinal, ser mulher? Onde se encontra o modelo da feminilidade? Existe só uma forma de se constituir como mulher? Questões como essas tornam possível uma problematização em termos de multiplicidade de subjetividades da categoria “mulheres”. O sexo biológico, em um senso comum, expressa a anatomia genital, sempre baseada em um binarismo compulsório entre feminino ou masculino, mulher ou homem, sem visualizar a identidade deste sexo como um possível espectro identitário de sujeitos (BEAUVOIR, 1949; BUTLER, 1990). Tomando como início tal premissa, ser mulher precisa, necessariamente, do órgão reprodutor dito como “feminino”, constituído, sobretudo, de um útero, mesmo que a forma externa deste órgão não seja precisamente igual ao modelo médico da anatomia feminina – como é o caso de pessoas que nascem sob o signo estigmatizado do hermafroditismo.

No sentido do que é ou não feminino, na concepção de estudos de gênero, ser mulher necessita de um olhar apurado às constituições socioculturais de todas/todos nós. Neste contraponto, o feminismo traz à luz uma nova forma de se pensar pessoas: não é no nascimento que a pessoa se constitui já como mulher, mas, é na produção de sentidos e práticas discursivas

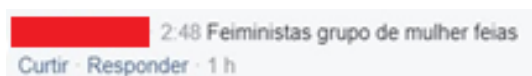
que tais significados incidem sobre estes corpos, de forma anterior²⁵, preservando a ficção do binarismo mulher-homem. Portanto, não nascemos mulheres, mas, nos tornamos (BEAUVOIR, 1949), assim como não se nasce homem, também se torna: as expressões de feminino e masculino flutuam pelos corpos através de práticas e produções de sentidos, como se fossem produtos manufaturados pelos discursos e são, por assim dizer, os atos que legitimam feminino ou masculino (BUTLER, 1990).

A utilização do binarismo como ferramenta para disciplinar corpos é uma estratégia que engendra modelos de modos de ser. Focando na categoria “mulheres”, percebe-se uma intensa cobrança que oprime o corpo e as faculdades mentais. Os comentários inseridos nesta categoria sobre patologização se referem a essas duas formas de opressão: ao padrão de beleza, que comporta desde os hábitos de higiene, até as roupas usadas pelas estudantes feministas que aparecem no vídeo, à qualidade da saúde mental dessas mulheres, patologizada nas opiniões expressas (violentamente) nos comentários.

Tendo-se em mente a clareza da fabricação dos modos padronizados de “ser feminina”, esta seção procura analisar os comentários fazendo uso da crítica lançada no *British Medical Journal* e do conceito de Ceccarelli (2010), esmiuçando o controle sobre os corpos e a produção de subjetividade da categoria “mulheres” em duas sub-sessões: “Aparência Física: a ilusão da Vênus” e “Saúde Mental: ‘triste, louca ou má’”.

4.3.1 Aparência física: a ilusão da Vênus

Figura 9 – Comentário analisado 1



Fonte: Facebook (2017).

O comentário acima é um exemplo simples e claro de um discurso que se perpetuou ao longo das lutas feministas. No século XX, em meio ao sufrágio inglês de luta pelo voto feminino, muitos cartazes e propagandas eram feitos contra o direito das mulheres de votar. Segundo Denise Sant’Anna (2005, p. 121), “a insistência em associar a feminilidade à beleza não é nova”.

²⁵ Anterior, pois, em uma sociedade que pauta identidade em relações binárias de gênero, como é o caso das sociedades ocidentais, ser mulher ou ser homem é uma espécie de “verdade” anterior mesmo ao nascimento dos indivíduos (BUTLER, 1990).

A poesia *Receita de Mulher*²⁶, feita em 1959 por Vinícius de Moraes, adequa-se quase que perfeitamente aqui: “as muito feias que me perdoem, mas beleza é fundamental”. As formas físicas liricamente descritas pelo poeta são a marca da mulher impecável, uma representação de gênero que alcança o utópico imaginativo e almejado por muitas de nós.

Assim como Vinícius, outros artistas dedicaram suas obras às suas “musas inspiradoras”, mulheres sempre deslumbrantes, de belezas exóticas e sempre sensuais, como se despontassem de uma concha feito uma Vênus. Entretanto, este tipo de representação colhe frutos podres quando é usada como ferramenta contra as subjetividades femininas que não se enquadram no padrão de beleza opressor das sociedades patriarcais.

É pautado neste padrão que muitas de nós temos o cotidiano regrado com dietas desumanas, modos de vestir, de falar, de se arrumar e de atuar que podem nos ser desconfortáveis. As nossas performances diárias de feminino são produtos dessas regras de representações de gênero. O disciplinamento dos corpos cria uma ilusão inalcançável de corpo, principalmente, quando o foco é aparência física feminina: são cirurgias de redução de estômago, de redução de rugas, são cosméticos, roupas que modelam e/ou deformam a silhueta feminina (MORENO, 2008). A docilização das mulheres vem pela opressão do corpo que não representa o que tem na receita de Vinícius de Moraes. Uma vez posto o padrão, buscam-se os atributos físicos a ele correspondentes como forma de pertencer a um grupo – no caso, o grupo é a categoria “mulheres”.

Figura 10 – “Sufragistas que nunca foram beijadas”



Fonte: Morin (2016).

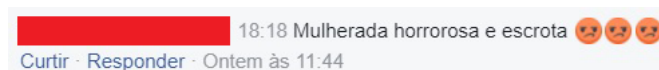
Na imagem acima, a ilustração demonstra cinco mulheres cujos atributos físicos não correspondem a um padrão de beleza feminino, da mesma maneira que foi posta no *print* do comentário do *Facebook*. Essa construção de que “mulheres feministas são feias” parte do

²⁶ A poesia pode ser lida integralmente no endereço eletrônico: <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/receita-de-mulher>.

discurso de uma pedagogia, atuante no meio social, que ensina aos corpos femininos, adultos e infantis, modos de comportamento, bem como modos de se relacionar com o resto do mundo. Para Sandra Andrade (2003), a assimilação do funcionamento dessa pedagogia que disciplina os corpos femininos possibilita compreender que é nas relações sociais que se constrói uma “mulher”. Em outras palavras, a socialização de uma pessoa é o que a torna mulher (BEAUVOIR, 1949). É assim que se consegue perceber como nós, mulheres – sobretudo as feministas –, somos continuamente oprimidas em uma clausura de binariedade compulsória que, por sua vez, reforça o que é positivo e negativo nas inscrições dos gêneros em nossos corpos.

A ideia de que a beleza é inerente ao gênero feminino, assim como a força é inerente ao gênero masculino, cruza os séculos e as culturas (SANT’ANNA, 2005). Entretanto, no contexto desta permanência, as formas de produzir embelezamento das aparências, ou mesmo de conceber beleza feminina, não param de se modificar. Lançar o foco sobre essas mudanças implica em perceber as correlações das representações que acentuam a repulsa pelas aparências consideradas feias. De que forma se construiu o que é feio e o que é belo para uma mulher? O polos norte-sul que engendram o espectro de gêneros, o masculino e o feminino, criam uma lógica de negativo e positivo considerando o que é bom ou ruim a cada um desses gêneros; considera-se feio aquele corpo feminino que supera os limites dos padrões por inverter a lógica de cada gênero. A beleza e a feiura estão à mercê uma comparação entre homem e mulher justamente pela arbitrária relação de indissociabilidade entre beleza e feminino.

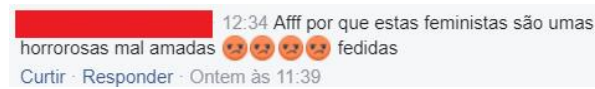
Figura 11 – Comentário analisado 2



Fonte: Facebook (2017).

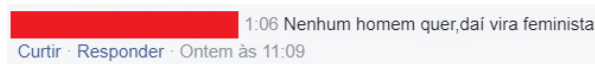
Outro ponto importante a ser mencionado é a relação da suposta feiura de mulheres feministas com a raiva. No comentário acima, uma/um usuária/o relaciona a aparência física das estudantes feministas que aparecem no vídeo com o sentimento de raiva; tal relação pode ser um fruto do significado de militância e dos comportamentos que englobam esta prática.

Outra relação de inerência que sobrevoa as performances de gênero é o da docilidade “natural” feminina. É comum em propagandas antifeministas haver esta correlação de que mulheres que lutam pelos seus direitos, além de feias, também sejam “briguentas”. Tal pensamento é justificado, muitas vezes, pela expressão “mal-amada”.

Figura 12 – Comentário analisado 3

Fonte: Facebook (2017).

Esta é outra crítica que se mostrou frequente nos comentários de todas as categorias que analiso em minha pesquisa. Tal crítica engendra discurso de ódio às mulheres que não se comprometem em relacionamentos amorosos com homens, ou seja, não estão inseridas no padrão de uma heteronormatividade compulsória.

Figura 13 – Comentário analisado 4

Fonte: Facebook (2017).

Nessa lógica, isso já as tornaria feias, não-desejáveis, por não estarem em uma relação estável, de preferência, casadas e com filhas/os. A delicadeza desejável de uma mulher padrão é diretamente proporcional à sua beleza e essa delicadeza está intimamente ligada a comportamentos submissos e condescendentes, mesmo que haja necessidade de reclamação de direitos.

Retornando ao exemplo das artes que expus no início desta sessão, são várias as incitações à submissão como qualidade de beleza feminina. A delicadeza e fragilidade são adjetivos que, sutilmente, exortam uma pedagogia de vassalagem, subjugação, conformidade e docilidade. Não à toa, as propagandas contra o sufrágio feminino na Europa ilustravam mulheres com mordanças e cadeados na boca, como se fossem instrumentos de tortura:

Figura 14 – “Enfim paz”

Fonte: Não Me Kahlo (2016).

Os comentários também expressam uma crítica aos costumes de higiene de mulheres feministas, algo que diz respeito à vida privada. Segundo Francisco Ortega e Rafaela Zorzaneli (2010), decodificamos os nossos medos e aspirações (que devem obedecer a uma lógica de padrão) a partir do conhecimento médico e, com isso, conseguimos estabelecer novas relações com os nossos corpos. Esta nova relação implica em práticas que buscam reformar os corpos afim de aperfeiçoá-los. Tal processo diz respeito à prática sociocultural de privilegiar a exposição dos corpos e da vida privada. Consequentemente, as subjetivações são integradas, prioritariamente, à experiência de se fazer visível aos olhos de outras pessoas, coisa que hoje nos ocorre cotidianamente, devido à intensa utilização de dispositivos eletrônicos conectados à internet. Dessa forma, o que deveria se limitar ao privado – como é caso das práticas de higiene de uma mulher –, emerge para o público e coletivo.

Este fenômeno não é novo, quando olhamos o controle sobre a sexualidade feminina. Ao longo dos anos, construiu-se uma redoma sobre as nossas sexualidades, o que as tornaram um tabu carregado de misticismos; misticismos estes que retornam à vida ao falarmos de higiene feminina como uma máxima de beleza. Basta observarmos a quantidade de produtos de higiene que existem para mulheres nas prateleiras de farmácias e mercados.

Diante do exposto, um questionamento pertinente a ser feito é: a privacidade é um privilégio masculino? Com os holofotes voltados para as exigências de beleza, higiene e comportamentos feitas às mulheres, com a quantidade de cuidados, de pudores, é de se pensar que a resposta dessa pergunta seja positiva.

4.3.2 Saúde mental: “triste, louca ou má”²⁷

Figura 15 – Exemplos de comentários (saúde mental)



Fonte: Facebook (2017).

Em meados do século XIX, o discurso das ciências médicas prevalecia como principal ferramenta de regulação física e moral dos corpos. Foi nessa época que floresceram os estudos sobre sexo. A teoria de degeneração torna-se potente no que diz respeito às pessoas que sucumbiam às condutas tidas como “perigosas”. No caso das mulheres, especificamente, são as “tristes, loucas ou más”. Esse contexto proporcionou (e ainda proporciona) forte intervenção do discurso médico nas vidas dos indivíduos (NUNES, 2000), sobretudo, nas vidas das mulheres.

Problemas coletivos, como a criminalidade e a alienação, eram baseados, analisados e diagnosticados a partir de uma má-formação, uma deficiência física e/ou mental, como forma de explicar condutas dissidentes. Assim, uma constituição pautada na teoria da degeneração ligaria “loucas/os” e criminosas/os. Degenerada/o era aquela/e que sucumbiu a um processo civilizatório deficitário e que permaneceu em um estágio inferior de selvageria, sendo uma ameaça ao desenvolvimento social. Esta ameaça viria da ideia de que a degeneração leva os indivíduos a cometerem atos que prejudicam o bem-estar social, bem como da possibilidade de transmissão hereditária que poderia acarretar em um processo de degeneração social (NUNES, 2002).

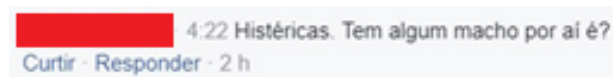
Mais tarde, Foucault, em *História da Sexualidade* (1977), problematizaria sobre a tríade perversão-hereditariedade-degenerescência como o núcleo das tecnologias acerca do sexo. Destarte, a psiquiatria tornou-se primordial para o agenciamento da sexualidade, especialmente, da sexualidade feminina.

Podemos destacar nos discursos psiquiátricos duas vertentes que procuram localizar, no sexo feminino, as fontes de um possível desregramento sexual, moral e social. Uma situa essa fonte naquilo que seria específico da constituição anatômica e fisiológica da mulher; outra, em estigmas degenerativos que existiriam de forma latente no corpo feminino (NUNES, 2002, p. 93).

²⁷ Música da banda brasileira Francisco, El Hombre. O refrão da música rejeita a socialização opressora de uma feminilidade padrão, quando fala: Só mesmo rejeita/Bem conhecida receita/Quem não sem dores/Aceita que tudo deve mudar/Que um homem não te define/Sua casa não te define/Sua carne não te define/Você é seu próprio lar. A letra da canção pode ser lida integralmente no endereço eletrônico: <https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/>.

Um dos momentos que merece destaque quando falamos de controle sobre as subjetividades femininas é o do estudo da histeria, cuja produção é extensa e significativa. Os estudos voltados para a histeria, tão enfatizados pela produção científica em psicanálise, procuram compreender essa neurose, bem como abranger uma discussão sobre a constituição feminina. A importância de abordar a histeria é essencial, pois o termo “histérica(s)” foi usado inúmeras vezes nos comentários para se referir às estudantes feministas do vídeo gravado e transmitido por Sara Winter no *Facebook*.

Figura 16 – Comentário analisado 4



Fonte: *Facebook* (2017).

No comentário exposto acima, a/o usuária/o relaciona a histeria com a presença de um homem. Esta relação demonstra um imaginário, uma ficção de que mulheres feministas não possuem controle de si na presença de um homem, como se esta presença aticasse algum desejo sexual incontrolável.

Ao longo da história das construções referentes à saúde mental feminina, a histeria toma lugar de destaque. Segundo Nunes (2000), a concepção de histeria entre o século XIX e os estudos de Jean-Martin Charcot (1825-1893) é marcada por um ideal romântico que caracterizou a medicina sobre as mulheres a partir do século XVIII. Ainda para a autora, essa concepção nada mais foi do que uma das formas de essencialização das diferenças entre mulheres e homens.

Como foi observado, a natureza feminina se constitui num certo enigma que os médicos parecem sempre dispostos a desvendar, e a histeria foi, nesse sentido, um campo bastante fértil. Por meio da histeria procura-se apreender a feminilidade que, aos olhos da ciência, parecia tão incompreensível (NUNES, 2000, p. 109).

A histeria tornou-se um mal no momento em que se instituiu a sua inerência à presença de um útero. Os tratados sobre histeria se tornaram tratados sobre mulheres e foi um precursor do que de um xingamento comum antifeminista: “louca”. Mesmo com transposições teóricas que indicavam que a histeria tinha sede no cérebro, a construção da saúde mental naturalmente perturbada das mulheres não cessou; ao contrário, ainda se perpetuou uma verdade maior: a diferença entre os cérebros feminino e masculino, resultando, mais uma vez, na importância do

útero para uma saúde mental perturbada feminina. Histeria tornou-se, assim, uma doença de mulheres, por excelência.

Figura 17 – comentário analisado 4



Fonte: *Facebook* (2017).

No comentário acima, vê-se mais um ataque à saúde mental das feministas expostas no vídeo. Este exemplo é mais uma ilustração do tipo de argumento utilizado na postagem contra as mulheres feministas. A exposição de opinião política tem causado a ordem do não-diálogo, como explica Tiburi (2016). Este não-diálogo, esta falta de abertura para troca de opiniões, constrói um muro que ataca, como se dá no caso deste comentário, através de algum xingamento. “Doente mental” é um xingamento quando se percebe como resposta sem argumentos, mas que quer demonstrar que discorda do posicionamento das estudantes feministas do vídeo. Ser “doente mental”, nesse caso, é não coadunar com um posicionamento político violentamente conservador que emerge da extrema direita política brasileira.

As mulheres feministas, nesse caso, estão acometidas de alguma doença que as levaria à loucura; pensar nesta loucura e legitimá-la como uma verdade inflige a integridade desta mulher militante, tornando-a alguém “triste” ou desiludida e, por isso, “má”. A patologização de saúde mental feminina (focada nas práticas e produções feministas), acarreta mais um argumento torpe contra o feminismo. Diferente do que a psicanálise propõe como os estudos sobre a histeria, o termo “histérica” é utilizado no sentido pejorativo para indicar falta de sanidade por parte das mulheres feministas – o que traz o efeito de luta ilegítima do movimento social.

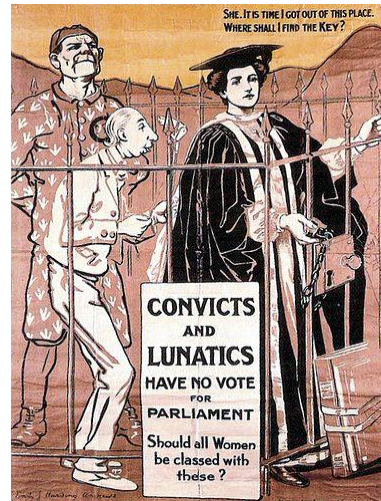
Figura 18 – Comentário analisado 5



Fonte: *Facebook* (2017).

Enquadrar feminismo como doença talvez seja o ápice dos comentários analisados nesta categoria. O que leva a esta crença? Muitos pontos podem ser listados como motivo para a emissão desta opinião, porém, todos recaem diretamente nas práticas que procuram calar uma militância que procura o bem-estar social, como é o caso do feminismo.

Figura 19 – Cartaz sufragista inglês



Fonte: Flickrriver (2008).

O cartaz sufragista de 1900 recorre a uma reflexão que ainda é muito pertinente. Ele retrata um criminoso condenado, um louco e uma mulher com beca de formatura dentro de um cerco gradeado. A mulher segura o cadeado das grades. O texto do cartaz questiona se todas as mulheres deveriam ser mantidas no mesmo patamar que os condenados e os loucos. Por mais que tenhamos progredido na militância feminista – algo que pode ser percebido na internet, com o crescimento de comunidades e páginas voltadas para as discussões feministas –, o modo como o movimento e as militantes são vistos ainda é como desordem, sobretudo mental.

Pensamentos como esse são construções antigas de propagandas tanto a favor de uma feminilidade dócil quanto ao lado oposto, o que é contra às práticas que buscam garantia de direitos às mulheres. Uma ferramenta que amplamente utilizada na mídia pelo antifeminismo é o humor. Fazem-se piadas de cunho antifeminista, utilizando o humor como arma para a livre manifestação de qualquer opinião, esquecendo-se dos efeitos que podem causar, além de uma risada de alguém no público. Bruna de Lara e colaboradoras (2016) se opõem a esse antifeminismo de piadas, justamente, por ainda se tratar de uma violência:

As críticas ao “politicamente incorreto” – ou seria politicamente conservador? – são vistas, então, como uma reação desproporcional a piadas, como falta de senso de humor ou, simplesmente, como a mais pura chatice [...] O curioso é que justamente isso que alega a turma do politicamente incorreto: que a culpa não é da piada ofensiva, mas das pessoas chatas que estão se *sentindo* – e não efetivamente *sendo* – ofendidas por nada (LARA et al., 2016, p. 247).

Nesse contexto, a pessoa que emite um comentário ofensivo, como o lido acima, o faz também por acreditar que esse discurso será aceito por suas/seus interlocutoras/es, uma vez que se trata de algo que foi e ainda é fortemente naturalizado em nossa sociedade. No momento que

se questiona essa suposição, a de que feministas são “doentes mentais”, “loucas”, que o movimento é uma doença e que nós, militantes, deveríamos estar em hospitais, a pessoa que emitiu a ofensa é obrigada a repensar o que disse e isso implica em revisitar crenças (incrustadas de violências) e, talvez, descobrir que não há razão para diagnósticos psiquiátricos quando a causa é política, social.

É comum escutar que hoje o mundo está ficando “chato”, pois não se pode opinar sobre nada, ou mesmo fazer alguma piada misógina, fazendo-se valer de diagnósticos psiquiátricos como elemento que justifique ofensa. Sem dúvida, os ataques feitos com o uso de um discurso médico têm grande força, pois esta ciência possui grande privilégio nas construções de verdades sobre as vidas, sobretudo, as nossas vidas – que são tão forte e violentamente monitoradas pelo patriarcado. Contudo, é preciso que se pense nessa prática com urgência, pois o uso de termos médicos (mesmo que antigos) ainda pesam de forma ofensiva e degradante sobre a construção de subjetividade feminina e militância feminista.

4.4 “MAS QUE MULHER INDIGESTA, MERECE UM TIJOLO NA TESTA”²⁸

Figura 20 – Exemplos de comentários



Fonte: Facebook (2017).

O caráter “politicamente conservador” (LARA et al., 2016) incrustou-se fortemente no *Facebook*, principalmente, após o golpe político infligido pela direita política no Brasil, em 2016. Os comentários acima são exemplos do embate político inflamado pelo descomedido ódio na rede social. Esse ódio profundo, cuja irritabilidade se aglomera entre os interlocutores, gera uma violência de caráter psicológico sobre nós, militantes feministas.

²⁸ Música do sambista Noel Rosa (1910-1937). Em uma das estrofes, a letra da canção “Mulher Indigesta” fala: “E quando se manifesta / O que merece é entrar no açoite / Ela é mais indigesta do que prato / De salada de pepino à meia-noite”.

Em 2016, a Organização Mundial da Saúde – OMS estimou que 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram qualquer violência, podendo ser física, sexual, moral e/ou psicológica. A OMS entende a violência psicológica como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (MARTINELLI, 2016, s/n).

Por ser uma violência de caráter subjetivo, é possível que a violência psicológica ocorra através da linguagem e dos discursos proferidos pelo(a) agressor(a), desde que o sentido desses discursos seja contra a honra, criminalizando, injuriando, caluniando e difamando a vítima (CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA, 2012). No caso das ativistas feministas na internet, a difamação talvez seja o caso de maior incidência devido às agressões acontecerem, comumente, através de xingamentos e ameaças de violência *online* – o que não é muito diferente, se pensarmos nos efeitos de uma música que fala em agredir fisicamente alguma mulher tida como “indigesta”.

A utilização de campanhas *online*²⁹, além de servir como meio de compartilhamento de experiências, tem sido amplamente usada como forma de denúncia pelas mulheres que já sofreram violência de gênero em meio virtual. Este compartilhamento de experiências de abuso, estupro, violência física e psicológica, abre margem para se pensar em estratégias de combate aos prejuízos sofridos pelas feministas na internet. Entretanto, a internet também tem possibilitado a emergência de discursos de ódio contra nós, feministas, e infligido diretamente na saúde mental daquelas que fazem sua militância *online*.

A fronteira entre físico e virtual é muito difusa; não há como separá-las facilmente quando a informatização se torna uma necessidade cotidiana. Contanto que tenhamos acesso à internet, não estamos protegidos de ataques morais por parte de quem não concorda com as práticas discursivas e produções de sentidos dos feminismos. Assim, os ataques que sofremos em meio virtual também podem se configurar em uma modalidade de violência psicológica

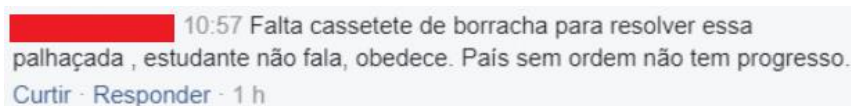
²⁹ A campanha #MeuAmigoSecreto, lançada pelo coletivo feminista Não Me Kahlo, em 2015, exemplifica muito bem a militância feminista feita na internet. A *hashtag* proporcionou que mulheres relatassem as violências que partiram de pessoas próximas, como parentes, namorados, colegas de trabalho ou escola/faculdade, e até mesmo de completos estranhos, dentro e fora da internet. A campanha teve tanta repercussão que a *hashtag* #MeuAmigoSecreto foi mencionada no Twitter 170 mil vezes, em 2015 (THINK OLGA, 2015).

contra a mulher por representar uma forma subjetiva de agressão à integridade e dignidade humana.

Nesta seção, analisarei discursos que trazem carga de violência contra a mulher feminista e/ou lésbica através de incitação à agressão física e ao estupro. Para tanto, a crítica se debruçará no conceito da OMS sobre violência psicológica para nortear as críticas que farei sobre os comentários antifeministas e lesbofóbicos em duas sub-seções: Incitação à violência e Lesbofobia.

4.4.1 Incitação à violência: do cassetete ao nazismo

Figura 21 – Comentário analisado 6



Fonte: Facebook (2017).

“Falta de cassetete de borracha para resolver essa palhaçada, estudante não fala, obedece”. O comentário acima manifesta um discurso de disciplinamento dentro da universidade em que o vídeo da postagem foi gravado. As universitárias feministas que aparecem no vídeo reclamam da postura de Sara Winter, discordando vigorosamente das provocações da ex-feminista. O comentário ainda traz consigo uma alusão aos dizeres que constam na bandeira brasileira – “Ordem e Progresso”³⁰ –, como uma espécie de “ponto final”, na tentativa de legitimar uma prática discursiva de violência.

O país (no caso, o Brasil) não tem progresso sem uma “ordem”? Mas que ordem é essa? Ela está a favor de quem ou do quê? Pode-se pensar em uma ordem comum, que beneficie o bem-estar social, harmonizando o povo com os direitos fundamentais de qualquer cidadã/cidadão, todavia, a realidade ainda se limita a pensar em direitos dos homens e para os homens. Vários são exemplos que demonstram como a conquista de direitos fundamentais se estende majoritariamente, na prática, aos homens; quantos relatos de mulheres que sofreram violência doméstica, que foram estupradas, atacadas, ameaças e perseguidas dentro e fora da internet já não foram calados pela insistente dúvida que se tem sobre os relatos dessas mulheres? Muitas até preferem não denunciar as violências por vergonha, já que as chances de serem violentadas pelas autoridades com a dúvida ainda são grandes. A mulher que denuncia

³⁰ A frase inscrita na bandeira brasileira tem sua origem no lema criado pelo positivista francês Auguste Comte (1798-1857): “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”.

violência, que se impõe diante uma opressão de gênero, é malvista por estar no lugar oposto ao da docilidade e submissão.

Figura 22 – Emmeline Pankhurst é presa durante protesto sufragista na Inglaterra



Fonte: Mashable (2018).

A ordem à qual o discurso antifeminista tenta recorrer parte de um discurso conservador do lugar que nós devemos ocupar na sociedade. O lugar da mulher, nesse contexto, não é onde ela quiser, é onde ela for posta: o lugar da dona de casa, da mãe, da esposa, da santa (ou não). Com o crescimento do movimento feminista, a difusão das inquietações sobre este lugar de mulher cresce, fazendo emergir questionamentos na prática diária da militância: por que ser esposa? Por que ser mãe? Por que ser santa?

Comentários como este nos remetem à reflexão sobre a legitimação de uma verdade, sobre uma razão que não é absoluta, mas, que quer ser cabal e, por isso, violenta. Hannah Arendt (1972) nos fala sobre como esta razão procura meios de se solidificar: “A própria razão, nossa aptidão para pensar, tem necessidade de se efetivar” (p. 303). Segundo a autora, o monopólio desta capacidade pela filosofia trouxe coisas boas, mas também ruins, pois todas e todos têm a capacidade de reflexão e de expressá-la de alguma maneira. No entanto, e ainda no patamar do que é ruim e desagradável, as construções feitas do ato reflexivo podem privilegiar alguma violência. É o caso dos discursos de meritocracia que prevalecem no conservadorismo brasileiro. A ideia de “aptidão” e sobrevivência da/do “mais forte” – aquela/aquele que se esforçou mais para atingir seus objetivos – ignora marcadores sociais que ajudam ou atrapalham a ascensão política e econômica de uma população qualquer.

É o caso do marcador do gênero feminino. Inscrito em nossos corpos e na nossa socialização compulsória, esse marcador define desde o que devemos pensar até o salário que ganhamos no fim do mês. A meritocracia, por ser um modelo de ordenação de recursos sociais,

cujo critério se limita à consideração do desempenho e às aptidões individuais de cada pessoa, não pondera questões como gênero. Além disso, ainda pode engendrar mais uma forma de violência simbólica sobre a mulher, justamente, por não refletir sobre este marcador social, fazendo com que uma mulher também coadune, de alguma forma, com um discurso de ódio contra mulheres. Marta Lopes (2015) define violência simbólica como:

[...] a forma específica de dominação masculina explícita que se manifesta sob a forma de limitações e obrigações para o corpo. Para que a dominação simbólica funcione é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas (disposições) segundo as quais os dominantes percebem, organizam e hierarquizam as relações, isto é, as diferentes disposições corporais que reproduzem e são visíveis na maneira de usar o corpo, e o cérebro, sob a forma de princípios de percepção dos corpos dos outros (LOPES, 2015, p. 397).

Este processo faz pensar na construção de mulheres antifeministas. Por mais paradoxal que possa ser, existem mulheres que não acreditam no movimento feminista. A justificativa está no pensamento que já descrevi antes: o de que as conquistas sociais do passado já emanciparam completamente todas as mulheres. Assim, pensar em feminismo seria pensar num absurdo. Todavia, há de se considerar que a cooptação exercida pelos discursos da lógica patriarcal tentam engendrar formas diferentes de equilibrar as resistências de uma ordem social que, na maioria das vezes, não favorece as mulheres

Figura 23 – Comentário analisado 7



Fonte: Facebook (2017).

Este comentário expressa uma comparação feita comumente entre os direitos de homens e mulheres. Fala-se muito sobre como nós, feministas, nos posicionamos em busca dos mesmos direitos dados aos homens e, em discursos como o do comentário acima, perguntam-se se o feminismo não é o “machismo da mulher”, como se o movimento buscasse uma nova forma de dominação, mas contra os homens.

Figura 24 – “Desde que a minha Margarita se tornou uma Sufragista”



Fonte: Mashable (2018).

Lara e colaboradoras (2016) atentam para o crescimento do feminismo em redes sociais e como isto tem nos ajudado a percebermos que não estamos sozinhas na luta por direitos. Todavia, os movimentos de mulheres não são uma novidade, como explanei amplamente na seção 2; existem há décadas e, em cada momento histórico, expressam as necessidades de mulheres do mundo todo, pois o patriarcalismo é eficiente em ultrapassar barreiras culturais, sociais, econômicas e ideológicas.

E por mais extensa que seja esta jornada de luta dos movimentos de mulheres (sufragistas, feministas etc.), ainda há a necessidade exaustiva de explicar que o feminismo nada tem a ver com ódio ou submissão compulsória dos homens em relação às mulheres (LARA et al., 2016). São incontáveis as vezes em que nos vemos obrigadas a esclarecer os posicionamentos do movimento, justificando sua existência e o porquê de nos engajarmos na militância, seja dentro ou fora da internet.

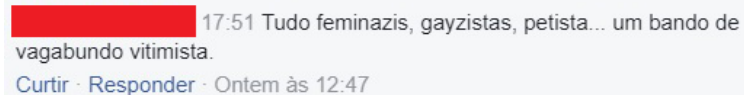
O antifeminismo é uma maneira de os setores conservadores refutarem, de forma reacionária, às lutas feministas. Para o sociólogo Michael Kimmel (2004), os argumentos antifeministas são justificados através de discursos religiosos e culturais (no sentido da socialização opressora feminina da sociedade ocidental) como meio de “resguardar” a masculinidade padrão de “poluição e invasão” (p. 35). O autor ainda afirma que antifeministas se apoiam em conceitos arcaicos de gênero, julgando a tradicional divisão sexual do trabalho como algo “natural e inevitável” – portanto, intrínseco aos gêneros desde o nascimento –, ou até mesmo “divinamente sancionada” (p. 36).

[...] mulheres são excluídas dos ambientes políticos, de trabalho e de educação, entre outros, porque são supostamente frágeis ou até mesmo porque não querem, não se esforçam o suficiente, entre outros argumentos meritocráticos, e não porque existe um

sistema patriarcal no qual os homens detêm privilégios social e historicamente construídos e, conseqüentemente, o domínio desses espaços (LARA et al., 2016, p. 250).

Depois de mais de um século do surgimento de movimentos de mulheres, cujo acontecimento mais conhecido foi o do sufrágio feminino europeu e norte-americano, nós continuamos a ser desqualificadas como raivosas, briguentas, mal-amadas, megeras, frígidas. Esta malha de propaganda e de produção de sentidos na história humana é o que ainda contribui para a má fama do nosso movimento, além de servir como ameaça para que muitas mulheres tenham medo do feminismo, bem como de se assumirem feministas, mesmo quando defendem valores e pautas feministas no cotidiano.

Figura 25 – Comentário analisado 8



17:51 Tudo feminazis, gayzistas, petista... um bando de vagabundo vitimista.
Curtir · Responder · Ontem às 12:47

Fonte: *Facebook* (2017).

O rótulo “feminazi” talvez seja um dos xingamentos mais conhecidos por nós no movimento feminista. O termo, bastante cruel para ser relacionado à luta por direitos iguais, faz uma comparação grosseira e ofensiva entre feminismo e nazismo. O nazismo foi um regime totalitário conhecido por protagonizar episódios de forte violência na Europa durante o século XX. Entretanto, o xingamento é um disparate insensato quando analisamos atentamente o significado de feminismo e de nazismo: enquanto o feminismo se propõe a lutar por direitos iguais entre homens e mulheres, servindo, assim, para o avanço social, o nazismo defende exatamente o oposto – e não só quando a questão é sobre relações de gênero, mas, também, de crença religiosa, nacionalidade, saúde mental, relações raciais, entre outras.

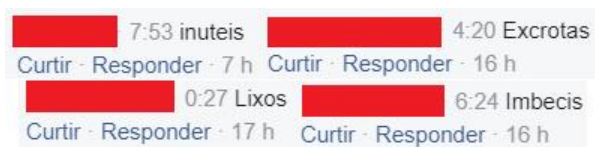
A figura da “feminazi” se constitui de extremismo e luta para a sobreposição das mulheres em relação aos homens, pauta inexistente nas agendas feministas do mundo todo, sendo um ponto há muito tempo desmistificado pelas teorias feministas. Não há nada de ditatorial na perspectiva feminista como há no nazismo, nem deve haver, pois a visão de que mulheres e homens deveriam ter direitos iguais perante as instituições sociais não é opressora. Longe disso: é democrática.

Figura 26 – Propaganda antifeminista

Fonte: Estratégias... (2018).

Frequentemente usado para designar radicalismo e “opressão” ao gênero masculino, o termo procura deslegitimar nossas lutas sem argumentos sólidos, apenas com a utilização da força de quem “fala mais alto”. Seu uso é bastante comum em discursos fascistas definidos por bruta autoridade e, portanto, violência (FOUCAULT, 1977).

O antifeminismo procura brechas e falhas no feminismo na tentativa de legitimar discursos de ódio, proliferando o medo e embates raivosos, principalmente, em meio virtual. É comum o uso do termo “feminazi” em redes sociais para designar aquilo que se quer combater – a saber, os avanços da agenda feminista.

Figura 27 – Comentário analisado 9

Fonte: Facebook (2017).

Os comentários destacados acima expressam insultos gratuitos. Não possuem argumentação, não possuem um porquê que justifique agressão verbal às universitárias feministas no vídeo de Sara. Essa prática constrói um tipo de violência que ainda está profundamente velada em nossa sociedade: a violência psicológica.

A internet propicia meios de garantir esse tipo de violência, e a garantia está na atuação que cada interlocutor tem em frente à tela do seu dispositivo conectado ao mundo virtual. Esta atuação, representada por um avatar, nos fala sobre como a distância, a não-presença da vítima, é determinante para o teor da agressão. Observam-se também cercos de controle social e

agressões anônimas, através dos diversos instrumentos tecnológicos proporcionados pela rede, que, de um lado, possibilitam anonimato para denúncias e reivindicações de mulheres perseguidas, mas, igualmente, nos revelam como o mau uso dessa ferramenta causa violência psicológica contra as mulheres, assim como muitas outras classes de indivíduos perseguidos e menos favorecidos socialmente.

É nesse contexto que o ataque antifeminista borbulha. Muitas falas perversas e antifeministas se direcionam devido ao posicionamento político das militantes do movimento em redes sociais. Para além de indivíduos, coletivos e organizações feministas, páginas no *Facebook* são fortemente denunciadas com a intenção de se “derrubar” a proliferação do feminismo na internet.

Violência psicológica em meio virtual é algo que vem se ampliando e atingindo mulheres no mundo todo. Vivia Day e colaboradores (2003, p. 10) classificam violência psicológica como “toda ação ou omissão que causa ou destina-se a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”. Além do conhecido *revenge porn* (ou pornografia de vingança)³¹, que geralmente ocorre por meio da ameaça de liberação de vídeos e/ou fotos eróticas de mulheres na internet, outras modalidades de violência psicológica vêm se construindo no meio virtual. As perseguições e os linchamentos sofridos por militantes feministas em redes sociais, sobretudo no *Facebook*, acarretam consequências perigosas para a saúde mental dessas mulheres.

Um exemplo que merece destaque quando falamos de violência psicológica contra feministas é o caso do suicídio de Dáleti Jeovana. A estudante de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Brasil, usava o *Facebook* como meio para militância feminista *online*, recebendo, frequentemente, ataques com ameaças em resposta às suas postagens que, por sua vez, eram sobre relações de gênero e de raça. No dia 21 de outubro de 2017, Dáleti suicidou-se. Em entrevista para um jornal local, amigos da estudante de 20 anos de idade relataram que Dáleti sofria de dores físicas pelo excesso de preocupação com problemas diários, bem como surtos e episódios de agressividade³².

Em face do exposto, é necessária uma atenção maior aos casos de violência na internet, principalmente, se as vítimas são mulheres. Não é apenas a exposição de vídeos e imagens

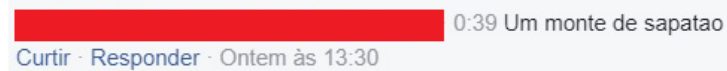
³¹ Segundo o dossiê de violência de gênero na internet, feito pela Agência Patrícia Galvão (2017), *revenge porn* ocorre quando “um ex-namorado ou alguém que teve acesso a uma foto íntima erótica de uma pessoa a divulga sem consentimento”.

³² A reportagem pode ser lida no endereço eletrônico: <https://www.t1noticias.com.br/a/88566>.

eróticas na internet que trazem perdas, mas, também, ataques por posicionamentos teórico-políticos.

4.4.2 Lesbofobia: “feminismo é coisa de sapatão”

Figura 28 – Comentário analisado 10



Fonte: Facebook (2017).

Este é, possivelmente, um dos comentários de ódio mais frequentes quando o discurso envereda para insultos e humilhações contra feministas, junto ao termo “feminazi”. A sexualidade feminina, tão patologizada quando transgride os limites do padrão heteronormativo, é a ferramenta deste discurso de ódio. A palavra “sapatão” designa expressão pejorativa para se referir à mulher cuja performance remete aos comportamentos masculinos, sem que, necessariamente, queira referir-se a alguma identidade trans. Neste caso, o pejorativo vem do sentido dado pelo contexto: por serem feministas, as universitárias do vídeo de Sara não devem gostar de homens (outro mito bastante comum nas generalizações antifeministas) e, por isso, são lésbicas – ou como a/o usuária/usuário escreveu: “sapatao”.

Segundo Maria Angélica Lemos (2015), lesbofobia se traduz como qualquer prática discriminatória, hostil, de ameaça, humilhação, agressão física e/ou psicológica, dirigida às mulheres identificadas como lésbicas e/ou bissexuais. Ou seja, lesbofobia é um ato de violência e preconceito contra mulheres cujos comportamentos não se enquadram nos preceitos da heteronormatividade compulsiva e dominante.

Figura 29 – “Garotas estão fazendo todo os trabalhos dos rapazes agora!”

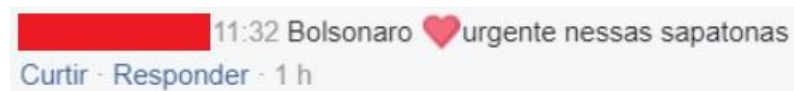


Fonte: Redbubble (2018).

Uma das principais formas de lesbofobia é a violência sexual, tanto no Brasil, quanto no exterior (LEMOS, 2015). É comum haver o que se chama de “estupro corretivo”, uma violência sexual praticada contra as mulheres lésbicas a fim de lhes ensinar com quem e de que forma elas devem praticar sexo. Esse tipo de violência indica a diferença entre lesbofobia e homofobia, pois só há “estupro corretivo” para mulheres. O “estupro corretivo”, que brota do machismo, inserido em uma sociedade hegemonicamente patriarcal e heterossexual, torna possível que o feminino seja oprimido pelo que é masculino.

É comum a relação entre a militância feminista e orientação sexual nos comentários de ódio antifeministas. O insulto está onde não deveria estar: na lesbianidade, como se ter desejo por pessoas do mesmo gênero/sexo fosse, por si só, algo de uma ordem inferior de caráter, ou uma característica imensamente indesejável. Assim como é para os homens com orientação homossexual, também é para as mulheres; entretanto, se a opressão por ser mulher já é extenuante – devido à miríade de violência que já sofremos –, não é de se estranhar quando imaginamos a intensidade e a complexidade do sofrimento de mulheres lésbicas em nossa sociedade (machista e heteronormativa). Para além disto, ainda há de se considerar o quão laborioso e corrosivo é, em termos de saúde mental, o processo de construção da identidade dessas mulheres em busca de reconhecimento de direitos.

Figura 30 – Comentário analisado 11



Fonte: Facebook (2017).

Mais uma vez, o uso do termo “sapatão” – ou, como foi escrito no comentário acima, “sapatonas” – aparece protagonizando e indicando hostil intolerância às práticas feministas e/ou de lesbianidades. Neste comentário, no entanto, também se faz alusão ao conservadorismo através do nome de Jair Bolsonaro, deputado federal brasileiro que defende e expressa posicionamentos lesbofóbicos e homofóbicos³³.

O conservadorismo político brasileiro, que apoia ideias de retrocesso nos direitos de todas/todos as/os brasileiras/brasileiros, faz coro à violência contra a mulher reclamando o lugar submisso e assexuado que nós “deveríamos” ocupar. Este coro, inflamado de fascismo – e, por isso, de medo e ódio – demonstra a sua indignação de forma reacionária. Os feminismos, que

³³ Um exemplo do discurso lesbofóbico do deputado está na matéria do site da revista Exame, onde Jair Bolsonaro tem atitude lesbofóbica com a atriz norte-americana Ellen Page: <https://exame.abril.com.br/brasil/jair-bolsonaro-reforca-homofobia-em-entrevista-a-ellen-page/>.

vêm romper com a violência institucionalizada contra todas as mulheres, acabam sendo foco dessa indignação justamente por questionar os papéis atribuídos ao gênero feminino. Por mais velada que seja das teorias feministas, bem como da história do movimento, a existência lésbica se faz presente no nosso movimento e resiste com todas nós. Ser lésbica é estar na resistência contra esse tipo de retrocesso ideológico que eleva a instituição da heterossexualidade compulsória, retirando o poder das mulheres (RICH, 1980).

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura (RICH, 1980, p. 19).

A crítica antifeminista que usa a lesbofobia vem da heterossexualidade compulsória imputada em nossa sociedade, sobretudo à imagem imaculada do modelo de mulher escrito por Vinícius de Moraes. Para Adrienne Rich (1980), essa heterossexualidade compulsória tem origem no “poder masculino”, cujo esquema engloba toda e qualquer manutenção da desigualdade entre os gêneros feminino e masculino a favor do homem, desde o uso da brutalidade física até o controle da consciência – o que também nos mostra que uma resistência em potencial vem sendo cerceada.

Figura 31 – Comentário analisado 12



2:38 Essas feministas só querem o direito de chupa uma bucinha, apenas isso.
Curtir · Responder · 1 · 15 h

Fonte: Facebook (2017).

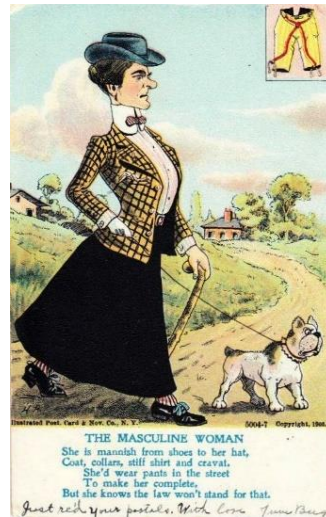
Mais uma vez, alusão ao lesbianismo em termos pejorativos e de linguagem degradante, disposta a humilhar as militantes feministas lésbicas, bissexuais e heterossexuais. A disposição chega com uma construção de um imaginativo erótico e o relaciona à militância feminista, intrinsecamente, devido ao mito de “ódio aos homens”³⁴ tão explorado pelo antifeminismo.

Nesse contexto, o comentário acima carrega uma naturalização dos papéis masculino e feminino durante uma relação sexual, pela qual aquela mulher cujas práticas sexuais não então

³⁴ A misandria, nome dado ao ódio aos homens, é um discurso amplamente utilizado para combater o feminismo através de legitimação do movimento como um discurso de ódio.

inseridas na heteronormatividade é posta ao nível de ser humilhada. Sair dos limites do padrão, tornar-se a denúncia de que a construção do gênero feminino é uma ficção fabricada, é uma prática que deve, obrigatoriamente, acarretar, no meio antifeminista, humilhação para a mulher, tal qual fez a/o usuária/usuário do comentário.

Figura 32 – “A mulher masculina”



Fonte: Pacific... (2015).

A ilustração acima mostra como o discurso lesbofóbico resistiu aos tempos. Seu combate é sempre atual, pois, ainda hoje, mesmo após anos de sufrágio feminino na Europa e EUA, usar os termos “lésbica”, “sapatão” etc. em teor pejorativo é muito frequente no intuito de ofender às militantes feministas.

O cerne desta “masculinização patológica” – que tanto nos incomoda – está na representação da mulher feminista que alcançou o seu auge na Segunda Onda e foi se opondo aos padrões seculares e transcendentais do que é ser mulher; ao invés de somar às formas e subjetividades femininas, ela se tornou um polo oposto de feminilidade – engendrado, especialmente, pelos discursos midiáticos –, como uma espécie de contra-ataque discursivo protagonizado pelo conservadorismo patriarcal.

Neste contexto, quando uma mulher se propõe a trabalhar fora de casa, não sonha em ter filhos, problematiza os mitos da maternidade e da heteronormatividade e é lésbica, sua figura escapa aos modelos androcêntricos de feminilidade; assim, fabricação da performance de seu gênero mais uma vez se mostra como força dominante sobre feminino. A mulher feminista e/ou lésbica que se opõe a tal modelo é, então, hostilizada por ofensas e preconceitos violentos. Esta prática de diminuir a mulher através da sua sexualidade e performance atravessa os séculos. Não é difícil encontrarmos discursos antifeministas que desejem tornar humilhante a condição

de mulheres lésbicas cujo estandarte político se escancara diante dos fascismos contemporâneos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM PRELÚDIO DE (IN)CONCLUSÕES

As perguntas que me rondam a todo momento enquanto penso nas conclusões de minha pesquisa são: que efeitos ela produzirá? Em que mãos esses efeitos serão concretizados? E o que vem após este fim de pesquisa?

Primeiramente, espero que este dispositivo chamado “pesquisa” produza efeito de diálogo, de conversa; espero que a pesquisa tenha força não apenas para se pensar nas relações que construímos na internet, mas, também, nas relações fora do meio virtual. Em clima de perturbações políticas, que beiram o conservadorismo e ódio, de fascismos e outras práticas de violência, é imprescindível que nos reavaliemos para voltar a dialogar e perder o medo do diferente, do estranho, do outro.

Em segundo lugar – ainda com uma pequena esperança (a qual me deu impulso para pesquisar sobre e para mulheres) –, que as mãos que produzam os efeitos se proponham ao diálogo que engendra mudanças e construções diversas, mas, que sejam mudanças e construções para melhorar as condições sociais de mulheres que lutam por seus direitos, pois não haverá serventia nenhuma para qualquer pesquisa se ela não engendrar tecnologias e formas de melhorar o bem-estar social.

E, por fim, mas não menos importante, o que vem após este fim de pesquisa: quero dizer que nenhuma pesquisa acaba, ela sempre se reformula, sempre se regenera com novas perguntas, se move através de uma curiosidade incessante e inacabada. Por isso, essas conclusões finais podem ser chamadas de “prelúdio”: aqui se iniciam novas questões de um porvir a ser explorado. Falar sobre e para mulheres feministas é um campo que ainda brota timidamente no meio acadêmico, especialmente, quando falamos de saúde mental, pois muitas de nós são acometidas por sofrimento psíquico devido à toxidade das relações políticas.

Quando me deparei com o tema, não imaginei a intensidade e a importância de falar sobre os discursos que circundam e as opiniões acerca do feminismo em uma comunidade antifeminista. A princípio, não me ocorreu que, na minha militância como pesquisadora – assim como nas militâncias de outras companheiras feministas –, se propor a ler a opinião antifeminista já era a tentativa de formar um diálogo, uma ponte de troca de ideias, entre nós e as pessoas que condenam e execram o movimento feminista. O aprendizado de dialogar, devo dizer, foi e é sofrido, principalmente, porque os discursos de ódio eram sobre algo que eu sou. Esse esforço, que para mim começou com um tom de graça, como se os comentários fossem piadas – já que a preferência, na maioria dos comentários, era xingar feministas de forma

gratuita –, se transformou em um forte gatilho para que eu mesma me distanciasse da militância *online* que tento praticar diariamente. Ler os comentários me trouxe ao centro de minha saúde mental e, de repente, me vi em uma bolha de sofrimento psíquico e de distanciamento do movimento feminista no *Facebook*.

Esses efeitos, que colho com alegria (apesar da dor), são parte decisiva desta conclusão: o diálogo e a troca de ideias são tão importantes para a saúde mental das/dos interlocutoras/interlocutores, sendo ou não feministas, que, caso ele não se faça presente, há sofrimento, há dor, há distanciamento, há corrosão de militância.

A violência, enquanto assunto que atravessa as práticas de militância feminista, surgiu entre os temas de forma substancial, tornando-se a pedra fundamental desta produção científica. Inicialmente, sem conhecer bem a temática, não identifiquei a prática discursiva do antifeminismo como violência em si. A experiência de me aventurar nesse espaço virtual foi o que fez emergir os efeitos de violência em mim, mulher feminista. Como citei anteriormente, o sofrimento gerado pela leitura dos comentários afetou a minha militância e a minha saúde mental vigorosamente, devido à leitura diária das páginas.

Analisar os comentários foi um desafio pessoal e, portanto, político (HANISCH, 1969). Não há como desgarrar o pessoal do político nesta pesquisa, pois ela mesma se propõe a pensar no quanto a impessoalidade, com a qual se xinga uma mulher, atinge o político (vide os efeitos que ela causou em mim). Quando falo aqui sobre xingamentos absurdos, insultos, incitação à violência física, ao estupro e à violência psicológica; quando falo sobre as obrigações de nós sermos fisicamente perfeitas e de como se patologizam aquelas que não são, estou falando de política o tempo todo, pois todas as categorias são constituídas de violência contra a mulher, cujos pilares políticos se inserem no feminismo ou em algum grupo de luta de esquerda. E falar sobre violência contra a mulher é falar de anos de descaso e opressão com mulheres de todos os tipos: negras, indígenas, brancas, pobres, periféricas, de classe média, camponesas, mães, cis, trans, lésbicas, bissexuais, feministas ou não, etc., cada uma com os seus marcadores subjetivos. O descaso que paira sobre nós todas é institucional e recebe forte incentivo do Estado quando fecha os olhos para pessoas que acreditam no retrocesso político como chave para manter a “ordem” no país, tornando-as heroínas/heróis de uma nação de medo e ódio.

Há, também, outro efeito que eu gostaria de destacar aqui: um deles está relacionado à contribuição da perspectiva metodológica construcionista, através das práticas discursivas e as produções de sentidos, como uma alternativa que privilegia a ética e o caráter político para analisar os processos de subjetivação e de construção de identidades feministas e antifeministas

em meio virtual. A perspectiva se mostrou bastante flexível – mas não menos rigorosa – para a produção de conhecimento da psicologia acerca das relações políticas mediadas por redes sociais da internet.

Além da perspectiva de análise, também destaco a praticidade e organização do método netnográfico para a produção de dados, o qual se revelou extremamente importante para a sistematização dos comentários em categorias, bem como pela rigidez do processo em lidar com anonimato na tentativa de preservar as/os usuárias/usuários da página do *Facebook*. O intervalo de tempo da produção de dados, a partir do momento em que assumi a netnografia como procedimento, se reduziu. A netnografia deu conta de auxiliar minha pesquisa como instrumento de extrema utilidade para lidar com a velocidade de troca de informações na internet.

Agora me dedico ao trabalho de síntese e de (re)avaliação do que foi feito neste longo processo de pesquisa. Foram muitos os cuidados que tomei ao longo desta empreitada acadêmica. Um deles foi, sem dúvida, o resultado que aqui descrevo. As expectativas e pressões pessoais, acadêmicas e políticas, explícitas ou sutis, fizeram parte de todo o processo de pesquisar, pois o alinhamento entre militância feminista e pesquisa ainda passa por muitos desafios dentro da academia, principalmente, quando ainda se acredita que pesquisar está longe da subjetividade da/do pesquisadora/pesquisador. Mesmo com dezenas de pesquisas, textos etc., trazendo uma nova perspectiva de relação entre pesquisa e pesquisadora/pesquisador, ainda prevalece a ideia de pesquisa neutra, como se quem escreve não participasse de nenhum dos fenômenos que integram a prática da própria pesquisa.

Rer ler todo este trabalho, do início ao fim, causou-me nostalgia por relembrar o processo de crescimento que tive em minha militância, tanto na internet, quando na pesquisa. É estranho e interessante observar as nuances de mudança no que produzi aqui e em mim, bem como no que a produção de dados produziu em minha vida. Peguei-me concordando com alguns comentários antifeministas – outros que não engendravam violência –, o que me causou profunda estranheza, levando-me a questionar o meu posicionamento político de feminista, estranhando-me por breves minutos. O interessante foi o que consegui colher destes estranhos momentos: esses lapsos políticos ocorriam pela disposição que a pesquisa me deu em ler, observar, analisar, tentar compreender, o que as/os usuárias/usuários pensavam da militância feminista; ou seja, o interessante foi que eu tive a oportunidade de reavaliar as minhas práticas enquanto mulher que luta pelos direitos de mulheres na tentativa de me reformular.

Este é outro ponto que acredito merecer apreciação de destaque nessas (in)conclusões; o faço em forma de questionamento para que ele também ressoe em todos que lerem: o que

precisamos mudar na nossa militância feminista? Devo dizer que são muitas coisas, pois o que mais se vê no Brasil, principalmente, após o golpe de Michel Temer, é controle sobre nossos corpos, nossas vidas, nossas decisões, e isto se fortalece cada vez mais, mesmo com o forte crescimento do movimento feminista no país. O que mais podemos fazer, nós que estamos na academia, para contribuir e melhorar este quadro? O que nós, de dentro da academia, fazemos ou podemos fazer para que esta maré de retrocesso seja freada?

Nesta lógica, esse momento “final” segue como um ponto de partida reflexivo sobre o que se colheu dos dados produzidos; este trabalho foi, é e ainda será uma aventura cheia de riscos, por se posicionar de forma diferente da hegemonia patriarcal sob a qual nossa sociedade ainda vive, por buscar multiplicidade e privilegiar as diferenças como a chave de um progresso mais justo para mulheres. Assim, estas considerações finais não podem ser de revisitar tudo que aqui foi produzido, por mais que faça emergir todo o caminho da aventura que foi pesquisar antifeminismo no *Facebook*, visto que os caminhos e sentidos desta aventura foram se deslocando, se refazendo, se reinventado durante a pesquisa, fazendo com que as questões que produzi aqui se modificassem – já não são as mesmas de quando assumi este tema.

A cada inquietação que reverberava, a pesquisa foi atingindo caminhos inesperados por mim, e mostrou que a separação dos objetivos descritos era meramente ilustrativa. No cotidiano da pesquisa, as inquietações que surgiam, as provocações que ressoavam e os efeitos que se construía deslocaram a minha militância e a minha postura nos coletivos feministas de que participo, bem como no sentido que comecei a dar à arte produzida por mim. Falar sobre violência contra a mulher se tornou um foco para o meu trabalho tanto na psicologia, quanto nas artes visuais; este deslocamento proporcionou uma mudança sólida em relação aos significados do que eu compreendia ser feminismo, assim como causou efeito de resignificação dos conceitos que nortearam a minha prática *psi* e de artista.

Nesta aventura, reencontrei-me com a arte em forma de quadrinhos e pude redirecioná-la a favor de denúncias de grandes e pequenas violências sofridas por todas as mulheres, tanto que, agora, ao analisar aspectos de abuso e outras práticas violentas, não posso mais retornar ao vício de individualizar os sofrimentos das vítimas. Vejo, claramente, um quadro de ciclo de violência ao qual todas estão submetidas quando em estágio vulnerável de uma relação (seja qual for) de dominação que oprime resistência.

Figura 33 – Charge sobre antifeminismo



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Um exercício importante de ser feito, neste momento, é o de recuperar os objetivos que propus no início desta pesquisa; inicialmente, o objetivo geral, que propõe problematizar as construções do discurso antifeminista no cotidiano de uma página do *Facebook*. Tal objetivo, mesmo que pareça muito geral, abre margem para múltiplas formas de se analisar a prática discursiva e a produção de sentidos no meio antifeminista. Dentro desta proposta, percebo que minha pesquisa alcançou o objetivo geral ao se “aventurar” e “explorar” estes discursos adversos às causas feministas.

Em relação aos objetivos específicos (1) caracterizar o antifeminismo em nossa sociedade; 2) identificar as nuances antifeministas do espaço virtual do *Facebook*; e 3) problematizar sobre a militância feminista atual como forma de enfrentar o antifeminismo), noto, ao longo do desenvolvimento do texto e das análises, uma construção ainda nova sobre o antifeminismo; essa característica de “novidade” ocorre devido à escassez de pesquisas e obras literárias que lidem diretamente com o antifeminismo, sobretudo, escritos brasileiros, o que demonstra, de forma sintomática, a ausência de discussão e até uma falta de interesse, por parte da comunidade acadêmica, em lançar luz sobre a violência contra a mulher em meio virtual, especialmente em tempos de golpe no Brasil. Neste contexto, foi possível identificar uma forma muito característica dentro do discurso antifeminista: todos os prints que continham comentários antifeministas (pois foram excluídos da análise por não lidarem com o assunto) seguiam a lógica de corpo e subjetividade colocadas nas subseções das análises; ora o corpo era

“feio” e “porco”, ora a subjetividade era afetada por algum transtorno mental – ou qualquer argumento que fosse necessários para deslegitimar as mulheres feministas.

Agora, após a chegada nestes dois objetivos específicos, retomo o terceiro; à partir do que encontrei e analisei nesta jornada, o que a militância feminista pode aprender com os resultados da produção de dados em que cheguei? Problematizar a nossa militância ainda é um assunto tabu dentro do feminismo, infelizmente. Se torna mais pungente ainda quando a crítica vem de um lado oposto e absolutamente violento. Este esforço que faço, o de retornar às nossas práticas e discursos feministas, é complicado e, por isso, trabalhoso. Esta pesquisa me proporcionou uma reinvenção, uma nova construção, do que eu pensava ser feminismo(s). De início, o encontro com a história feminista me serviu de auxílio para recapturar o clima de luta pelos direitos das mulheres – portanto, de direitos humanos –, a fim de demonstrar a contribuição teórica do feminismo na literatura, na psicologia e em outras ciências, sobretudo, as humanas. Compreender a multiplicidade que constitui o movimento possibilitou o meu entendimento e compreensão de que teoria e prática não se separam no cotidiano feminista, mas, também, de que não existe manual ou receita que ensine a militar de forma feminista. Cada mulher que se propõe a lutar por seus direitos o faz nas condições que pode, o que nada tem de errado.

Outra (re)construção que vivi foi sobre o antifeminismo. A principal pergunta que eu sempre me fazia era “por que as pessoas são contra um movimento social que serve para beneficiar à sociedade toda?” Minha resposta se encontrou não no conceito de uma alienação, onde pessoas antifeministas supostamente podem/poderiam estar, mas sim, nas versões e verdades sobre o feminismo. As vivências que nos trouxeram para onde estamos hoje são decisivas para os posicionamentos que tomamos em relação à política. Assim o é com pessoas antifeministas: o que viveram, o que vivem, o que revivem, está sempre influenciando no que pensam sobre luta por direitos das mulheres.

A pesquisa é um grande enfrentamento ao que essas pessoas pensam, pois, por mais que aqui seja considerada a multiplicidade de subjetividades, também se considera os efeitos dessas multiplicidades; por mais que se considere que a produção de sentidos e as práticas discursivas se expressem em construções complexas, sem início, sem fim, ainda é importante atentar para o que está sendo produzido quando os efeitos são de violência. Não é porque se amplia o leque da multiplicidade de discurso que todos serão amplamente aceitos. Quando falamos em violência contra a mulher, restringir as conclusões à multiplicidade de versões sobre o gênero feminino pode ser perigoso, visto que muitos discursos procuram oprimir subjetividades dissidentes do feminino.

Diante deste contexto, a proposta de prelúdio se justifica. Agora que já me encontrei com a violência contra a mulher feminista, falta saber como as mulheres feministas lidam com essa violência. Os dados aqui produzidos, as análises cuidadosamente formuladas e as (in)conclusões às quais cheguei me trazem novos ventos de curiosidade a ataçam minhas inquietações de pesquisar sobre feminismo. Pois, não, esta pesquisa não é sobre antifeminismo; é uma pesquisa sobre feminismo, feita por uma militante feminista, que se propõe a ler sobre o antifeminismo, e disto colher impressões para pensar a construção de diálogos, e não de violência.

Prelúdio e (in)conclusões são termos que uso justamente para classificar aquilo que acredito que jamais tenha fim: pesquisa. Esta aqui, que julgo uma breve introdução sobre a produção de saúde mental e de subjetividades em meio virtual, é apenas um início oportuno de aprendizado, e que inaugurou em mim mais um tijolo da construção e desconstrução diária que é fazer militância feminista no Brasil.

Dessa forma, esta aventura chega ao começo. A pesquisa multiplicou os caminhos, as opiniões, as práticas, os sentidos, as relações e os problemas que envolveram a teorização e a produção de dados. Agora, ela ressoa de questões, com uma pergunta nova para começar de novo uma nova pesquisa: o que ocorre com as mulheres feministas vítimas de violência na internet? Essa é uma pergunta para ser respondida na minha próxima trilha de aventuras em pesquisas feministas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO (Brasil) (Org.). **Violência de gênero na internet**. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-de-genero-na-internet/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

ALVAREZ, Sônia E.. Feminismos latinoamericanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.265-285, abr. 1998.

ALVIM, Luísa. Impossível não estar no *Facebook!*: o nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, n. 1, p.14-26, out. 2011.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação dos corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 8. p. 108-123.

ANTOUN, Henrique. Biopolítica e cibercultura: o jogo do cuidado de si da guerra em rede às revoltas juvenis. In: COMÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016. p. 1 - 20.

ARENDDT, Hannah. Sobre Hannah Arendt. **Inquietude**, Goiás, v. 1, n. 2, p.123-164, ago. 2010. Tradução de: Adriano Correia. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B4AeuuKw4oJnblBFTFVObTIObGM/view>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BEAULIEU, Anne. Mediating ethnography: objectivity and the making of ethnographies of the internet. **Social Epistemology**, [s.l.], v. 18, n. 2-3, p.139-163, abr. 2004. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0269172042000249264>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0269172042000249264?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BLOG da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-11, jul. 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, n. 1, p.329-376, jan. 2006.

BRUNS, Axel. **Gatewatching**: collaborative online news production. Nova York: Peter Lang, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 82, p.91-108, jun. 2000.

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA (Brasil). **Sobre a violência moral e psicológica contra mulheres**. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-moral-e-psicologica/>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

CARVALHO, Marília. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Horizontes Plurais**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 383-403.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. Engendrando poderes em tempos neoliberais: feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 12, n. 2, p.309-328, jun. 1997.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A patologização da normalidade. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 33, p. 125-136, jul. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 3 mar. 2018.

COSTA, Claudiane de Lima; ÁVILA, Eliana de Souza. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p.691-703, set. 2005.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.9-21, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082003000400003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 fev. 2018.

DELEUZE, Gilles. Mil platôs não formam uma montanha, eles abrem mil caminhos filosóficos. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org.). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Holon Editorial, 1991. p. 115-126.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DHOLAKIA, Nikhilesh; ZHANG, Dong. Online qualitative research in the age of e-commerce: data sources and approaches. **Forum: Qualitative Social Research**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.1-11, maio 2004. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/594/1289>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

ESRC VIRTUAL METHODS SEMINAR SERIES, RESEARCH RELATIONSHIPS AND ONLINE RELATIONSHIPS, 2002, Londres. **Ethnographic Presence in Nebulous Settings: A Case Study**. Londres: Brunel University, 2002. 15 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Jéssica Modinne/Desktop/Rutter-Smith-2005-Ethnographic-Presence-in-a-Nebulous-Setting.pdf](file:///C:/Users/Jéssica%20Modinne/Desktop/Rutter-Smith-2005-Ethnographic-Presence-in-a-Nebulous-Setting.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2017.

ESTRATÉGIAS em um novo paradigma globalizado: General Feminazi 2. General Feminazi 2. Disponível em: <<https://paradigmaglobalizado.wordpress.com/2015/04/06/meme-generalafeminazi-2/general-feminazi-2/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

FACEBOOK. **Termos e Políticas do Facebook**: Tudo o que você precisa saber em um só lugar.. 2017. Disponível em: <<https://www.Facebook.com/policies>>. Acesso em: 22 maio 2017.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.47-71, jan. 2004.

FLICKRIVER. 2008. Disponível em: <<http://www.flickrriver.com/photos/castlekay/2695731425/>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. O pensamento antifeminista: a querela do sexo. **História Revista**, Goiânia, v. 9, n. 2, p.227-252, jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. Préface. In: DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia**. Nova Iorque: Viking Press, 1977. p. 11-14. Tradução de: F. Durand-Bogaert.

FRANCHETTO, Bruna et al. **Perspectivas antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRAZER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p.11-33, jul. 2009.

GARCIA, Angela Cora; STANDLEE, Alecea I.; BECHKOFF, Jennifer. Ethnographic Approaches to the internet and computer-mediated communication. **Journal Of Contemporary Ethnography**, [s.l.], v. 38, n. 1, p.52-84, fev. 2009. SAGE Publications.

<http://dx.doi.org/10.1177/0891241607310839>. Disponível em:
<<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891241607310839?journalCode=jcec>>.
Acesso em: 3 nov. 2017.

HANISCH, Carol. **The personal is political**. 1969. Disponível em:
<<http://carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, n. 1, p.201-246, jan. 2004.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio. **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Anpocs - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1999. p. 183-221.

HOWARD, Philp N.. Network Ethnography and the Hypermedia Organization: New Media, New Organizations, New Methods. **New Media & Society**, [s.l.], v. 4, n. 4, p.550-574, dez. 2002. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/146144402321466813>. Disponível em:
<<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146144402321466813>>. Acesso em: 2 out. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transgener(al)idades. In: _____. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Goiânia: Ser-tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, 2012. p. 10-19. Disponível em:
<<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

KIMMEL, Michael. **Men & Masculinities: a social, cultural, and historical encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2004.

KOZINETS, Robert V.. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2010.

KOZINETS, Robert V.. **On Netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture**. 1998. Disponível em:
<<http://acrwebsite.org/volumes/8180/volumes/v25/NA-25>>. Acesso em: 2 out. 2017.

LANGER, Roy; BECKMAN, Suzanne C.. Sensitive research topics: netnography revisited. **Qualitative Market Research: An International Journal**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.189-203, jun. 2005. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/13522750510592454>. Disponível em:
<<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/13522750510592454>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

LARA, Bruna de et al. Por que o ódio ao feminismo? In: LARA, Bruna de et al. **#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. Cap. 12. p. 246-252. (Coleção Hashtag).

LEITE, Rodrigo de Almeida; CARDOSO, Gabriela Santos. A arbitrariedade dos parâmetros de censura no *Facebook* e a proibição da página do FEMEN. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p.137-143, 30 jul. 2015.

LEMOS, Maria Angélica. Lesbofobia. In: FLEURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 201-203.

LERMAN, Kristina. **Social Browsing & Information Filtering in Social Media**. 2007. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/0710.5697>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 2010.

LOPES, Marta Julia Marques. Violência simbólica contra a mulher. In: FLEURY-TEXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 397-398.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: perspectiva pós-estruturalista. In: _____ (Org.). **Corpo educado, pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 5-34.

MARCHA Mundial das Mulheres. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MARTINELLI, Andréa. **Violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão contra a mulher**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-psicologica-e-forma-mais-subjetiva-de-agressao-contra-mulher/?gclid=EAIaIQobChMIIn2njc3S2AIVjoSRCh2a0A7DEAAYASAAEgL9GvD_BwE>. Acesso em: 2 jan. 2018.

MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão; ALCANTARA, Karolyne Romero de. Mudanças da condição feminina na atualidade: revisitando a história do feminismo. **Ártemis**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p.98-110, ago. 2012.

MASHABLE: Anti-suffragette propaganda (c. 1900-1913): the unspeakable horrors of allowing women to vote. Disponível em: <https://mashable.com/2016/09/03/anti-suffrage-propaganda/#_L8AusqXn5qW>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MASHABLE: Suffragettes vs. Police (c. 1910-1920). Disponível em: <19>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MÉLLO, Ricardo Pimentel et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p.26-32, jun. 2007.

MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MORIN, Gronda. **Hispanics and nasty women are coming to the rescue for our future first lady, Hillary Clinton**. 2016. Disponível em: <<https://grondamorin.com/2016/11/07/nasty-women-and-hispanics-are-coming-to-the-rescue-for-our-future-first-lady-hillary-clinton/comment-page-1/>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. Cap. 3. p. 41-64. (2013).

NÃO ME KAHLO (Brasil). **Twitter**. 2016. Disponível em: <<https://twitter.com/NAOKAHLO/status/792035647620014080>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: SUSANE, Cristina Stevens; OLIVEIRA, Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Florianópolis: Mulheres, 2014. p. 613-620. (Ensaio).

_____. Mulheres sujeitos políticos: que diferença é esta?. In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.). **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Mulheres, 2005. p. 337-354.

NOVELI, Marcio. Do Off-Line para o Online: A Netnografia como Um Método de Pesquisa ou o que Pode Acontecer quando Tentamos Levar a Etnografia para a Internet?. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 6, n. 12, p.107-133, 31 dez. 2010. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v6n12p107-133>. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/2697>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

NUNES, Silvia Alexim. Psicopatologia da feminilidade. In: NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Cap. 3. p. 91-128.

ONU MULHERES. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 29 mar. 2017.

PACIFIC Standard: where do negative stereotypes about feminists come from?. 2015. Disponível em: <<https://psmag.com/social-justice/where-do-negative-stereotypes-about-feminists-come-from>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble**. Nova York: The Penguin Press, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais da internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; SOARES, Felipe Bonow. Midia social e filtros-bolha nas conversações políticas no twitter. In: COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. p. 1 - 27.

REDBUBBLE: lesbian suffragettes (poster). lesbian suffragettes (poster). Disponível em: <<https://www.redbubble.com/people/kelwyn/works/30274424-lesbian-suffragettes?p=poster>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 5, n. 4, p.631-660, jul. 1980. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/493756>.

RICH, Adrienne. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. Londres: Onlywomen Press, 1980.

ROCHA, Everardo Pereira Quimarães; BARROS, Carla; PEREIRA, Claudia. Perspectivas do método etnográfico em marketing: consumo, comunicação e netnografia. In: ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** . Brasília: Anpad, 2005. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-mkta-2861.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). **Políticas do corpo**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. Cap. 7. p. 121-140.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002. 309 p.

SMITH, Marc A. et al. **Mapping Twitter Topic Networks: From Polarized Crowds to Community Clusters**. 2014. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2014/02/20/mapping-twitter-topic-networks-from-polarized-crowds-to-community-clusters/>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 24, p.191-207, jan. 2008.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

SPINK, Mary Jane Paris; FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

SPINK, Peter. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 100-126. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

SUELI CARNEIRO (Brasil). **Enegrecer o Feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.jXhxt0>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SUSTEIN, Cass. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

THINK OLGA (Brasil). **Uma primavera sem fim**. 2015. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Marcia. **Filosofia prática**: ética, vida cotidiana, vida virtual. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

WITTING, Monique. One is not born a woman. In: MCCANN, Carole Ruth; KIM, Seungkyung (Orgs.). **Feminist theory reader**: local and global perspectives. 3. ed. Nova York: Routledge, 2013. p. 246-251.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia (Org.). **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism. Montreal: Black Rose Books Ltd., 1981.